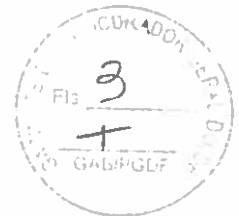


EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA
FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL.



CELINA LEÃO HIZIM, cidadã, brasileira, casada, inscrita no Registro Geral sob o nº 2.853.427 SSP – DF, DEPUTADA DISTRITAL, na qualidade de cidadã com pleno gozo dos seus direitos políticos, devidamente inscrita no Cartório Eleitoral com título nº. 03888121107, zona 2ª, Seção 296 – DF, com gabinete parlamentar nº 14, localizado na Praça Municipal, quadra 02, lote 05, 3º andar (telefone: 3348-8142), vem, mui respeitosamente perante Vossa Excelência para propor a presente

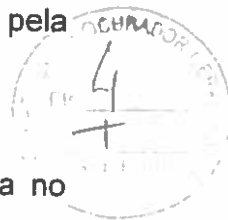
AÇÃO POPULAR

(Com pedido de liminar)

contra ato lesivo ao patrimônio público e moralidade administrativa praticados pelos réus abaixo:

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID, organização financeira internacional, podendo ser encontrado na SEN Quadra 802, Conj. F, Lote 39, CEP: 70800-400, Brasília-DF.

DISTRITO FEDERAL, pessoa jurídica de direito público interno, por seu Representante Legal, com sede no Palácio dos Buritis, Brasília – DF, na condição de pessoa jurídica lesada pertencente a primeira categoria de réu adotada pela doutrina majoritária;



VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 54.360.623/0001-02, com sede na Estrada Antonio Abdalla, n 235, Piracicaba/SP, CEP: 13424-700, por ter sido contratada para a Bacia 01; na terceira categoria de réus adotada pela doutrina pátria, tendo sido beneficiária da fraude.

VIAÇÃO PIONEIRA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.830.982/0001-62, com sede no SGCV sul Lote 18, Sala 02, Guará, Brasília-DF, CEP 71215-1000, por ter sido contratada para a Bacia 02; na terceira categoria de réus adotada pela doutrina pátria, tendo sido beneficiária da fraude.

HP TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 01.082.596/0001-06, com sede na Avenida dos Alpes, nº 450, Setor União, Goiânia-GO, CEP 74.310-970, na qualidade de empresa Líder do Consórcio HP-ITA formado entre a HP TRANSPORTES COLETIVOS e a empresa ITA EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 01.650.167/0001-60, com sede na Avenida Marginal Norte, 216, Setor Marechal Rondon, Goiânia-GO, CEP 74.560-180, empresas que compõem o CONSORCIO HP-ITA por ter sido contratada para a Bacia 03; na terceira categoria de réus adotada pela doutrina pátria, tendo sido beneficiária da fraude.

AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 76.557.867/0001-04, localizada na Rua Tapajós, nº 851, Bairro Bom Retiro, Curitiba – PR, CEP 80.520-260, por ter sido contratada para a Bacia 04; na terceira categoria de réus adotada pela doutrina pátria, tendo sido beneficiária da fraude.

EXPRESSO SÃO JOSÉ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 01.627.142/0001-46, com sede no SGCV, Lote 05-A, Guará-DF, CEP 71.215-

2100, por ter sido contratada para a Bacia 05; na terceira categoria de réus adotada pela doutrina pátria, tendo sido beneficiária da fraude, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:



I – DO CONCISO HISTÓRICO DA LIDE

Trata-se de ação popular com pedido de tutela antecipada que visa suspender, e, posteriormente, anular ato lesivo ao patrimônio público e à moralidade administrativa, em licitação de transportes coletivos do Distrito Federal, no valor de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais), tendo, em uma de suas fases, verba oriunda de Organização Internacional destinada aos cofres do DF.

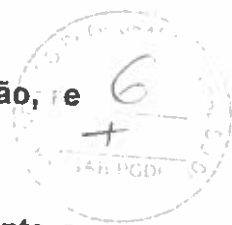
II - DOS FATOS

A Autora é Deputada Distrital, com mandato em exercício, e acima de tudo, **CIDADÃ**, em pleno gozo de seus direitos políticos, conforme se prova por seu título eleitoral, ora juntado, e vem perante este d. Juízo, com interesse de agir, e legitimidade ativa, defender interesses e direitos difusos, que estão na iminência de serem gravemente violados e alcançados por prejuízos irreparáveis, podendo resultar em **ATO LESIVO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO E À MORALIDADE ADMINISTRATIVA**. (DOC. 01)

A presente ação versa sobre diversas irregularidades ocorridas na licitação promovida pelo Distrito Federal, por meio de sua Secretaria de Transportes, na modalidade de Concorrência Pública nº 01/2011, visando a Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros para os próximos 10 (dez) anos. (Doc. 02)

Tal concorrência representa um montante de valor superior a R\$ 10.000.000.000,00 (**Dez Bilhões de Reais**), contendo verbas oriundas de

organização internacional, mediante convênio celebrado pela União, e repassadas ao Distrito Federal.



Diante das irregularidades ocorridas no certame, é latente a destinação de recursos do Poder Público para as empresas concessionárias do serviço, para subsidiar tarifas dos passageiros. E, portanto, ultrapassam os limites da mera fiscalização do Estado, mas sim, atingem a seara de atuação do poder público com correta destinação de recursos, que diversas vezes comprometem outras áreas como saúde e educação.

Por outro lado, não pode o poder público, no afã de acalmar os ânimos da população, que ultimamente transpareceu sua insatisfação com a atual situação, deixar de promover a incessante busca por tarifas mais justas e vantajosas, simplesmente se escondendo atrás de falácias de que não aumentarão os preços das passagens, e para isso comprometer grande fatia dos recursos públicos. Isto nada mais é que uma enganação! Esta exordial pretende esclarecer as irregularidades apontadas.

Assim, diante deste cenário, a Autora tem acompanhado diariamente a série de graves denúncias que comprometem a lisura da licitação, que mesmo que o Governo tenha tentado, a qualquer custo, colocar novos ônibus em circulação, não pode concluir tal procedimento em total afronta e desrespeito as normas legais e em especial aos princípios da legalidade e da moralidade administrativa, pois, neste caso, as consequências para a população serão gravemente penosas!

O principal motivo que leva esta Autora a propor a presente Ação deve-se ao fato especial de que tramita no Tribunal de Contas Distrital medida específica, por meio da qual a Ilustre Procuradora de Contas do Distrito Federal, Dra. Márcia Farias, já se manifestou no sentido de requerer a Anulação da licitação CP STDF 01/2011, por SUPERFATURAMENTO das tarifas vencedoras, o que deveras, causará enormes prejuízos para a população, gerando efeitos pelos próximos dez anos. (Doc. 03)

Poderíamos ainda, classificar como motivos secundários para anulação do certame as ilegalidades cometidas pelo Governo durante o processo

licitatório, que, após analisadas é indiscutível o desrespeito desde a elaboração do Edital até a Carta Maior da República.



Em outra linha de investigação, a Segunda Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios recomendou pela SUSPENSÃO das Contratações, evitando assim maiores prejuízos ao Distrito Federal (DOC. 04)

Deveras, a população do Distrito Federal suportará as indenizações advindas da anulação da Concorrência n. 01/2011 – ST/DF, que atingirão cifras milionárias, ou até bilionárias, a depender da época em que for decretada a nulidade, as quais poderiam ser aplicadas em serviços públicos essenciais para a sociedade, como saúde e educação.

No que tange à responsabilidade civil do Estado em razão de anulação de contratos motivada por nulidades ocorridas no procedimento licitatório, cumpre colacionar as ligações de Marçal Justen Filho:

"[...] O reconhecimento da nulidade impõe como dever o desfazimento de todos os atos; isso não significa a ausência de responsabilidade por perdas e danos produzidas pela conduta dos agentes da Administração Pública. O particular não pode exigir a manutenção do ato nulo ou respeito a seus efeitos. Mas pode pleitear que a administração responda pelos efeitos nocivos da conduta viciada. A prática de atos viciados produz responsabilidade civil do Estado. [...]"

Assim, Excelência, esta Autora passará a enumerar as ilegalidades que estão presentes na licitação promovida pelo Governo do Distrito Federal, que necessitam indiscutivelmente de intervenção do Judiciário, evitando o perecimento do Direito e a concretização de uma verdadeira fraude no atual Governo.

BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)

O contrato de Cooperação Técnica Não-Remunerado para Apoio à Implementação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal, foi

assinado pelo Distrito Federal e BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), por meio do ATN/OC – 11243 – BR. (Doc. 05)



Com os valores recebidos do BID o Distrito Federal contratou a empresa LOGIT ENGENHARIA LTDA e LOGITRANS LOGÍSTICA ENGENHARIA E TRANSPORTE LTDA, de propriedade Garrone Reck, pai de Sacha Breckenfeld Reck advogado das empresas participantes da licitação e ao mesmo tempo consultor do Distrito Federal na licitação.

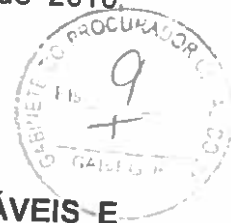
Em resposta a ofício encaminhada pela Autora, a Secretaria de Estado de Transporte do DF respondeu da seguinte forma: (Doc. 06)

"Após participação vitoriosa em certame licitatório internacional BR-T1089-SN3 patrocinado pelo BID (Termo de Referência – Anexo 1 B e Proposta da empresa – Anexo 2), o Consórcio LOGIT Engenharia Consultiva Ltda e LOGITRANS Logística, Engenharia e Transporta Ltda foi contrato mediante o Contrato de Serviço de Consultoria ATN/OC-11243-BR, subscrito em 1º de junho de 2010, firmado com o BID, cujo objeto exordial consistiu na elaboração de propostas de reformas setoriais de médio e longo prazo, a preparação de estudos, marcos, planos e metas, que garantissem uma transição do sistema atual para o futuro sistema integrado de transporte público coletivo e sua adequada operação. [...]"

No que pertine às questões técnico-financeiras, prosseguiu-se com a consultoria sob o comando da empresa líder do Consórcio contratado pelo BID, no caso a LOGIT – Engenharia Consultiva Ltda.

Quanto à consultoria técnico-jurídico especializada na área de transporte público coletivo, a eleição do Dr. Sacha Breckenfeld Reck e equipe decorreu do fato de o referido profissional ter integrado a equipe do Consórcio LOGIT-LOGITRANS durante a execução da Cooperação Técnica.

Ou seja, a escolha das consultorias referidas decorreu de decisão já consolidada no âmbito da Cooperação Técnica, desde 2010, quando firmado o Contrato ATNA/OC-11243-BR".



III - DAS ILEGALIDADES QUE CONDENAM A LICITAÇÃO, INSANÁVEIS E PROVADAS DE PLANO:

A - DA ATUAÇÃO IRREGULAR DO ESCRITÓRIO DE ADVOGADOS GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK DURANTE TODO O PROCESSO LICITATÓRIO, SEM QUALQUER CONTRATO E INVADINDO COMPETÊNCIAS INDELEGÁVEIS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

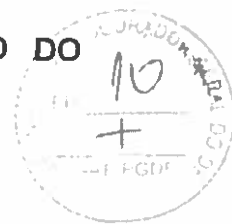
A primeira Irregularidade Excelência, capaz por si só, de comprometer toda a licitação realizada, deve-se ao fato da atuação irregular do Escritório de Advogados Guilherme Gonçalves & Sacha Reck.

Tal Escritório fora o responsável por conduzir toda a licitação, conforme se prova por diversas peças acostadas aos autos do processo administrativo, elaboradas pelo referido escritório, transcritas, fielmente, pelos membros da Comissão de Licitação, que simplesmente transcreviam seu teor. (DOC. 07)

Mais grave Excelência, é o fato dos pareceres elaborados pelo Escritório de Advogados Guilherme Gonçalves & Sacha Reck, que em total desrespeito à Lei e à Moral, INVADIU COMPETÊNCIAS e se incumbiu da tarefa de JULGAR OS RECURSOS ADMINISTRATIVOS relativos a fase de Habilitação da Licitação.

A competência para o julgamento dos recursos Administrativos é, sem dúvida, indelegável, por ser desprovido de norma legal para este fim. Assim Excelência, o Ato Administrativo de Julgamento dos Recursos, comprovadamente promovido pelo Escritório de Advogados, contrariou o princípio da legalidade. Tal proibição infere-se do art. 13, inciso II, da Lei 9.784/99, que disciplina o Processo Administrativo.

B) SACHA RECH CONSULTOR INFORMAL JUNTO A LICITAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO DO DF.



E aqui chamamos a atenção para dois fatos:

Primeiro, quando esta Autora passou a investigar os fatos até então curiosos, que chamavam a atenção para as irregularidades da licitação, a mesma convidou o Ilustre Senhor Secretário de Transportes do Distrito Federal Sr. José Walter Vasquez Filho, que compareceu até a Câmara Distrital para prestar esclarecimentos acerca da licitação posta em dúvida quanto a sua lisura.

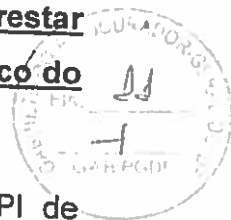
Ocorre que o Secretário de Transporte do DF, JOSÉ WALTER VAZQUEZ FILHO, declarou em oitiva junto a Comissão de Assuntos Sociais da Câmara Legislativa, que o Advogado Sacha Reck é consultor junto a licitação do transporte público do DF, chegando a afirmar que "no Governo, como o jogo do bicho, vale o que está escrito, não é? é óbvio que qualquer pessoa que está dentro de uma secretaria e presta algum serviço tem um contrato, O Senhor Sacha Reck tem um contrato", afirmando ainda que o contrato dele "está no bojo do contrato do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que tem as suas regras, que não é a da Lei n. 8.666", e esclareceu ainda "As contratações feitas pelo banco são através de lista fechada e é o banco que escolhe a melhor proposta. Ai, você contrata".

Esta versão foi ratificada por nota oficial postada no sitio eletrônico do escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck, por meio das seguintes declaração:

"Este escritório atua na capital federal a partir de uma contrato firmado pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento – BID em 2009, vinculado a um acordo de cooperação técnica com a Secretaria de Transporte do Distrito Federal." (DOC. 08)

Em nota oficial publicada no sitio eletrônico do GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, o GDF afirma que o Advogado Sacha Reck atuava como consultor junto a Licitação do Transporte do DF, com a seguinte afirmação: (DOC. 09)

"O Escritório Guilherme Gonçalves e Sacha Reck Advogados Associados foi contratado pelo Banco Mundial em 2009, a partir de um acordo de cooperação técnica para prestar consultoria no processo de licitação do Transporte Público do Distrito Federal."



Entretanto, durante a oitiva de Sacha Reck perante a CPI de Curitiba, o mesmo afirmou que prestou assessoria a empresa de seu pai (LOGITRANS) até fevereiro de 2012, junto a licitação do DF. Na sequência foi "SUBCONTRATADO" por uma empresa que presta serviço ao DF, paga com recursos do BID. (DOC. 10)

Apesar das afirmações alhures feitas a àquela CPI, o Advogado não apresentou, sequer, o nome da empresa que é "SUBCONTRATADO" que lhe daria os poderes para atuar na licitação do DF.

Ora, esta Parlamentar solicitou esclarecimentos ao BID, sobre a atuação do Advogado Sacha Reck junto a licitação do Transporte Público do DF, pasmem, o BID desconhece o Advogado ou o seu escritório. (DOC. 11)

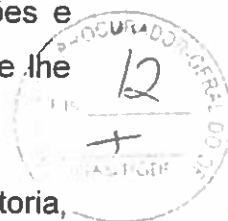
"Ressaltamos, ainda, que esta Instituição não possui nenhuma relação com o Senhor Sacha Breckwnfeld Reck e nem com o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados.

Informamos, ainda, que o BID não participa do Procedimento Licitatório 001/2011 ..."

Importante ressaltar que mesmo que o Advogado fosse consultor do BID ou de empresas que prestam serviços ao BID, jamais poderia participar da referida licitação, vez que o BID declara o mesmo documento que não atua nesta licitação, transcrevemos esta declaração:

"Informamos, ainda, que o BID não participa do Procedimento Licitatório 001/2011 – ST e, portanto, não possui competência e informações necessárias para fazer análise sobre eventuais impedimentos no dito certame."

Ora, o Advogado Sacha Reck atuou na elaboração do Edital de licitação do Transporte Público do DF, orientou sobre recursos e habilitações e confeccionou a ata de julgamento das propostas sem contrato específico que lhe garantisse atuar neste certame.



O pior de tudo é saber que após esta atuação de consultoria, empresas que o Advogado representa lograram êxito no referido certame.

Após todas estas informações colhidas sobre a legalidade de atuação do Advogado junto ao certame, esta Requerente solicitou novas informações ao Secretário de Transporte do DF, que desde vez afirmou que o referido Advogado fora subcontratado pela ARCADIS LOGOS ENGENHARIA S/A (contrato nº 25/2008 – ST), sem, contudo, fornecer o contrato específico que autorizaria a participação do profissional no referido processo licitatório. Vejamos:

“Assim, no contexto da execução dos Serviços de Apoio ao Gerenciamento do Programa PTU-DF, a empresa Arcadis Logos Engenharia S/A (contrato nº 25/2008 – ST) realizou a contratação dos subconsultores em comento.”

É notório que nas várias respostas trazidas pelo Secretário o mesmo busca omitir a verdade dos fatos, uma vez que o mesmo não é claro em demonstrar quem legitimou a participação do referido Advogado na Licitação.

Esta Parlamentar notificou novamente o BID, agora sobre a atuação do advogado Sacha Reck como consultor da empresa Logos, atuando na referida licitação em nome do próprio BID, mais uma vez o banco afirmou desconhecer o Sr. Sacha e que jamais atuou em licitações. (DOC. 12)

Inferre das informações trazida pelo BID que o advogado Sacha Reck atuou em nome da secretaria de Transporte do DF, sem respaldo legal, contaminando o referido processo licitatório.

IV – DO SUPERFATURAMENTO DAS TARIFAS DAS EMPRESAS VENCEDORAS DA LICITAÇÃO:

Nesta parte da Ação, pede a autora a devida *vênia*, para transcrever trechos da Representação nº 08/2013 do Ministério Público de Contas

do Distrito Federal, por meio do qual, com propriedade ficou claramente demonstrado o SUPERFATURAMENTO DAS TARIFAS PROPOSTAS PELAS EMPRESAS CONTRATADAS POR MEIO DA LICITAÇÃO.

2. Foram publicados no DODF os resultados da licitação para outorga da concessão do serviço básico do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC/DF), por meio de ônibus, referentes às bacias 2 a 5 (ver Anexo I), estando ainda pendente a bacia 1.

Tabela 1 – Resultados da Concorrência n.º 01/2011:

Bacia	Vencedora	Tarifa (R\$)	Tarifa Máxima (R\$)
2	Viação Pioneira	2,3661	2,5902
3	HP-ITA	2,8026	2,8309
4	Auto Viação Marechal	2,7192	2,7192
5	Expresso São José	2,7093	2,7093



Ressalta-se que na data que fora elaborada a Representação, ainda não havia sido declarada a vencedora da bacia 1, que fora a Viação Piracicabana do mesmo grupo da Viação Pioneira, também com a tarifa máxima fixada pelo Edital de R\$ 2,6555.

Continuando com os trechos do Parecer do MP de Contas temos:

3. Em fases anteriores do Processo n.º 12086/11, denunciou o *Parquet* CERCEAMENTO A COMPETIÇÃO, em razão da ALEGAÇÃO DE SIGILO, pela Secretaria de Transportes, DAS PLANILHAS DETALHADAS E DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO RELATIVAS AO PROJETO BÁSICO. O resultado agora se apresenta com a baixa competitividade do certame e com as tarifas técnicas vencedoras próximas ao teto fixado no Edital, sendo duas delas coincidentes com a tarifa máxima

4. Sobre as tarifas, o *Parquet* também alertou que, CASO FOSSEM FIXADAS NO PATAMAR MÁXIMO, IMPLICARIAM TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR) DE 12% PARA O CONCESSIONÁRIO VENCEDOR, conforme calculado no Edital, indicando estar esse valor superestimado em relação à TIR máxima de 8,95% fixado no Edital de Curitiba/PR de mesmo objeto, ou ainda a patamares de 6 a 8% para obras de infraestrutura do PAC. Por oportuno transcreve-se o excerto correspondente.

"3º indicio - Da taxa interna de retorno (TIR) superestimada"

"20. A própria Secretaria de Transportes, ao apresentar as tarifas técnicas na planilha consolidada à fl. 2351, indica a taxa interna de retorno (TIR) de 12% para o concessionário.

"21. Ora, o Edital da Concorrência n.º 05/2009 (anexo), que trata da licitação de transportes coletivo urbano de passageiros de Curitiba/PR, indica, no item 8.2, TIR máxima de 8,95%. Ou seja, a TIR do Edital do DF é 35% superior à TIR máxima do Edital de Curitiba/PR, indicando estar a tarifa técnica no DF superestimada. No entanto, não é possível estabelecer o grau dessa superestimativa em razão da ausência do memorial de cálculo e da planilha detalhada.



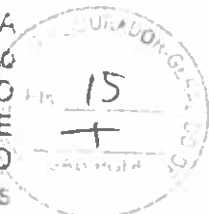
6. Mais, com as vênias devidas a unidade técnica buscou comparar taxa de juros (supõe-se aquela praticada no mercado) com a TIR de 12%, parâmetro da licitação em foco. Esta última é uma TIR não-alavancada, "aparente", "não real". NÃO CONSIDERA FINANCIAMENTOS. Explico. A TIR real, aquela que representa o ganho efetivo do concessionário, deve incorporar TODOS OS SUBSÍDIOS E VANTAGENS NO FLUXO DE CAIXA, INCLUSIVE AQUELAS DECORRENTES DE FINANCIAMENTO.

7. Como exemplo, cito o FINAME BNDES PSI (Programa de Sustentação do Investimento), que é uma linha de crédito subsidiada para a aquisição de bens de capital, como máquinas e equipamentos, incluindo ônibus. Em 2009, época da licitação em Curitiba/PR, a taxa era de 7%, conforme Circular n.º 71/09-BNDES (ver Anexo II), sendo hoje de apenas 3% (ver Anexo III).

8. Dessa forma, grosso modo, a alavancagem de capital de terceiro permitida na licitação de Curitiba/PR foi de 1,95%, sendo resultado da subtração da TIR máxima de 8,95% menos a taxa FINAME-BNDES de 7%. Na licitação em foco, a mesma alavancagem alcança 9%, ou 362% superior ao de Curitiba/PR, resultado da TIR máxima de 12%, menos a taxa FINAME-BNDES PSI de 3%. Impõe-se insistir nesse ponto para investigação de possível de superfaturamento.

15. Tais resultados, quando confrontados com indicadores atuais, como a SELIC de 7,5%, ou CDI de 7,2%, ou inflação de 6%, ou títulos públicos prefixados de 9,5% (LTNs) e pós-fixados de INPC + 4% (NTNBs) (todos valores médios coletados em 21/05/2013), INDICAM O SUPERFATURAMENTO DA TARIFA TÉCNICA, possivelmente decorrente da FALTA DE COMPETITIVIDADE DO CERTAME E DO SIGILO IMPOSTO AS PLANILHAS DETALHADAS E AOS MEMORIAIS DE CÁLCULO RELATIVOS AO PROJETO BÁSICO.

21. Por fim, registra o Ministério Público que A DENÚNCIA APRESENTADA PELA ABRADDEC, objeto de matérias do Jornal de Brasília (Anexo VII), TORNA-SE AINDA MAIS GRAVE SE CONSIDERADO O SIGILO IMPOSTO PELA JURISDICIONADA AO ORÇAMENTO DETALHADO E AO MEMORIAL DE CÁLCULO DA REVISÃO DOS DADOS DE QUILOMETRAGEM E DO TEMPO ESTIMADO DE VIAGENS, ESSENCIAIS À ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS. Tais dados foram modelados pelo Consórcio Logit/Logitrans



22. Se se comprovarem verdadeiras as ligações entre o Consórcio, o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados e as empresas Viação Pioneira (Grupo Constantino) e Auto Viação Marechal (Grupo Gulin), os dados sigilosos podem mesmo terem sido repassados a estas empresas favorecendo-as indevidamente. Esse ponto merece cautelosa investigação do E. TCDF

...

30. Fertas essas considerações, o Ministério Público entende haver irregularidades suficientes a motivar a anulação de todo o certame. Embora na nobre e difícil missão de licitar, pela primeira vez, o transporte público coletivo do DF, a celeridade que se quis imprimir foi em grau excessivo, restando falhas não sanadas que prejudicaram a competitividade e a economicidade, ferindo de morte todo o processo licitatório.

31. Em face do exposto, e a presente REPRESENTAÇÃO para que o e Plenário determine à Secretaria de Transportes, nos termos do § 6º do art. 7º e do caput e § 1º do art. 49, ambos da Lei n.º 8666/93, providências no sentido de anular a Concorrência Pública n.º 01/2011, por afronta ao artigo 7º, inciso I e § 2º, I e II, da Lei n.º 8666/93, ao alegar sigilo e não disponibilizar o orçamento detalhado e os

PROVADO, PORTANTO, QUE EXISTE GRANDE RISCO DE SER ANULADA TODA A LICITAÇÃO PELA ANÁLISE TÉCNICA DA CORTE DE CONTAS QUE ESTÁ CARACTERIZADO O SUPERFATURAMENTO DA LICITAÇÃO.

Observa-se, portanto, que as empresas Auto Viação Marechal e São José apresentaram o lance máximo permitido no edital 01/2011, sugerindo que as mesmas sabiam que as demais empresas seriam desabilitadas, o que comprova que as mesmas tinham a certeza da vitória.

I – DEMAIS VÍCIOS INSANÁVEIS QUE CONDENARAM A LICITAÇÃO À NULIDADE:

Excelência, além de todas essas falhas já apontadas, capazes de individualmente já condenarem toda a licitação, o certame encontra-se ainda mais comprometido, pela presença das seguintes irregularidades em cada um dos lotes, as quais já restam comprovadas, divididas por bacias para melhor organização e compreensão:

5.1. BACIAS I E II – EMPRESAS VIAÇÃO PIONEIRA E VIAÇÃO PIRACICABANA (AMBAS PERTENCENTES AO GRUPO CONSTANTINO):

Já houve manifestação do Ministério Público do Distrito Federal acerca da caracterização de oligopólio, vedado pelo edital, uma vez que pela investigação do *Parquet*, ficou comprovado que ambas empresas pertencem ao mesmo grupo Econômico Grupo Constantino, conforme se extrai do Termo de Recomendação nº 04/2013 juntado. (Doc. 13)

Ocorre Excelência, que em total descumprimento à Recomendação exarada pelo Ministério Público, na mesma data que o Governo recebeu a Recomendação este correu para declarar a empresa vencedora, em total afronta e contrariando a determinação ministerial e contratou sumariamente ambas empresas.

Tal questão esta sendo objeto de providências pelo Ministério Público do Distrito Federal, que requer a Anulação da Habilitação das empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico que violaram disposição expressa do edital.

5.2 DA EXISTÊNCIA DO GRUPO ECONÔMICO

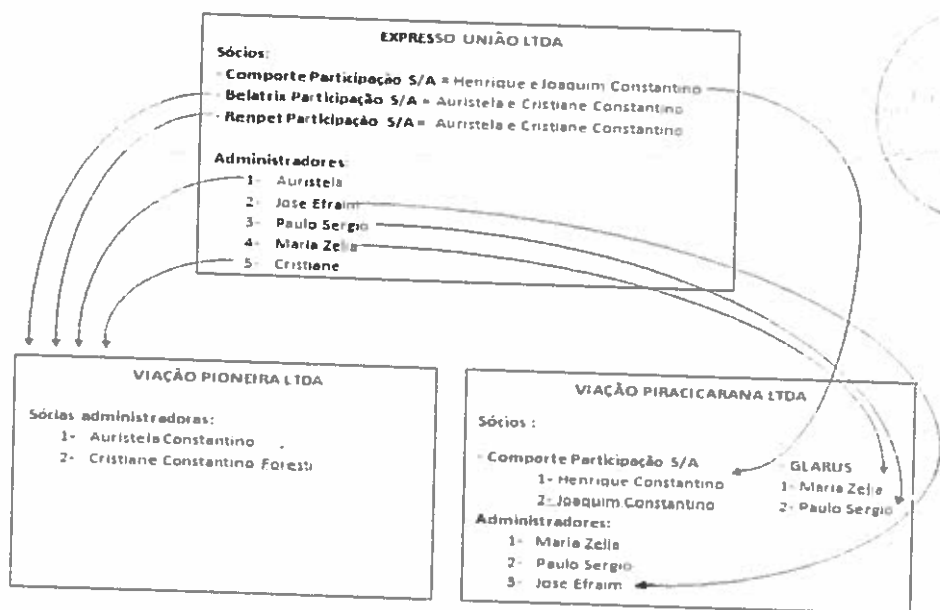
Ocorre, Excelência, que duas empresas fraudaram essa norma, dessa condição privilegiaram-se e sagraram-se vencedoras de lotes, senão vejamos:

Em um sistema bem esquematizado, sócios da Viação Piracicabana e da Viação Pioneira formam um grupo econômico que têm como ligação a Expresso União.

A VIAÇÃO PIONEIRA é composta pelas sócias AURISTELA CONSTANTINO ALVES e CRISTIANE CONSTANTINO FORESTI, que são administradoras, conforme documentação anexa (Doc. 14)

A VIAÇÃO PIRACICABANA é composta pelos sócios HENRIQUE CONSTANTINO, JOAQUIM CONSTANTINO NETO e pela empresa COMPORTE PARTICIPAÇÕES S/A, e dos administradores MARIA ZÉLIA, PAULO SÉRIO e JOSÉ EFRAIN, conforme documentação anexa (Doc. 15).

Por sua vez, o elo entre as duas empresas supra é a empresa EXPRESSO UNIÃO LTDA, cujos sócios são a empresa COMPORTE PARTICIPAÇÕES S/A (de HENRIQUE e JOAQUIM), empresa BELATRIX PARTICIPAÇÕES S/A (sócias AURISTELA CONSTANTINO e CRISTIANE CONSTANTINO) e a empresa RENPET PARTICIPAÇÕES S/A (sócios AURISTELA CONSTANTINO e EDUARDO CONSTANTINO), e dos administradores AURISTELA CONSTANTINO, CRISTIANE CONSTANTINO, MARIA ZÉLIA, PAULO SÉRIO E JOSÉ EFRAIN.



Tais elementos, claramente, demonstram a existência de um verdadeiro GRUPO ECONÔMICO, chamado **GRUPO CONSTANTINO**, que na realidade é bastante conhecido por todos que atuam nesse setor, sendo questionado até nos meios de comunicação em massa.

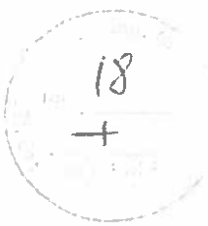
Isso posto, demonstrada está a cristalina existência do Grupo Econômico, e a **flagrante fraude**.

5.3. BACIA IV – AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA

Adotou na elaboração de sua proposta de preços, para se chegar a tarifa proposta que já fora declarada vencedora no valor máximo fixado pelo edital, salário para os motoristas IMENSAMENTE INFERIOR AO PISO SALARIAL FIXADO PELA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, em total irregularidade

trabalhista que condena a proposta a inexecutabilidade. **UM ABSURDO, EXCELENCIA!!!!**

VEJA, EXCELENCIA:



<u>R\$ 2.506,42</u>
(PISO SALARIAL DA CATEGORIA)
<u>R\$ 2.396,39</u>
(VALOR DO SALÁRIO DOS MOTORISTAS NA PROPOSTA APRESENTADA)

Ora, utilizando de valores abaixo do que a Lei ou Convenção estabelecem, fica muito fácil Excelência, se fazer uma proposta mais vantajosa!

Fácil mas totalmente ILEGAL!!!! UMA FRAUDE!!!

5.4. BACIA V – EXPRESSO SÃO JOSÉ LTDA:

Existe grande divergência entre o número de veículos constante do atestado de capacidade técnica apresentado, com o número de veículos que fora fiscalizado e consta do Registro do Ministério Público gerando a nulidade do atestado de capacidade técnica apresentado na licitação.

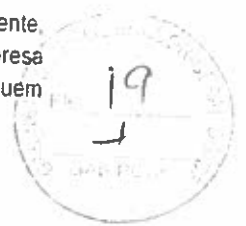
5.5. DA VEDAÇÃO DO EDITAL DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS PERTENCENTES A UM MESMO GRUPO ECONÔMICO

Primeiramente, verifiquemos o que dispõe o edital acerca das empresas e consórcios participantes:



16.1.4 - O Consórcio constituído deverá observar as proporções de participação de cada consorciada, definidas no compromisso de constituição de consórcio referido no item anterior.

16.1.5 - A pessoa jurídica que optar por participar em consórcio não poderá concorrer, nesta licitação, como integrante de outros consórcios ou isoladamente, ainda que para lotes distintos, seja diretamente, seja indiretamente por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum) ou com quem tenha qualquer sócio comum, independente da participação societária.



Traduz a mesma idéia o item 16.1.2 do Edital:

16.1.2 - Será vedada a participação de pessoas jurídicas, isoladas ou consorciadas, que se enquadrem nas seguintes condições:

[...]

g) Que tiverem controle societário e/ou administradores, comum(ns) com outro proponente ou pessoa jurídica integrante de outro consórcio que concorra em qualquer dos lotes desta licitação;

A vedação é clara e encontra respaldo legal. O objetivo da norma é evitar que empresas se beneficiem da condição de fusão de predicados para derrubarem outras concorrentes, e assim sagrarem-se vencedoras em todos os lotes do certame, o que caracterizaria, indiscutivelmente, práticas anticompetitivas em licitações, já que o rateio de lotes para o mesmo grupo econômico impediria a administração de alcançar uma competitividade real, afastando-a da finalidade precípua do procedimento licitatório.

VI - DA AÇÃO DO GRUPO ECONÔMICO NO ESTADO DO PARANÁ

O Grupo Econômico que se instalou no Distrito Federal com o fito de burlar o processo licitatório também atuou no Estado do Paraná, tanto na capital, Curitiba, quanto no interior, especificamente na cidade de Guarapuava.

A 7ª e 8ª Promotorias de Justiça da cidade de Guarapuava-PR, ajuizou Ação Civil de Improbidade em face das pessoas envolvidas nas irregularidades no processo licitatório daquele município, a referida ação tramita junto à 1ª Vara Civil da Comarca de Guarapuava-PR sob o nº 0011202-

06.2013.8.16.0031, apensada aos processos nºs. 0014905-42.2013.8.16.0031 e 0011205-58.2013.8.16.0031. (Doc. 16)

O juiz responsável pela ação deferiu liminar no sentido de bloquear os bens dos envolvidos nas irregularidades apontadas. (Doc. 17)

O Ministério Público do Paraná fez uma grande investigação e chegou a conclusão que o município de Guarapuava foi refém de uma grande organização que se uniu no intuito de fraudar o processo licitatório e se beneficiarem de dinheiro público daquele município.

Vejamos alguns trechos do pedido ministerial:

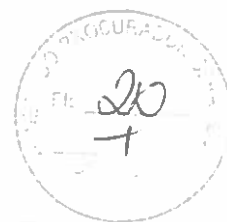
(...)

É que, nessa condição, permitiram que do certame participasse a Transportes Pérola do Oeste Ltda., mesmo havendo ela apresentado como representante o réu Sacha Breckenfeld Reck, filho e irmão dos sócios Garrone Reck e Alexis Breckenfeld Reck, da Logitrans – empresa esta que em consórcio com a Logit elaborou o estudo que corresponde ao Anexo VII do Edital. Tratase, aliás, do estudo que deu conteúdo ao Projeto Básico, constante do Anexo III, do mesmo Edital.

(...)

I.H) Logitrans – Logística Engenharia, Antonio Carlos Marchezetti, André Vinícius Marchezetti, Garrone Reck e Alexis Brenckenfeld Reck. Ao vencer a licitação e receber a incumbência de realizar o estudo que fundamentou o projeto básico e o Edital de Concorrência n.º 005/2009 fraudulentos, os requeridos Logitrans – Logística Engenharia, Antonio Carlos Marchezetti, André Vinícius Marchezetti, Garrone Reck e Alexis Brenckenfeld Reck passaram a exercer múnus público.

(...)



21
+

E foi no exercício dessa função que a Logitrans elaborou estudo direcionado, tudo tendo por contrapartida vantagem patrimonial, consistente, também, na contratação e remuneração, pela Transportes Coletivos Pérola do Oeste Ltda., dos serviços do requerido Sacha Breckenfeld Reck durante o certame licitatório.

Assim agindo, Logitrans – Logística Engenharia, Antonio Carlos Marchezetti, André Vinicius Marchezetti, Garrone Reck e Alexis Brenckenfeld Reck praticaram o ato de improbidade administrativa previsto no art. 9º, caput, da LIA. Ou, no mínimo, auxiliaram que terceiros (Transportes Pérola do Oeste Ltda., seus representantes e Sacha Breckenfeld Reck) enriquecessem, nos termos do art. 10, caput e inciso VIII e XII, da mesma Lei.

Ou, por fim, praticaram ato visando fim proibido em lei (art. 11, caput e inciso I, da LIA).

Outrossim observa-se que o mesmo artifício utilizado pelos personagens no Estado do Paraná, foi utilizado pela Secretaria de Transportes, na modalidade de Concorrência Pública nº 01/2011, visando a Concessão do Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Distrito Federal.

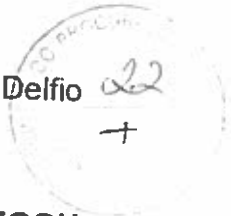
VII - SACHA RECH PATROCINA OS INTERESSES DE EMPRESAS VENCEDORAS DO CERTAME NO DISTRITO FEDERAL.

Procurações datadas de novembro de 2012, período da atuação de Sacha Reck junto a Licitação do DF, comprovam que o mesmo patrocinava causas de empresas que lograram êxito no certame distrital, vejamos:

A) PROCURAÇÃO OUTORGADA PELA EMPRESA AUTO VIAÇÃO MARECHAL AO ADVOGADO SACHA RECH. (DOC. 18)

Em 14 de novembro de 2012, a empresa Auto Viação Marechal LTDA outorgou procuração ao Advogado Sacha Reck, para que o mesmo atuasse em defesa dos interesses desta empresa junto a URBS – Urbanização

de Curitiba. A procuração foi assinada pelo Senhor Marco Antônio Gulin e Delfio José Gulin.



Verifica-se que o Advogado Sacha Reck, em sua oitiva **NEGOU** que patrocinasse diretamente a empresa Auto Viação Marechal, sendo Advogado apenas do SETRANSP - Curitiba, estritamente na defesa de interesses coletivos dos associados, com a seguinte declaração degravada:

"Nunca fui contratado pela empresa Auto Viação Marechal em situação envolvendo licitação e contrato"

Confira-se, a proposito, o teor dos poderes outorgados na sobredita procuração:

"Poderes: Amplos, gerais e ilimitados, inclusive os das clausulas "ad judicia". E mais para representar o(s) outorgante (s) em Juízo ou fora dele, para propor e contestar ações que julgarem convenientes, notificações, procedimentos administrativos, representação esta igualmente válida perante a autoridades administrativas e policiais, podendo firmar acordos, assumir compromissos, dar e receber quitação, levantar depósitos de qualquer natureza, transigir, retirar guias em execução em nome do outorgante, desistir da demanda, praticando, enfim, todos os atos necessários ao fiel desempenho deste mandato na defesa dos interesses do(s) Outorgante(s), juntou ou separadamente e independente da ordem de colocação de seus nomes, podendo, inclusive, substabelecer com ou sem reserva de poderes. O(s) Outorgante(s) não poderão se valer de qualquer das prerrogativas anteriormente descritas sem o consentimento dos outorgados, em especial transigir, dar quitação e firmar acordos. Este instrumento tem a especial finalidade de defender os interesses da outorgante na propositura de medidas judiciais, visando o cumprimento das cláusulas econômico-financeiras dos Contratos Administrativas resultantes da Concorrência Pública n. 005/2009 da URBS – Urbanização de Curitiba S.A. Curitiba, 14 de novembro de 2012.

**AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA. MARCO ANTÔNIO GULIN E
DELFIO JOSÉ GULIN" (grifo nosso)**

Ocorre que esta empresa foi vencedora do lote 4, junto a Licitação do Transporte Público do Distrito Federal, onde o Advogado Sacha Reck atuou como "consultor" do DF.

O que demonstra que o Advogado Sacha Reck, na condição de testemunha, "MENTIU" junto a essa CPI. O que configurou um falso testemunho, que poderia acarretar em sua PRISÃO EM FLAGRANTE no momento de sua oitiva. Por sua vez, com a configuração do crime tipificado como de falso testemunho (art. 342 CP), nada impede que esta Comissão proceda no pedido de instauração do referido processo criminal.

**B) PROCURAÇÃO OUTORGADA PELO GRUPO CONSTANTINO AO
ADVOGADO SACHA RECH. (DOC. 19)**

Em 05 de janeiro de 2012, a empresa Transporte Coletivo Grande Bauru LTDA outorgou procuração ao Advogado Sacha Reck, para que o mesmo atuasse em defesa dos interesses desta empresa junto a Comarca de Marília – SP.

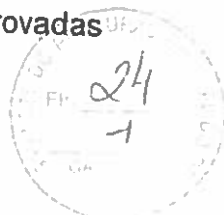
Ocorre que esta empresa pertence a HOLDING COMPORTE PARTICIPAÇÕES S.A, de propriedade do Grupo Constantino, que por sua vez, também é integrada pela empresa PIRACICABANA (EMPRESAS QUE INTEGRAM A HOLDING COMPORTE – GRUPO DE EMPRESAS DO SENHOR NENÉ CONSTANTINO).

Verifica-se que a Empresa Piracicabana, de propriedade da COMPORTE foi vencedora do lote 01, junto a Licitação do Transporte Público do Distrito Federal, onde o Advogado Sacha Reck atuou como "consultor".

Verifica-se também que o Advogado Sacha Reck advogou e advoga para empresas que lograram êxito no certame distrital, em flagrante desrespeito ao princípio da IMPESSOALIDADE.

As informações trazidas acima foram ratificadas no depoimento prestado pelo próprio Advogado Sacha Reck, em ação de irregularidade em

licitação no Município de Apucarana – PR, investigadas pelo Ministério Público do Estado do Paraná, onde o Advogado afirma patrocinar o Grupo Constantino. A licitação de Apucarana foi cancelada por irregularidades apontadas e comprovadas pelo Ministério Público do Paraná. (DOC. 20)



VIII - DOS FUNDAMENTOS DA AÇÃO POPULAR:

A sede Constitucional desta Ação está garantida pelo inciso LXXIII do art. 5º da Constituição Federal que assim estatui:

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

Fundamenta-se ainda, especificamente o Pedido da Autora, no que determina o teor do Art. 1º da Lei 4.717/65, que assim garante:

Art. 1º Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista (Constituição, art. 141, § 38), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.

Assim:

- 1) A Autora, prova sua condição de cidadã através de seu título de eleitor – doc. 02 juntado.

- 25
1
- 2) A propositura da presente ação, objetiva a nulidade dos atos lesivos ao patrimônio público, oriundos das fraudes ocorridas na licitação promovida pelo Réu, através da Concorrência Pública da Secretaria de Transportes nº 01/2011.
 - 3) A causa de pedir que enseja a propositura da presente ação, é justamente a prática das irregularidades e ilegalidades que comprometeram de vícios insanáveis os atos administrativos praticados na Concorrência Pública 01/2011.
 - 4) Essas nulidades atingiram o ato administrativo, localizando-se nos diferentes requisitos de formação dos atos, quais sejam: Sujeito ou competência, forma, objeto, motivo e finalidade.
 - 5) Tais requisitos, são justamente preceituados pelas alíneas "a" a "e" do art. 2º da lei da Ação Popular – 4.717/65.

Fundamenta-se especificamente a presente ação, pelo teor do que disciplina o art. 4º inciso III, alínea "c", da já citada lei da Ação Popular, que assim predetermina:

Art. 4º São também nulos os seguintes atos ou contratos, praticados ou celebrados por quaisquer das pessoas ou entidades referidas no art. 1º.

III - A empreitada, a tarefa e a concessão do serviço público, quando:

- a) o respectivo contrato houver sido celebrado sem prévia concorrência pública ou administrativa, sem que essa condição seja estabelecida em lei, regulamento ou norma geral;
- b) no edital de concorrência forem incluídas cláusulas ou condições, que comprometam o seu caráter competitivo;
- c) a concorrência administrativa for processada em condições que impliquem na limitação das possibilidades normais de competição.

IX – DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO FEDERAL

A presente demanda é da competência da justiça federal.

Com efeito, como é cediço, o art. 21 da Constituição Federal atribuiu à União celebrar tratados e manter relações com Estados estrangeiros ou organismos internacionais.

A referida competência exclusiva da União se fundamenta no fato da Constituição ter eleito a União como representante da soberania nacional em matéria de relações externas.

No presente caso, a causa possui interesse da União a justificar a competência da justiça federal (art. 109, I, CF), tendo em vista a lisura do emprego de verba em contrato que envolva recursos oriundos de convênio firmado pelo Estado Brasileiro, por intermédio da União, e repassados ao Distrito Federal.

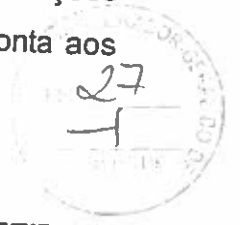
O tema já foi objeto de precedente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que, nos autos da Apelação Cível nº 0005291-94.2012.4.01.4300/TO assim decidiu:

PROCESSUAL CIVIL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA PELA PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – RECURSOS FINANCEIROS CONTRATOS PELA UNIÃO FEDERAL COM ORGNISMO INTERNACIONAL (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO –BID) E SUBCONTRATADOS POR MUNICÍPIO.

É manifesto o interesse jurídico da União Federal na lisura de certame licitatório que envolva recursos contratados mediante convênio firmado pelo Estado Brasileiro com organismo internacional e repassados a Município por meio de subcontratação. (AP -94.2012.4.01.4300/TO, Relator Catão Alves).

Cumpra frisar que a Lei 4.717/1965 estabelece em seu art. 5º, § 2º que: Quando o pleito interessar simultaneamente à União e a qualquer outra pessoa ou entidade, será competente o juiz das causas da União.

Ora, no caso em exame, há interesse da União, que tem competência para celebrar e intermediar contratos financeiros com organizações internacionais, e o Distrito Federal que recebeu verba e a aplicou em afronta aos princípios constitucionais.



X - DA DEMONSTRAÇÃO DA NECESSIDADE DE CONCESSÃO DOS EFEITOS DA TUTELA ANTECIPADA

Conforme preceitua o art. 5º, § 4º da Lei 4.717/65 (Lei da Ação Popular): "Na defesa do patrimônio público caberá a suspensão liminar do ato lesivo impugnado".

A concessão de medida liminar merece prosperar pelos seguintes fundamentos:

1 - DA VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES

Os documentos que instruem a inicial são idôneos a comprovar as irregularidades apontadas, a saber:

- a) Participação ativa de advogado particular estranho à Comissão Especial de Licitação no julgamento das habilitações, respostas à recursos e julgamentos de propostas financeiras, em suposta consultoria jurídica e sem qualquer contrato direto com a Administração Pública, em verdadeira substituição fática aos membros da Comissão Especial de Licitação;
- b) Afronta ao item 16.1.2, alínea "g" e "h", do Edital da Concorrência n. 001/201 – STDFT, em razão da habilitação e contratação de empresas do mesmo grupo econômico;
- c) Favorecimento da empresa Viação Marechal, que além de ser empresa para a qual o advogado Sacha Reck prestava assessoria

particular, apresentou ainda proposta totalmente em descompasso com as regras editalícias, ofendendo o piso salário dos motoristas e assim se favorecendo para elaboração de tarifa;

- d) Vício na constituição do Consórcio HP-ITA;
- e) Desrespeito ao prazo recursal em diversas oportunidades, afrontando assim a regra do art. 109 da Lei de Licitações.

2 - PEDIDO DE DANO IRREPARÁVEL

Os danos a serem suportados não somente pela autora, mas por toda a população do DF e regiões circunvizinhas são enormes, iminentes e claros.

Conseguimos enumerar, Excelência, apenas fatia deles:

- a) Diante as propostas apresentadas e que foram vencedoras, em pouco tempo as tarifas de ônibus subirão, pois pelos valores apresentados pelas empresas é totalmente inviável a execução do contrato nos termos em que foram pactuados, restando, mais uma vez, o peso para a população;
- b) A população do Distrito Federal suportará as indenizações advindas da anulação da Concorrência n. 01/2011 – ST/DF, que atingirão cifras milionárias, ou até bilionárias, a depender da época em que for decretada a nulidade, as quais poderiam ser aplicadas em serviços públicos essenciais para a sociedade, como saúde e educação.
- c) As empresas vencedoras já estão colocando os ônibus novos em circulação, firmando contratos de financiamento com bancos públicos e contratos subsidiados pelo governo, gerando assim um verdadeiro ROMBO nos cofres públicos caso a licitação seja anulada, no mérito, devendo, tal prejuízo ser evitado pelo Poder Judiciário.

Destarte, diante dos fundamentos acima delineados, imperiosa é a concessão da antecipação de tutela, no sentido de suspender a execução dos

contratos pelas empresas que foram vencedoras da licitação n. 01/2011 ST-DF até que seja julgada a presente demanda e apuradas as ilegalidades e fraudes no processo licitatório.

XI - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, e no que mais certamente será suprido pela intervenção desde Douto Magistrado, pelos fatos e fundamentos de direito, bem como pela vasta documentação anexa, requer:

- a) O deferimento do pedido de antecipação dos efeitos da tutela no sentido de suspender a execução dos contratos firmados pelas empresas licitantes vencedoras da Concorrência Pública n. 01/2011 ST-DF até o julgamento final da presente demanda;
- b) No mérito, seja confirmada a decisão antecipatória, para ANULAR O PROCESSO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 01/2011 ST-DF, diante das várias fraudes, ilegalidades e nulidades que envolveram a licitação, condenando os réus ao ressarcimento ao erário dos valores percebidos indevidamente, após regular apuração, nos termos do art. 11 c/c o art. 14, ambos da Lei 4.717/65;
- c) A citação dos Réus para, querendo, apresentar defesa;
- d) A intimação do Ministério Público para se manifestar no feito;
- e) A produção de todas as provas em direito admitidas;

Dá-se à causa o valor de R\$ 100,00 (cem reais).

Nestes termos,

Pede deferimento.

Brasília – DF, 19 de março de 2014.


MÁRCIO-ROGÉRIO ALMEIDA ARAÚJO
Advogado – OAB/DF 26.362





WMA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 17ª VARA FEDERAL DA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL.

JUSTIÇA FEDERAL-DF
- 3 ABR 14 56 PM 013194
PROTÓCOLO NUJCU
RELÓGIO Nº 15

PROCESSO N.º 20923-76.2014.4.01.3400

AUTOR: CELINA LEÃO HIZIM FERREIRA

RÉU: DISTRITO FEDERAL



O DISTRITO FEDERAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, por seu Procurador, no exercício regular das atribuições do cargo, regularmente constituído por força de lei, com o devido respeito e acatamento, nos autos da Ação Civil Pública em epígrafe, vem apresentar

CONTESTAÇÃO,

ao tempo em que se manifesta acerca do pedido de antecipação de tutela.

em face da pretensão deduzida em juízo pela parte autora, com fundamento no art. 300 e seguintes do CPC, fazendo-o com esteio nos seguintes fundamentos de fato e de direito.

X



1. DO ESCOPO DA PRESENTE PEÇA

Considerando que os argumentos utilizados adiante a fim de que os pedidos sejam julgados improcedentes se confundem com os manejados para o indeferimento do pedido de antecipação dos efeitos da tutela, o Distrito Federal vale-se da presente peça para, **além de contestar a demanda, apresentar as razões pelas quais aquele pedido (antecipação de tutela) deve ser indeferido.**

2. DO NECESSÁRIO INTRÓITO

As alegações apresentadas pela Autora Popular na presente demanda tratam-se de uma espécie de "*copia e cola*" de outras ações ajuizadas, seja por autores populares, seja por antigas operadoras do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF.

Tal "*copia e cola*" fica comprovado quando se lê que boa parte das argumentações constantes da presente Ação Popular foram também utilizadas na Ação Civil Pública n.º 2013.01.1.190491-4, ajuizada pela Associação Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor e da Cidadania - APROCON e na Ação Civil Pública n.º 2013.01.1.137964-2 ajuizada pela ABRADDEC, ambas em trâmite perante as Varas de Fazenda Pública do Distrito Federal.

Quer-se afirmar com isso que os autores, sejam os populares, sejam os das ações civis públicas, fazendo parte de uma mesma organização voltada a desmoralizar o procedimento licitatório objeto de questionamento nestes autos judiciais.

3. BREVE HISTÓRICO DA DEMANDA

De saída, verifica-se dos autos que a autora incluiu no polo passivo desta demanda o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID sem haver indicado nos pedidos qualquer obrigação a ser cumprida por aquele Banco, o que demonstra, claramente, apenas o intuito de deslocar a competência da justiça distrital para o juízo federal, já que perante o juízo distrital todas as demandas que possuíam a causa de pedir idêntica ao caso dos autos tiveram os pedidos liminares indeferidos, quer seja na primeira instância, quer seja na



segunda instância.

Afirma a autora que haveria superfaturamento dos valores estimados para as tarifas que causarão enormes prejuízos para a população, "gerando efeitos pelos próximos dez anos", além de alegar como motivos secundários para a anulação do certame "as ilegalidades cometidas pelo governo durante o processo licitatório", sem mencionar quais seriam tais ilegalidades.

Alega que a escolha da consultoria técnica das empresas LOGIT ENGENHARIA LTDA e LOGITRANS LOGÍSTICA ENGENHARIA E TRANSPORTE LTDA., estaria maculada em razão de que ambas as empresas são de propriedade de Garrone Reck, pai de Sacha Breckenfeld Reck, advogado das empresas participantes da licitação e ao mesmo tempo consultor do Distrito Federal na licitação.

Aduz que o escritório dos advogados Guilherme Gonçalves & Sacha Reck foi o responsável por conduzir toda a licitação e que invadiu competências da Comissão de Licitação em razão de ter julgado os recursos administrativos manejados na Concorrência 01/2011. Sustenta ainda que referido escritório de advocacia não possui contrato formal com a Administração Pública.

Conta que o referido Consórcio elaborou o Edital do transporte público coletivo do Distrito Federal e de outras cidades em parceria com o escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, que atuariam simultaneamente para os Grupos Constantino e Gulin e, ainda, acumulariam a função de "consultor" do Distrito Federal.

Sustenta existir grupo econômico entre as empresas Viação Piracicabana e Viação Pioneira, sob o fundamento de que pertenceriam aos mesmos sócios e a mesma configuração societária de uma empresa matriz, Expresso União Ltda.

Argui que, na proposta de preço da Viação Marechal Ltda., os salários para os motoristas foi elaborado com valor imensamente inferior ao fixado pela Convenção Coletiva de Trabalho, em afronta à legislação



trabalhista.

Afirma a autora popular, ainda, haver divergência, na proposta de uma das empresas vencedoras, entre o número de veículos constantes do Atestado de Capacidade Técnica apresentado com o número de veículos que fora fiscalizado e constante do Registro do Ministério Público.

Cita a ocorrência de grupo econômico na licitação promovida pelo município de Guarapuava-PR, motivos pelos quais a 7ª e 8ª Promotoria de Justiça daquela cidade ajuizaram Ação Civil de Improbidade com vistas a apuração de supostos fatos ali ocorridos, supostamente envolvendo a mesma consultoria.

Aduz que o Ministério Público do Distrito Federal e o Ministério Público de Contas se posicionaram pela anulação do certame e repete os argumentos já expostos para sustentar a necessidade de anulação da Licitação.

Como se verá, as considerações trazidas na inicial são insubsistentes, desprovidas de qualquer elemento comprobatório, fundamentadas em presunções inverídicas, pelo que deve ser julgada improcedente a presente Ação Popular.

Em síntese, essas foram as questões aduzidas pela Autora na presente Ação Popular.

4. DAS PRELIMINARES

4.1 Da ilegitimidade passiva do BID e a incompetência da Justiça Federal

Como dito, a parte autora incluiu o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID no pólo passivo da presente demanda, todavia ela não desenvolveu qualquer argumentação jurídica que justificasse tal inserção.



Com efeito, a parte autora não trouxe com a sua narrativa exposição fática que demonstre a necessidade de o BID figurar no pólo passivo da presente demanda. Isto é, o BID não faz parte da relação jurídica de direito material deduzida em juiz, nada tendo a ver com a situação fática exposta na inicial.

Na realidade, a autora houve por bem incluir o BID no pólo passivo da ação com o deliberado intuito de atrair a competência da Justiça Federal para processar o feito, uma vez que é fato público e notório que todas as demais tentativas - oriunda das pessoas participantes da organização da qual a autora popular faz parte - perante as Varas de Fazenda Pública do Distrito Federal foram frustradas.

Assim, como tábua de salvação, a autora entendeu que a única saída para o acolhimento do seu absurdo pleito seria a propositura da presente ação perante a Justiça Federal.

Ocorre que, como visto, o BID não faz parte da relação jurídica de material deduzida na petição inicial e tal circunstância enseja a sua ilegitimidade passiva. É dizer, não qualquer pertinência a manutenção do BID na condição de réu desta ação popular.

Nesta toada, sendo o BID parte ilegítima para figurar no polo passivo desta demanda, a sua exclusão é medida que se impõe.

Com a necessária exclusão do BID do polo passivo, não subsiste mais a competência deste Juízo para processar e julgar o feito, devendo os autos serem redistribuídos para uma das Varas da Fazenda Pública do Distrito Federal.

Em conclusão, nos termos do artigo 267, VI, o processo deve ser extinto em relação ao BID e, com a sua exclusão da lide, não resta outra opção a este Eminentíssimo Juízo, senão declarar-se incompetente para processar e julgar o feito, com a consequente remessa dos autos ao juízo competente.



4.2 DA VERDADEIRA INTENÇÃO POR TRÁS DOS PEDIDOS E CAUSA DE PEDIR DESTA AÇÃO POPULAR – MERO INTUITO DE CORROBORAÇÃO E REFORÇO DA AÇÃO PROPOSTA PELA ABRADec, QUE VISA A PROTEÇÃO DE INTERESSE PARTICULAR.

A presente ação popular, consiste quase que exclusivamente em uma reprodução *ipsis litteris* da Ação Civil Pública n.º 2013.01.1.137964-2 ajuizada pela ABRADec perante a Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal.

Em função disso, posto que o intuito da autora popular se restringe à mera repetição da pretensão da ABRADec, cumpre fazer os seguintes esclarecimentos.

A ABRADec, sob o pretexto de agir buscando a “defesa dos interesses da coletividade”, ajuizou a aludida Ação Civil Pública n.º 2013.01.1.137964-2, em trâmite perante a 2ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal. Contudo, diferentemente do que faz parecer, a referida Associação, e, conseqüentemente, a autora popular (que reproduziu os fundamentos da primeira ação), não agem na tutela do patrimônio público, mas em prol de interesses particulares, alheios aos anseios da população [dos usuários do transporte público coletivo].

Explica-se: a ABRADec por meio de denúncia de sua autoria, colocou sob suspeita a atuação da consultoria prestada pelo escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados no âmbito da Concorrência n.º 1/2011-ST; a ABRADec deu conhecimento de tal denúncia a diversas autoridades públicas; A denúncia da ABRADec foi dissipada na mídia, especialmente no Blog do Mino e no Jornal de Brasília; a **Deputada Celina Leão, ora autora popular, explorou tais fatos e, inclusive, se deslocou ao Município de Curitiba-PR para dissipar tais denúncias no Plenário da Câmara de Vereadores daquele Município e colocar sob suspeita a integridade dos consultores**; a ABRADec se utiliza das citadas notícias jornalísticas, das atuações da Deputada Distrital Celina Leão e dos demais frutos colhidos com sua ação, tudo numa lógica exclusivamente fictícia e supositiva,



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

32

sem lastro probatório algum, para instruir a Ação Civil Pública n.º 2013.01.1.137964-2, omitindo do Exmo. Juízo que tudo começou por denúncia de sua própria autoria, na qual criou uma série de tramas envolvendo suposta atuação irregular do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck na Licitação em tela.

E mais: quanto à tese de que a Ação de Improbidade Administrativa do Estado do Paraná (Município de Guarapuava) seria prova dos fatos narrados naquela demanda, não lhe assiste razão. Da leitura da petição inicial do referido feito, vê-se que a inclusão do advogado Sacha Reck no polo passivo daquela demanda fundamentou-se justamente nas notícias veiculadas pelo Jornal de Brasília (originadas na denúncia da ABRADec).

Por fim, para tentar dar aparência de maior veracidade às acusações feitas pela ABRADec, a autora popular ajuizou a ação popular em tela como se fosse uma terceira imparcial interessada, mas, na verdade, reproduzindo a Ação da ABRADec, tecendo afirmações sem qualquer amparo probatório.

Fecha-se um círculo vicioso iniciado pela ABRADec e corroborado pela Deputada Celina Leão, ora autora popular, com o propósito de tumultuar a Concorrência n.º 1/2011-ST e impedir a renovação da frota de veículos do transporte público coletivo do Distrito Federal e a substituição das operadoras que, há anos, prestam, precária e insuficientemente, o serviço de transporte público coletivo.

Ante a esses fatos, insta questionar se há interesses particulares envolvidos, os quais, de forma alguma, se encaixam no objeto de uma Ação Popular.

Reputa-se que há interesses particulares ocultos no bojo das mencionadas demandas judiciais, vejamos:



A própria autora, na exordial desta Ação Civil Pública, se declara conhecedora de que o valor das propostas de outras concorrentes teria sido abaixo daqueles ofertados pelas vencedoras. Ora, como poderia a Autora ter conhecimento de tais valores, se as propostas das concorrentes não foram sequer abertas pela Comissão Especial de Licitação, já que tais empresas foram inabilitadas?

E mais: a ABRADDEC - que formulou as acusações meramente repetidas pela autora popular - é presidida pelo Senhor Denis Jones dos Santos Bastos Sarausa, que opera linhas do serviço complementar rural do transporte público coletivo do Distrito Federal, consoante se extrai do Contrato de Adesão n.º 26/2009, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 105 de 2 de junho de 2009. Ou seja, a ABRADDEC é presidida por um empresário que já opera no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF.

Insta informar que foi recebida ação criminal em face do Sr. Denis Jones dos Santos Bastos Sarausa em razão das inverdades apontadas nas acusações formuladas em nome da ABRADDEC.

Diante do exposto, afigura-se que, por meio da Ação Civil Pública em tela, a autora popular está atuando em conjunto com a ABRADDEC, buscando proteger interesses particulares e tumultuar o processo licitatório sob análise, de forma a perpetuar indefinidamente as atuais operadoras na péssima e caótica prestação do serviço de transporte público coletivo do Distrito Federal, que tanto aflige a população do Distrito Federal.

Tal intento, todavia, tem sido obstado pelo Poder Judiciário que, em mais de uma oportunidade, assegurou a contratação dos novos concessionários do serviço de transporte público coletivo do Distrito Federal, e a execução do serviço por estes, em prol da mobilidade urbana e da população do Distrito Federal.

4.3 DA IMPOSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO DA TUTELA LIMINAR PLEITEADA PELA AUTORA - TUTELA QUE JÁ FOI SUSPENSA



**PELO TJDFT EM SUSPENSÃO DE LIMINAR EM SITUAÇÃO
IDÊNTICA**

Consoante demonstrado linhas atrás, a **Ação Popular ora combatida envolve "mesmo pedido e [mesma] causa de pedir" da Ação Civil Pública n.º 2013.01.1.137964-2, movida pela ABRADDEC**. Quase a integralidade da petição inicial desse feito se trata de transcrição *ipsis litteris* da exordial da ABRADDEC.

Naquele caso, induzido a erro pela ABRADDEC, o douto Juízo deferiu o pedido de liminar formulado pela Associação na demanda conexa à presente.

Ocorre que, ato contínuo, foi ajuizada a **Suspensão de Segurança e de Liminar n.º 2013.00.2.024163-0, na qual o Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT decidiu monocraticamente por suspender a liminar deferida na ação da ABRADDEC - repise-se, de igual teor e iguais fundamentos ao pedido da APROCON -, para evitar a ocorrência de lesão à ordem e economia públicas.**

E a decisão da douta Presidência do TJDFT foi confirmada pelo Conselho Especial daquele Tribunal, à unanimidade, quando a ABRADDEC interpôs Agravo Regimental. Confira-se alguns trechos da fundamentação desse aresto:

"Ademais, a decisão agravada está assentada na possibilidade de ocorrência de dano à ordem e à economia públicas, devidamente demonstrada na peça inaugural do pedido de suspensão.

No tocante à questão da ordem pública, o Distrito Federal afirmou que as empresas Viação Marechal, Viação Piracicabana e Viação Pioneira encontravam-se em plena operação no serviço de transporte público e, caso fosse mantida a liminar, a suspensão das bacias 1, 2 e 4 poderia inviabilizar o funcionamento de todo o sistema de transporte público no Distrito Federal, uma vez que



todas as bacias seriam interligadas.

(...)

Aliás, em contraposição a essa particularidade suscitada no agravo, a suspensão de segurança restou deferida exatamente com vistas à **preservação da ordem econômica, ameaçada concretamente pela suspensão dos contratos administrativos, pois as empresas alijadas do certame pela liminar já teriam realizado vultuosos investimentos na aquisição de ônibus novos e na construção de garagens, investimentos estes que não podem ficar paralisados aguardando o desfecho da ação originária.** Este fato, por si só, é que poderia concretamente dar ensejo a um pedido de indenização por parte das contratadas, caso fossem julgados improcedentes os pedidos formulados na ação principal.

Acrescente-se a isso, **o investimento de recursos públicos empregados na realização do certame pelo Governo do Distrito Federal, que também acabaria comprometido."**

(TJDFT - SS 2013.00.2.024163-0 - Conselho Especial - J. 22/10/2013)

Lembre-se que, ao teor do art. 4º, §8º, da Lei Federal n.º 8.437/92, as decisões de suspensão de liminar se estendem às liminares de objeto idêntico - como ocorre *in casu*, em que a autora requer liminar de igual teor àquela pleiteada anteriormente pela ABRADec e que foi suspensa pelo Conselho Especial do TJDFT.

Dessa forma, sem entrar no mérito das alegações da autora popular, pela constatação de que sua causa de pedir e pedidos são iguais aos previamente apresentados pela ABRADec no feito conexo ao presente, impõe-se o indeferimento da liminar pugnada pela Autora - sob pena de violar a autoridade do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.



46

5. DO MÉRITO

5.1 DOS ATOS QUE PRECEDERAM A CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 01/2011-ST

Preliminarmente, cumpre rememorar que o Distrito Federal, após determinação judicial extraída dos autos de Ação Civil Pública nº. 2001.01.1.010242-8, em trâmite na justiça distrital, teve a missão de realizar o procedimento licitatório para a regularização e modernização do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF.

Em que pese à existência de um edital de licitação embrionário da Concorrência Pública nº. 01/2011, visando à realização do certame, publicado no ano de 2011, tal instrumento convocatório foi reprovado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, por diversas inconsistências.

Assim, afigurou-se imprescindível a reconstrução do referido instrumento, não apenas sob a diretriz de regularização jurídica das permissões existentes, como determinado pelo Poder Judiciário, mas também com o objetivo de implantar um novo projeto operacional, capaz de melhorar a qualidade da prestação dos serviços aos usuários, como demandou o TCDF.

Diante disso, pautando por atender à coletividade, cumprir as competências precípua da Pasta e aderir ao Princípio da Economicidade, foram utilizados instrumentos já em emprego na Secretaria, iniciados na gestão anterior, com as adequações necessárias, sempre primando pela celeridade e eficiência na resolução das demandas do transporte público coletivo do Distrito Federal.

Uma dessas ferramentas refere-se ao Convênio - Cooperação Técnica ANT/OC-11243-BR - firmado em 2009 entre o Distrito Federal - na oportunidade, denominado Beneficiário - e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - Administrador do Fundo para a preparação de Projetos de Infraestrutura (InfraFundo), destinado a formalizar termos e condições para a concessão de uma Cooperação Técnica não-reembolsável ao Beneficiário, ao visio de apoiar a implementação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal - PTU/DF (Anexo).



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

O Beneficiário (DF), por meio da Secretaria de Transportes, acordou que o BID utilizaria os recursos disponibilizados para contratar e pagar diretamente os serviços de consultoria necessários para o cumprimento dos objetivos da Cooperação supracitada.

Ajustou-se, ainda, que o Distrito Federal deveria aportar recursos como contrapartida, estimada, naquela ocasião, em US\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil dólares americanos), dos quais US\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil dólares americanos) deveriam ser destinados a pagamentos de consultores. Também restou comprometido que tal estimativa não reduziria a "obrigação do Beneficiário de aportar os recursos adicionais exigidos para a conclusão do Programa".

Após participação vitoriosa em certame licitatório internacional BR-T1089-SN3 patrocinado pelo BID (Termo de Referência - Anexo e Proposta da empresa - Anexo), o Consórcio LOGIT Engenharia Consultiva Ltda. e LOGITRANS Logística, Engenharia e Transportes Ltda. foi contratado mediante o Contrato de Serviços de Consultoria ATN/OC-11243-BR, subscrito em 1º de junho de 2010, firmado com o BID, cujo objeto exordial consistiu na elaboração de propostas de reformas setoriais de médio e longo prazo, a preparação de estudos, marcos, planos e metas, que garantissem uma transição do sistema atual para o futuro sistema integrado de transporte público coletivo e sua adequada operação. (Anexo)

A par disso, frise-se que fora identificada a oportunidade de se utilizar da Cooperação Técnica, com ajustes demandados por pela Secretaria de Transportes, para a efetivação dos fins colimados pelo PTU para o Sistema de Transporte Coletivo do Distrito Federal como um todo. Nesse sentido, foram realizados os enquadramentos do Contrato de Serviços de Consultoria ATN/OC-11243-BR à nova realidade, conforme pode ser observado por meio das tratativas realizadas junto ao BID nos Ofícios nº 723/2011-GAB/ST e nº 1072/2011-GAB/ST. (Anexo - Ofícios e Anexo - Proposta da empresa enviada ao BID)

Ato contínuo, foi firmado Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria entre o BID e o Consórcio LOGIT-



LOGITRANS, que abarcou, dentre outros produtos, a versão preliminar do Edital de Concessão, do Contrato de Concessão e dos demais anexos técnicos do Edital da Concorrência Pública nº. 001/2011 - ST (Minutas), nos termos previstos na Cláusula Quarta, alínea "e". (Anexo)

Em março de 2012, com a conclusão da fase interna do processo licitatório da Concorrência nº 001/2011 - ST, exauriu-se o objeto da Cooperação Técnica, dentro do Contrato ATN/OC-11243-BR, naquilo que envolvia os compromissos assumidos pelo BID na referida Cooperação. Remanesceram, todavia, as demais atividades listadas no Anexo 2 do Termo Aditivo à Cooperação Técnica, sob responsabilidade do Distrito Federal, a título da contrapartida já mencionada.

Assim, em face das demandas técnico-jurídicas que emergiriam na fase externa do certame, sobreveio a necessidade de se dar continuidade com os trabalhos, visando o suporte na emissão de pareceres e orientações técnicas à Secretaria, mormente quanto aos pedidos de esclarecimentos, impugnações administrativas, bem como sob os aspectos técnicos e financeiros envolvendo o Edital de licitação e o julgamento do certame, intercorrências essas previsíveis em qualquer pleito dessa natureza.

No que pertine às questões técnico-financeiras, prosseguiu-se com a consultoria sob o comando da empresa líder do Consórcio contratado pelo BID, no caso a LOGIT- Engenharia Consultiva Ltda.

Quanto à consultoria técnico-jurídica especializada na área de transporte público coletivo, a eleição do advogado Sacha Breckenfeld Reck e equipe decorreu do fato de o referido profissional ter integrado a equipe do Consórcio LOGIT-LOGITRANS durante a execução da Cooperação Técnica.

Ou seja, a escolha das consultorias referidas decorreu de decisão já consolidada no âmbito da Cooperação Técnica, desde 2010, quando firmado o Contrato ATN/OC-11243-BR.

Como é de se observar, portanto, demonstrou-se razoável a continuidade das mencionadas consultorias, para auxílio técnico à implementação do novo modelo de STPC/DF, consultorias essas levadas a efeito.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

no âmbito do Programa de Transporte Urbano - PTU, cujo Órgão Financeiro Internacional - BID é a principal fonte dos recursos de seu custeio e possui normas e procedimentos próprios.

Deve-se realçar que o PTU, já em andamento quando da celebração da Cooperação Técnica em tela, é objeto do Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR, firmado pelo Distrito Federal com o BID em 30.1.2008. No referido ajuste a Secretaria de Estado de Transportes figura como Órgão responsável por promover a execução do PTU/DF e a utilização dos recursos oriundos do financiamento.

Imperioso registrar que no escopo do PTU, dentre os diversos projetos nele previstos, está inserida a renovação de toda a frota de ônibus do Distrito Federal, nos termos dispostos na Cláusula 4.07 (b):

CLÁUSULA 4.07.(...).

(b) O Mutuário, dentro do prazo de desembolso do Programa, **deverá promover a renovação da frota de ônibus do Distrito Federal de modo a compatibilizar a mesma com o perfil de frota aprovado pela Resolução Nº 4725 do Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, de 13 de setembro de 2007**, conforme seja necessário à operação do transporte coletivo no corredor Leste-Oeste, a qual terá sua qualidade de serviço prestado aferida pela agência reguladora competente atualmente em processo de criação.

Dentro do contrato do PTU, restou também estabelecido como obrigação do Distrito Federal, a exigência de se proceder à contratação de Consultoria a fim de prestar apoio ao Gerenciamento do Programa, conforme disposições insertas nas Cláusulas 3.02 e 3.02, alínea (b), do Capítulo III; 4.07 do Capítulo IV; 4.02, V, Anexo A do PTU. Referidas



45

Cláusulas assim rezam: (Anexo)

Capítulo III – Desembolsos

(...)

Cláusula 3.02. – Condições especiais prévias ao primeiro desembolso.

(...)

(b) A apresentação dos termos de referência para contratação de serviço de apoio ao gerenciamento do Programa previamente acordado com o Banco.

(...)

Capítulo IV – Execução do Programa

Clausula 4.07. Condições especiais de execução. (a) Estará condicionado à contratação de serviço de apoio ao gerenciamento do Programa nos termos da Cláusula 3.02(b) destas Disposições Especiais o início das obras a serem financiadas a débito do Financiamento, (...).

Cláusula 4.02, V, Anexo A - A UGP coordenará suas atividades dispensando especial atenção a quatro áreas: (...) (d) (...) A execução do Programa terá o apoio de uma consultoria cujas principais atividades serão: (i) programação e acompanhamento da execução físico-financeira dos contratos, inclusive apoio à supervisão dos processos licitatórios, (ii) criação, implementação e operação de um plano de monitoramento para avaliação do programa; (iii) apoio na elaboração de termos de referencia e documentos de licitação; (iv) apoio à UGP na supervisão e fiscalização de projetos e obras e na



46

aquisição de bens e serviços; (v) elaboração de relatórios periódicos e específicos do avanço do Programa”.

Objetivando atender às condições expressas nesse Contrato de Empréstimo, após o devido procedimento de seleção - SDP Nº 001/2008/PTU, foi firmado o Contrato nº 25/2008-ST, entre a Secretaria de Transportes do Distrito Federal e a empresa Arcadis Logos Engenharia S/A, no exercício de 2008, cujo objeto é a prestação dos Serviços de Apoio ao Gerenciamento do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal - SAG/PTU/DF. (Anexo)

A Cláusula 3.7 do Contrato nº 25/2008-ST tratou de instituir as atividades da Empresa Consultora que requerem aprovação prévia do Contratante (GDF). Dentre elas está a questão de contratação de subconsultorias:

3.7 Atividades da Empresa Consultora que requerem a aprovação prévia do Contratante

A Empresa Consultora deverá obter por escrito aprovação prévia do Contratante antes de realizar qualquer das seguintes ações:

- (a) qualquer mudança ou acréscimo no Pessoal detalhado no Apêndice C;
- (b) Subcontratos: a Empresa Consultora poderá subcontratar serviços relacionados à prestação dos Serviços até certo ponto e com os especialistas e entidades que tenham sido previamente aprovados pelo Contratante; apesar desta aprovação, a Empresa Consultora tem a responsabilidade total pela prestação dos Serviços: se o Contratante considerar um Subconsultor incompetente ou incapaz de desempenhar as tarefas atribuídas, o Contratante poderá solicitar à Empresa Consultora que contrate um substituto com qualificações e experiência aceitável ao Contratante ou que retome a prestação dos Serviços;
- (c) qualquer outra ação que possa estar estipulada nas CEC.

Nesse diapasão, a Cláusula 4.1 institui como obrigação da Gerenciadora a contratação de subconsultores com nível de competência e experiência necessárias para prestar os serviços. Cabe ao Contratante examinar e aprovar o pessoal disponibilizado pela Contratada para executar o objeto ajustado.



4 Pessoal da Empresa Consultora e Subconsultores

4.1 Generalidades A Empresa Consultora contratará e fornecerá Pessoal e Subconsultores com o nível de competência e experiência necessárias para prestar os Serviços.

4.3 Aprovação do Pessoal

O Contratante, nos termos deste Contrato, aprova a relação do Pessoal-chave e os Subconsultores enumerados por cargo e por nome no Apêndice C. Com respeito a outro Pessoal que a Empresa Consultora se proponha utilizar na prestação dos Serviços, a Empresa Consultora apresentará ao Contratante uma cópia de seus Currícula Vitae (CV) para seu exame e aprovação. Se o Contratante não expressar objeções por escrito (indicando os motivos da objeção) dentro de 21 (vinte e um) dias contados a partir da data de recebimento desses CV, se considerará que o mencionado Pessoal foi aceito pelo Contratante.

Assim, no contexto da execução dos Serviços de Apoio ao Gerenciamento do Programa PTU/DF, a empresa Arcadis Logos Engenharia S/A (Contrato nº 25/2008-ST) realizou a contratação dos subconsultores em comento (Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck e a empresa LOGIT ENGENHARIA LTDA).

Deve-se notar e realçar a particularidade que reveste esse ajuste, regido pelas políticas e procedimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, uma vez que pactuado dentro do Contrato de Empréstimo Internacional nº 1957/OC-BR, sujeito, portanto, às políticas de aquisição e execução daquela Entidade Financeira Multilateral.

Nesse sentido, foram observadas as normas insculpidas por aquele Organismo Internacional e pelo Contrato nº 25/2008-ST, relacionadas com os procedimentos regentes da contratação de subconsultores, consoante demonstrado nas linhas pretéritas e na documentação anexa.

5.2 DA REGULARIDADE DA ATUAÇÃO DO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

48

No que diz respeito à atuação do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados no bojo da Concorrência n.º 1/2011-ST, esclareça-se que não gera surpresa a alegação constante na inicial no sentido de que o escritório de advocacia em questão, ou seu sócio Sacha Reck, não possuiriam relação com o BID - Banco Internacional de Desenvolvimento. Como alhures mencionado, o citado causídico, na fase interna da Concorrência n.º 1/2011-ST, integrou o Consórcio LOGIT-LOGITRANS - este sim contratado pelo BID. Dessa forma e não sendo representante legal das empresas que constituem tal consórcio, é evidente que o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados não firmou diretamente qualquer avença com o BID.

Conforme demonstrado no tópico anterior, o advogado Sacha Reck integrava o corpo jurídico do Consórcio LOGIT-LOGITRANS. Seu nome constou expressamente de quadro técnico de consultores da proposta técnica que integrou a contratação realizada pelo BID.

O Banco Interamericano do Desenvolvimento e o citado Consórcio firmaram Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria, que abarcou, dentre outros produtos, a elaboração da versão preliminar do Edital de Concessão, do Contrato de Concessão e dos demais anexos técnicos do Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST, cuja avença teve vigência até março de 2012.

Findo aquele ajuste, para a atuação do advogado Sacha Reck na fase externa da Concorrência n.º 1/2011-ST, o escritório de advocacia do qual ele é sócio foi subcontratado, **no mês de abril de 2012**, pela empresa Arcadis Logos Engenharia S/A, no contexto da execução dos Serviços de Apoio ao Gerenciamento do Programa PTU/DF, conforme contrato em anexo. No escopo desse contrato, encontrava-se justamente a possibilidade de o escritório de advocacia prestar consultoria a esta Pasta no âmbito da Concorrência n.º /2011-ST.

Importa frisar que o ilustre administrativista Professor e Doutor Marçal JUSTEN FILHO exarou parecer a respeito desse assunto, em que conclui pela inexistência de indício de violação a princípio ou regra legal em



49

virtude da atuação profissional da consultoria do escritório Guilherme Gonçalves e Sacha Reck Advogados Associados no assessoramento ao Governo do Distrito Federal relativamente à Concorrência nº 1/2011 - ST, afirmando expressamente que:

"A documentação examinada evidencia que os sócios da Consulente se conduziram de modo ético e absolutamente compatível com os deveres inerentes ao desempenho de sua profissão. Mais ainda, atuaram de modo adequado com os deveres próprios da atividade administrativa."

Ressaltou, ademais, a inexistência de ato ou fato que impedisse o escritório de advocacia de prestar serviço ao Poder Público. Nesse sentido, às fls. 22/23 do Parecer anexo, o renomado **Professor Marçal JUSTEN FILHO** esclarece o seguinte:

VI.3.4 A contratação administrativa de especialistas em licitação

121. Esse cenário não se altera quando se cogita de contratação pela Administração Pública de profissionais especializados na área de licitações. Essa especialização envolve, usualmente, a prática da advocacia em defesa de interesses de licitantes privados. Como decorrência, a regra é que os profissionais disponíveis no mercado para contratação pela Administração Pública mantiveram vínculos, ainda que indiretos, com potenciais interessados em participar da licitação.

122. Em outras palavras, os profissionais que não tivessem mantido nenhum vínculo com empresas privadas participantes de licitações possivelmente não disporiam da especialização e do conhecimento indispensáveis para a satisfação das necessidades da Administração.

123. Ou seja, a satisfação das necessidades da



Administração depende da contratação de um profissional com experiência e conhecimento. Esses atributos foram adquiridos na prática concreta da profissão, na defesa de interesses de clientes privados."

Portanto, a insurgência da Autora quanto à consultoria prestada pelo escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados ao Distrito Federal não merece guarida, devendo ser julgada improcedente a presente demanda.

5.3 DA INEXISTÊNCIA DE USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA POR PARTE DA CONSULTORIA PRESTADA

Diferentemente do que sugestiona a Autora, o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados atuou como mero consultor nesta Secretaria, inexistindo submissão compulsória deste Órgão ou mesmo da Comissão Especial de Licitação da Concorrência n.º 1/2011-ST, às opiniões emitidas por tal escritório.

A Comissão Especial de Licitação e as autoridades envolvidas na Concorrência n.º 1/2011-ST sempre decidiram com autonomia e por sua inteira convicção, acatando ou não as orientações dos pareceres técnicos.

Com efeito, a Consultoria do citado escritório foi restrita à formalização de orientações especializadas na área de licitações de concessões de serviço de transporte público coletivo, amparada na legislação aplicável e no Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST, sendo de responsabilidade e competência da Comissão Especial de Licitação e das autoridades desta Pasta a tomada das decisões administrativas no âmbito da Licitação.

Da mesma forma, a consultoria relativa a demandas judiciais limitava-se à apresentação de fundamentos técnicos e documentais específicos do processo licitatório, atendendo a solicitações específicas deste Órgão, cabendo exclusivamente a essa Procuradoria Geral do Distrito Federal a



atuação contenciosa em ações judiciais envolvendo o referido Certame, por intermédio da elaboração das peças processuais e patrocínio de causas perante o Poder Judiciário.

Registre-se que o consultor não possui poder decisório, mas limita-se a prestar orientações na sua área de especialidade, como de fato se verificou no trabalho desenvolvido pelo escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, cabendo os atos decisórios da Concorrência nº. 1/2011-ST à Comissão Especial de Licitação e às autoridades desta Pasta.

E, da própria etimologia da palavra "consultoria"¹ extrai-se que se trata do *ato de dar consulta ou conselho*; ou ainda, *é atividade exercida por aquele que dá pareceres e trata de assuntos técnicos*. Ou seja, o consultor não possui poder decisório, mas limita-se a prestar orientações na sua área de especialidade, como de fato se verificou no trabalho desenvolvido pelo escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, cabendo, como dito alhures, os atos decisórios da Concorrência nº. 01/2011-ST à Comissão Especial de Licitação e às autoridades desta Secretaria.

O fato de a Consultoria elaborar "minutas" não lhe dá poder decisório, na medida em que a minuta nada mais é do que a *"primeira redação de um escrito, um rascunho."*²

A respeito do tema, o parecerista Marçal JUSTEN FILHO, assim concluiu³:

a. IV.2 - A ausência de competência decisória

54. *É evidente que isso não importava a transferência para a Consulente ou para os advogados que a integram de alguma competência decisória formal.*

55. *Todas as manifestações do Dr. Sacha Breckenfeld Reck apresentavam natureza meramente consultiva. Recebendo a comunicação de algum incidente, cabia-lhe*

¹<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=consultoria>

²<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=minuta>

³ Fl. 10 do parecer em anexo.



produzir uma manifestação de cunho sugestivo quanto à orientação a ser adotada. Isso podia envolver inclusive uma sugestão de redação a ser adotada para a formalização da futura decisão.

56. Não existe qualquer dúvida que tais manifestações eram avaliadas pelas autoridades investidas da competência jurídica para decidir. Na medida em que fosse verificada a juridicidade e adequação das sugestões, eram elas adotadas pela autoridade competente. **Mais precisamente, a decisão da autoridade era a única a ter existência no mundo jurídico.**

57. Pode-se fazer um paralelo muito simples com situações conhecidas no domínio jurídico. Suponha-se um parecer da assessoria jurídica, que seja aprovado pela autoridade competente. Ao afirmar "adoto o parecer acima", a autoridade competente produz um ato jurídico próprio. Formalmente, passa a existir o ato administrativo da autoridade superior. O parecer é uma mera proposta de decisão (ressalvados os casos em que o parecer apresenta natureza vinculante). Justamente por isso e por exemplo, a autoridade que adotou o parecer responderá pela decisão, inclusive no tocante a um eventual mandado de segurança. A autoridade coatora não é o assessor jurídico que elaborou o parecer, mas a autoridade superior que o adotou.

b. **IV.3 O caso concreto: a ausência de atividade decisória**

58. **Portanto, o Dr. Sacha Breckenfeld Reck não desenvolveu qualquer atividade decisória no curso da licitação. Exercitou os seus deveres como contratado para prestar assessoramento no curso da licitação.**

c. **IV.4 O caso concreto: a ausência de anomalia nos atos praticados**

59. Também por isso, não se vislumbra qualquer anomalia na formulação de propostas de encaminhamento do certame,



na apresentação de sugestões de decisão, na redação de propostas de fundamentação e assim por diante.

60. Ao praticar esses atos, o Dr. Sacha Breckenfeld Reck estava apenas adimplindo com as obrigações contratuais assumidas. Não se tratava de exercício indevido de competências alheias, nem de usurpação de funções públicas.

61. Justamente por isso, aliás, todos esses atos foram praticados de modo escrito e público, no bojo dos autos de procedimento licitatório. Além das manifestações verbais eventualmente promovidas, cabia ao Dr. Sacha Breckenfeld Reck formalizar as suas manifestações por escrito.

62. Em suma, é perfeitamente imaginável a existência de dezenas de manifestações do referido profissional nos autos da licitação, nelas se contendo opiniões, orientações, esclarecimentos, sugestões e assim por diante. Isso não configura qualquer irregularidade, nem prática reprovável em face da ordem jurídica.

Ante o exposto, resta aclarado que o citado escritório de advocacia e seus sócios atuaram como meros consultores no âmbito da Concorrência nº. 1/2011-ST, sem qualquer poder decisório, pelo que é improcedente a afirmação constante na inicial de que um escritório de advocacia teria usurpado funções da Comissão Especial de Licitação.

5.4 DA AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO DA CONSULTORIA PRESTADA PELO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS - RESPEITO AOS PRINCÍPIOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Ao se buscar advogados especializados e experientes no singular tema de transporte público coletivo é de se esperar que, no passado,



em outras oportunidades, esses já tenham prestado seus serviços a potenciais empresas interessadas a participar da Concorrência nº. 1/2011-ST. A notoriedade perante o mercado privado é um importante certificado de experiência e qualidade dos serviços prestados.

Nessa toada, tratando-se a Família Constantino (*lato sensu*), com suas diversas e independentes vertentes, de uma das famílias mais tradicionais do transporte coletivo nacional, e sendo a Família Gulin (*lato sensu*), com toda a sua árvore genealógica, a família mais tradicional do transporte coletivo de passageiros de Curitiba e do Estado do Paraná, é natural e nada surpreendente que um escritório de advocacia sediado em Curitiba e com vasta experiência no setor já tenha prestado serviços a empresas que tenham nos seus quadros societários membros das Famílias Gulin ou Constantino.

Todavia, isso não gera vínculo eterno, amplo e/ou irrestrito dos advogados com tais empresas ou famílias, nem leva à presunção de parcialidade ou qualquer favorecimento ilícito em eventuais assessorias prestadas a órgãos públicos em processos licitatórios futuros de que elas participem.

A presunção constante da petição inicial no sentido de que a consultoria contratada não poderia ter prestado serviços ao Governo do Distrito Federal, fere de morte o disposto no inciso I do art. 7º do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, segundo o qual é direito do advogado "*exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional*".

Nesse sentido, às fls. 22/23 do parecer em anexo, o renomado **Professor Marçal JUSTEN FILHO** esclarece o seguinte:

"VI.3.4 A contratação administrativa de especialistas em licitação

121. Esse cenário não se altera quando se cogita de contratação pela Administração Pública de profissionais especializados na área de licitações. Essa especialização envolve, usualmente, a prática da advocacia em defesa de interesses de licitantes privados. Como decorrência,



a regra é que os profissionais disponíveis no mercado para contratação pela Administração Pública mantiveram vínculos, ainda que indiretos, com potenciais interessados em participar da licitação.

122. Em outras palavras, os profissionais que não tivessem mantido nenhum vínculo com empresas privadas participantes de licitações possivelmente não disporiam da especialização e do conhecimento indispensáveis para a satisfação das necessidades da Administração.

123. Ou seja, a satisfação das necessidades da Administração depende da contratação de um profissional com experiência e conhecimento. Esses atributos foram adquiridos na prática concreta da profissão, na defesa de interesses de clientes privados."

Frise-se, ademais, que as empresas mencionadas na inicial, embora constituídas ou administradas por pessoas físicas de sobrenome idêntico, seja Constantino, seja Gulin, são pessoas jurídicas próprias e independentes, constituídas por membros diversos de tais famílias, alguns inclusive sem grau de parentesco direto.

Diferentemente do que afirma a Autora, nunca existiu, por parte do escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, assessoria direta ou indireta às empresas Viação Piracicabana Ltda. e Viação Pioneira Ltda. – ou seja, tais pessoas jurídicas nunca contrataram os serviços dos advogados integrantes do escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados.

O referido escritório não advoga ou representa, nem judicial ou extrajudicialmente, a Família Constantino ou o Grupo Constantino. Da mesma forma, o escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados nunca prestou serviço contencioso ou de consultoria à pessoa jurídica Comporte Participações Ltda.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

As procurações citadas na inicial referem-se à contratação para o patrocínio judicial específico de demandas envolvendo o processo de licitação de Marília, pela empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda..

Quanto às procurações, firmadas pelo Administrador Executivo da empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda., Sr. José Antônio Jacomelli, também se extrai que a empresa Comporte Participações Ltda., ou os sócios pessoas físicas desta, nunca outorgaram poderes ao escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados. Para atuação contenciosa e pontual em processos judiciais decorrentes do procedimento licitatório do Município de Marília, a empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. foi representada pelos Senhores José Antônio Jacomelli, administrador executivo, e Celso Mitsuru Oishi, sócio da empresa Max Empreendimentos e Participações Ltda., que integra a Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda.

Esclareça-se, ainda:

- i) o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados não assessorou, na qualidade de consultor, a empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. no que diz respeito à sua participação nas Concorrências Públicas nº. 22/2010 e 23/2010 do Município de Marília – cujos serviços de consultoria foram prestados exclusivamente à então licitante Viação Cidade Sorriso Ltda.
- ii) a atuação de membros do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados na defesa dos interesses da empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. foi exclusivamente contenciosa, após a propositura de demandas judiciais por outras licitantes que participaram das Concorrências Públicas nº. 22/2010 e 23/2010 do Município de Marília, e ocorreu posteriormente ao encerramento daqueles certames⁴, com expressa autorização de sua cliente Viação Cidade Sorriso Ltda., pois os interesses de tais empresas naquelas demandas judiciais eram convergentes. Prova

⁴Os contratos de concessão daquele certame foram firmados em dezembro do ano de 2011, tendo a Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. sagrado-se vencedora do Lote 01 e a Viação Cidade Sorriso Ltda. do Lote 02.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

da atuação "contenciosa" são as cópias dos processos, procurações respectivas e certidões explicativas que instruíram a denúncia da ABRADec, juntadas pela APROCON.

- iii) Ainda que o escritório de advocacia tivesse atuado na defesa dos interesses da empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda., no que diz respeito à participação desta nas Concorrências Públicas nº. 22/2010 e 23/2010 do Município de Marília, tal procedimento licitatório não guarda qualquer relação com o objeto do certame realizado no Distrito Federal (Concorrência n.º 1/2011-ST) - pelo que eventual consultoria à referida empresa na licitação do transporte coletivo de Marília não geraria impedimento à assessoria do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados na consultoria realizada ao Governo do Distrito Federal.

Além do patrocínio de causas pelo citado escritório de advocacia ter se limitado a demandas pontuais que tramitam na Justiça de São Paulo, é de se ver que a empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. - *que sequer participou da Concorrência nº. 1/2011-ST - não forma grupo econômico com as licitantes Viação Pioneira ou Viação Piracicabana*, já que possuem composição societária distintas.

Conforme documentos apresentados pela própria autora, na petição inicial, fazendo referência à da denúncia formulada pela ABRADec perante a Comissão Especial de Licitação, extrai-se que a empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. é composta pelos seguintes sócios: MAX EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. (45%), COMORTE PARTICIPAÇÕES S/A (45%) e PMG PARTICIPAÇÕES LTDA. (10%), enquanto a Viação Piracicabana possui como sócios as empresas COMORTE PARTICIPAÇÕES S/A (99,99%) e GUARUS PARTICIPAÇÕES SOCIAIS (0,0003%).

Ou seja, os sócios das duas empresas não são idênticos, e o fato de possuírem um sócio comum (COMORTE PARTICIPAÇÕES S/A) não as outorga a natureza de Grupo Econômico, notadamente porque na Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. a investidora COMORTE PARTICIPAÇÕES S/A não exerce controle, já que possui menos de 50% 14



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

(cinquenta por cento) do capital social.

A presunção equivocada de impedimento levada a efeito na inicial, pelo simples fato de a Consultoria ter representado judicialmente a empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda., fere de morte o conceito de direito civil segundo o qual a pessoa jurídica possui personalidade própria, distinta da pessoa de seus sócios.

Para que não reste dúvidas quanto ao que foi afirmado, mais uma vez cite-se o parecer em anexo, de autoria do **Professor Marçal JUSTEN FILHO**:

"108. Em termos jurídicos, é absolutamente descabido identificar Comporte Participações S.A., Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. e Viação Piracicabana Ltda. São três pessoas jurídicas distintas, com interesses inconfundíveis e autônomas entre si. Dito de outro modo, o patrocínio dos interesses de Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. não significa a atuação profissional em favor de Viação Piracicabana Ltda.

109. A imputação de atuação advocatícia para um mesmo sujeito apenas poderia ser admitida se fosse produzida a desconsideração da personalidade societária das duas empresas em questão. Tal apenas poderia ser produzida mediante a comprovação de algum desvio ou de utilização abusiva da entidade. Não existe qualquer imputação dessa ordem.

110. Mais ainda, não teria existido irregularidade ainda que o Dr. Guilherme Gonçalves tivesse atuado, em outro litígio, na defesa dos interesses de uma das empresas licitantes. Essa imputação somente poderia merecer alguma reprovação se existisse evidência de alguma prática reprovável na condução da licitação."

32



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Assim, o fato de o escritório de Advocacia ter prestado serviços contenciosos no âmbito do Município de Marília à Empresa Transporte Coletivo Grande Bauru não o impediria de atuar na licitação do transporte público coletivo do Distrito Federal, uma vez que esta empresa não participou deste Certame, e, ademais, não forma grupo econômico com a Viação Piracicabana Ltda.

Quanto à alegação de grupo econômico entre Viação Pioneira e Viação Piracicabana, tem-se que o fato de os sócios (pessoas físicas) das citadas empresas fazerem parte da sociedade de uma terceira empresa, totalmente independente, que não participou da licitação, não as torna grupo econômico, notadamente para os fins do Edital da Concorrência nº. 1/2011-ST, segundo o qual a interdependência entre proponentes se configurava apenas na hipótese de haver controle societário ou administradores comuns entre as empresas licitantes (item 16.1.2, alínea "g" e 16.1.7 do Edital), o que não é o caso.

Tal entendimento, inclusive, foi confirmado pelo Poder Judiciário, por ocasião do indeferimento da liminar postulada no mandado de segurança nº. 2013.00.2.008852-7, também em trâmite na justiça distrital, em que é Impetrante VIPLAN - Viação Planalto Ltda., bem como no mandado de segurança nº. 2013.00.2.007425-9, em que é impetrante Consórcio SOGIMA, ambos em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, conforme decisões em anexo.

Assim, ante a inexistência de grupo econômico, não se justificaria o cumprimento das recomendações exaradas pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, apontadas no Item X da petição inicial, o que inclusive foi devidamente justificado por esta Pasta, consoante Ofícios n.ºs 609 e 640/2013 - GAB/ST, cópias anexas.

No tocante à licitante **Auto Viação Marechal Ltda.**, esta empresa não possui qualquer contrato com o escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados que tenha por objeto assessoria em licitações, muito menos o contratou para atuar na Concorrência n.º 1/2011-ST. O que ocorre é que, em razão da notoriedade do escritório de



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

advocacia em questão na matéria de transporte público coletivo, este está contratado pelo SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO E METROPOLITANO DE PASSAGEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA, ou seja, o escritório atua exercendo advocacia de classe, protegendo interesses individuais homogêneos e coletivos das empresas sindicalizadas, dentre as quais está a Auto Viação Marechal Ltda., exclusivamente no que diz respeito às concessões do transporte coletivo de passageiros de Curitiba e Região Metropolitana.

É o que dispõe a cláusula primeira do contrato de prestação de serviços de advocacia e consultoria jurídica firmado entre o citado Sindicato e o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, *in verbis*:

"CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente instrumento tem por finalidade a prestação de serviços profissionais de Advocacia e Consultoria Jurídica, pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, em tudo o que lhe diga respeito, e às empresas por ele representadas, inclusive os Consórcios, em assuntos unicamente de interesse coletivo ou individual homogêneo, nas áreas de direito administrativo, direito civil e direito do consumidor, incluindo atuação e patrocínio em ações judiciais de interesse coletivo da classe e/ou individual homogêneo. (...)" (g.n)

Assim, as procurações mencionadas na inicial referem-se a processos coletivos, de autoria do SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO E METROPOLITANO DE PASSAGEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA e de todas as empresas que operam o serviço público urbano e metropolitano integrado da Região Metropolitana de Curitiba, por meio do qual buscam a realização de cálculos para revisão tarifária pelo Poder Concedente, como bem se verifica das petições iniciais em anexo⁵, e dos poderes especiais outorgados nos instrumentos de mandato, abaixo transcritos:

"Este instrumento tem a especial finalidade de defender os interesses da Outorgante na propositura de medidas judiciais

⁵ DOC 14, alínea "b".



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

visando o cumprimento das cláusulas econômico-financeiras dos Contratos Administrativos resultantes da Concorrência Pública nº. 005/2009, da URBS – Urbanização de Curitiba.”

As empresas integrantes do SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO E METROPOLITANO DE PASSAGEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA, dentre as quais a Auto Viação Marechal Ltda., outorgaram procuração com poderes específicos para propositura da referida ação judicial, que tem por objeto a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos operadores do serviço público de transporte coletivo de passageiros de Curitiba e Região Metropolitana. E, ademais, só constaram do polo ativo daquela ação judicial por razões processuais, já que, acaso a ação fosse interposta isoladamente pelo Sindicato, corria-se o risco de que fosse reconhecida a ilegitimidade ativa deste.

De todo modo, é de se constatar que aquela ação protege os interesses coletivos e individuais homogêneos das empresas sindicalizadas e versa sobre equilíbrio econômico-financeiro de todos os prestadores do serviço público urbano e metropolitano integrado da Região Metropolitana de Curitiba, não guardando qualquer relação com o tema afeto à participação em licitações e ao objeto da Concorrência nº. 1/2011-ST.

Nessa senda, cumpre trazer a lume o posicionamento do **parecerista Professor Marçal JUSTEN FILHO**, que afasta todas as alegações constantes da inicial:

111. Por outro lado, a documentação evidencia que o Dr. Guilherme Gonçalves foi contratado pelo Sindicato das Empresas de Transporte Urbano e Metropolitano de Passageiros de Curitiba e Região Metropolitana para promover ação visando ao reequilíbrio econômico-financeiro de concessões outorgadas em favor de suas associadas. Entre elas, encontrava-se a empresa Auto Viação Marechal Ltda. Deve-se anotar que, no mesmo processo, o referido Dr. Guilherme Gonçalves também advoga para muitas outras



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

empresas.

112. *Tratava-se de litígio judicial com objeto específico, sem qualquer identificação com o objeto da licitação promovida pelo Distrito Federal.*

113. **Ademais e outra vez, não houve a indicação da prática de atos de favorecimento em favor da referida empresa. Tal como acima exposto, todas as decisões adotadas foram plenamente respaldadas pela ordem jurídica.**

Inexiste, assim, qualquer contrato de assessoria do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados às empresas Viação Pioneira, Viação Piracicabana e Auto Viação Marechal Ltda. na área de licitações públicas, tampouco quanto ao objeto da Concorrência nº. 1/2011-ST.

Vale citar que, indagado sobre a existência de indício de violação a princípio ou regra legal em virtude da atuação profissional da consultoria do escritório Guilherme Gonçalves e Sacha Reck Advogados Associados no assessoramento ao Governo do Distrito Federal relativamente à Concorrência nº. 1/2011-ST, o ilustre administrativista Professor e Doutor Marçal JUSTEN FILHO concluiu:

"A documentação examinada evidencia que os sócios da Consultante se conduziram de modo ético e absolutamente compatível com os deveres inerentes ao desempenho de sua profissão. Mais ainda, atuaram de modo adequado com os deveres próprios da atividade administrativa."

Assim, no tocante aos atos praticados pela Consultoria no decorrer da Concorrência n.º 1/2011-ST, tem-se que o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados jamais violou os princípios que resguardam a lisura do procedimento licitatório, muito pelo contrário, se ateve integralmente ao cumprimento das disposições editalícias e à legislação vigente.



As orientações prestadas pela consultoria do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados no tocante a todas as fases da Concorrência nº. 1/2011-ST, além de imparciais, respeitaram os princípios de direito administrativo e a legislação vigente.

Em face do delineado, resta elucidado que inexistente qualquer fato ou contrato firmado pelo escritório de advocacia em questão, que o impedisse de atuar com a isenção e imparcialidade devidas perante esta Secretaria.

5.5 DA INOCORRÊNCIA DE SUPERFATURAMENTO DOS VALORES ESTIMADOS NA LICITAÇÃO PARA AS TARIFAS

A Autora, nas páginas 11/13 de sua petição inicial, reproduz representação apresentada pelo Ministério Público de Contas no Tribunal de Contas do Distrito Federal, adotando as alegações do *Parquet* de que teria ocorrido superfaturamento dos valores estimados para as tarifas no Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST. Não assiste razão à Autora.

Preliminarmente, cabe relembrar que o Edital da Licitação em tela foi fruto de diversas impugnações administrativas e representações no Tribunal de Contas do Distrito Federal, até a sua publicação definitiva e derradeira. Houve vários apontamentos por parte do órgão técnico daquela Corte de Contas e inclusive do Ministério Público, pelos quais foram requeridas correções e o detalhamento de informações adicionais no Edital e seus anexos, a fim de que fosse possibilitada a elaboração das propostas pelos licitantes.

Todos esses apontamentos ou foram esclarecidos e superados, com os esclarecimentos prestados por esta Pasta, ou foram acolhidos e contemplados em alterações promovidas no Edital da Licitação, o que levou à liberação do prosseguimento do Certame. Inclusive as reivindicações aludidas pelo *Parquet* na Reclamação n.º 08/2013 – reproduzida pela Autora na exordial - , no tocante às informações para avaliação de viabilidade econômica e o detalhamento de dados necessários à formulação das propostas, foram



14

recepcionadas e motivaram alteração específica no Edital da Licitação.

Com todo o respeito e acatamento, é improcedente a alegação de que teriam sido mantidas em sigilo informações essenciais sobre a viabilidade da concessão e o orçamento dos serviços. O Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST e seus anexos forneceram aos licitantes todos os dados e elementos indispensáveis para o conhecimento do objeto licitado e formulação dos preços de tarifa, prova disso é que o certame não foi deserto.

No Anexo II.11 do Edital - o qual foi incluído na última versão publicada do instrumento convocatório para atender apontamento do próprio Ministério Público de Contas - constou orçamento detalhado dos custos e da viabilidade econômica dos lotes licitados. No Anexo II.4, foram apresentadas todas as informações para o cálculo da quilometragem das linhas e dos Lotes bem como os itinerários e os tempos de viagem de cada linha. Além disso, o Anexo II.10 apresentou o detalhamento minucioso das tabelas de partidas e do quadro de marcha de todas as linhas, com os respectivos horários, permitindo inclusive a validação dos dados de fator de utilização de pessoal estimados no Estudo de Viabilidade do Anexo II.11 do Edital.⁶

Veja-se, nesse particular, que na representação ministerial e na petição inicial em apreço não houve sequer menção a esses dados ou o apontamento de qualquer elemento que estivesse ausente ou insuficientemente demonstrado nos referidos anexos, limitando-se o petitório a apontar genericamente a suposta carência de informações no Edital de Licitação.

O que corrobora a insubsistência das alegações do *parquet*, reproduzidas pela Autora, é o fato de que, pelos licitantes e interessados que analisaram o Edital em questão, em sua publicação e republicação, **não houve ao menos uma insurgência quanto ao tema ora tratado, tampouco quanto à impossibilidade de ofertar propostas, apesar das dezenas de impugnações administrativas e representações ao Tribunal de Contas que foram interpostas previamente à data de entrega**

⁶ Todos estes componentes do instrumento convocatório da aludida licitação seguem em anexo à esta manifestação e estão disponíveis publicamente no sítio eletrônico http://editais.st.df.gov.br/editaleavisos_novo.html.

18



das propostas. Se maior competitividade não houve no certame, tal não se deveu a qualquer restrição ou sigilo de informações.

Adentrando ao segundo tema da representação e à acusação da Autora de superfaturamento, cumpre anotar o descabimento da comparação feita entre o Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST sob análise e o edital da licitação do Município de Curitiba-PR. Muito embora a cidade de Curitiba seja mundialmente conhecida pelo moderno e eficiente planejamento do transporte coletivo, o instrumento convocatório da licitação do transporte ocorrida em 2009, naquele Município, **não se constitui em referência oficial e única para toda e qualquer licitação.**

O Ministério Público de Contas, na representação trazida à baila pela autora em sua exordial, comparou Editais de Licitação cujos modelos econômicos são totalmente distintos, nos seus pressupostos, na sua composição e nos seus elementos.

Em primeiro lugar, há diferenças de metodologia de cálculo de fluxo de caixa. A adotada pelo Edital de Curitiba possui alguns procedimentos e critérios de cálculo distintos do Edital desta Capital, por exemplo, no tocante ao ano inicial de realização dos investimentos pré-operacionais.

Em segundo lugar, o Edital de Curitiba adota regime de remuneração por custo do serviço, ao passo que o Edital da Concorrência n.º 1/2011 adota regime econômico de preço do serviço.

Isso significa que, em Curitiba, a concessionária terá maior remuneração quanto maior for o seu custo, modelo que na melhor doutrina de concessões de serviço público já está superado, por incentivar à ineficiência e o aumento de custos. Confirma-se que o próprio Ministério das Cidades, ao elaborar o documento "*Proposta de Barateamento das Tarifas de Transporte Público Urbano*", oficialmente reconhece que o modelo de remuneração pelos custos está ultrapassado:



"Ademais, o atual método de fixação da tarifa, pelos custos, não estimula ganhos de eficiência da operação (ex: as economias de escala, o aumento da velocidade comercial, a redução da frota, etc.) com repasse para as tarifas, pois esses significariam redução da receita. Assim, quando estes ganhos acontecem são, na maioria das vezes, internalizados pelas operadoras e não repassados para os usuários dos serviços. Por outro lado, os aumentos de custos, como os descritos, são repassados quase que automaticamente, a cada aumento tarifário.

Por essas razões é que se defende a busca de outros métodos de remuneração e fixação de tarifas, que superem as falhas atuais, que estimulem a eficiência e contemplem a divisão dos ganhos de produtividade com os usuários."⁷

Na Concorrência n.º 1/2011-ST, por sua vez, custo e receita não são estritamente vinculados. O Edital exige dos licitantes a apresentação de um preço de tarifa por passageiro, que é reajustado anualmente por índices inflacionários públicos e oficiais pré-estabelecidos. Assim, no Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST, não sendo o reajuste inflacionário um reembolso à concessionária de custos efetivos de aquisição de insumos, como frota, óleo diesel e das despesas com pessoal, **o maior ganho do concessionário advém da eficiência e da economia, o que, em última análise, propicia tarifas mais módicas aos usuários no decorrer da concessão.**

Para elucidar as diferenças acima apontadas, basta verificar que os custos do Anexo III do Edital de Curitiba – trazidos a valor presente, pois aquela licitação foi realizada no ano de 2009 – são superiores aos do Anexo II.11 do Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST. Aliás, se verificados os custos das propostas vencedoras da licitação de Curitiba, segmentados por tipo de veículo e por categoria de custo – trazidos também a valor presente –, comparados aos custos indicados nos estudos de viabilidade das propostas

⁷ BRASIL. Ministério das Cidades. *Proposta de Barateamento das Tarifas do Transporte Público Urbano*. Brasília, 2006. Disponível em [www.ntu.org.br/novosite/arquivos/Barateamento Tarifas_SEMOB.pdf].



vencedoras da licitação de Brasília, poderá ser constada uma sensível diferença de eficiência e economia no Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST, em diversos elementos.

Para arrematar esse assunto, é extremamente relevante comparar as tarifas técnicas máximas de todos os lotes da Concorrência n.º 1/2011-ST com a atual e vigente tarifa técnica de Curitiba. Conforme Resolução nº. DIR/007/2013 da URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A, gerenciadora do transporte da capital paranaense, datada de 08 de novembro de 2013, a tarifa técnica do Sistema de Curitiba é de R\$ 2,93 (dois reais e noventa e três centavos), ou seja, muito superior às tarifas técnicas máximas de qualquer lote da Concorrência n.º 1/2011-ST, a saber:

R\$ 2,6584 para o Lote nº 1;

R\$ 2,5902 para o Lote nº 2;

R\$ 2,8309 para o Lote nº 3;

R\$ 2,7192 para o Lote nº 4;

R\$ 2,7093 para o Lote nº 5. (item 23.1.2 do Edital)

Portanto, dadas as diferenças apontadas anteriormente, a mera superficial comparação numérica do elemento de mérito TIR – Taxa Interna de Retorno – entre os Editais não representa absolutamente nada, eis que desprovida de fundamento econômico, legal ou jurídico. Certamente, se adotada fosse a metodologia de Fluxo de Caixa do Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST e boa parte dos custos demonstrados no estudo de viabilidade econômico-financeira das empresas vencedoras da licitação desta Capital Federal, na avaliação econômica das concessões de Curitiba, apurar-se-ia uma taxa interna de retorno - TIR sensivelmente superior a 8,95% ao ano.

O Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST não restringiu a



competitividade, pelo contrário, assegurou que fossem contratadas empresas que prezarão pela eficiência.

Ademais, não merece guarida a alegação de que a suposta falta de transparência teria criado vantagem indevida para os atuais concessionários. Mais uma vez está ausente a lógica nos argumentos da Representação reproduzida pela Autora. É de conhecimento público e notório que, dos 5 lotes do Certame em tela, apenas dois foram adjudicados a empresas que operavam no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF. Os demais vencedores são de fora, inclusive, operam em outras cidades do Brasil. A empresa Vera Cruz, citada na representação ministerial, foi inabilitada do Certame, de modo que suas propostas financeiras sequer foram abertas.

Diante dos argumentos expostos, não se verifica qualquer ilegalidade ou irregularidade no Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST, o qual em nenhum ponto restringiu a competitividade entre os licitantes e possíveis interessados.

Acaso se entenda que as razões acima expostas não bastam para o afastamento de qualquer dúvida a respeito da improcedência da alegação de superfaturamento dos valores estimados para as tarifas na Concorrência n.º 1/2011-ST, por se tratar de matéria que envolve conhecimentos técnicos, requer-se a produção de prova especializada para se comprovar a inexistência de irregularidades.

5.6 DA REGULARIDADE DAS DECISÕES DE JULGAMENTO DAS FASES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DA CONCORRÊNCIA n.º 1/2011-ST

Na petição inicial, a Autora insurge-se quanto ao julgamento das fases de habilitação e de proposta da Concorrência n.º 1/2011-ST.

Tais alegações, entretanto, não merecem guarida.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Primeiro, quanto às empresas eventualmente inabilitadas, é de se observar que tal inabilitação decorreu de ato exclusivo destas, que não preencheram os requisitos de habilitação exigidos pela Lei Federal 8.666/93 e pelo Edital da Licitação. Tanto isso é verdade que a inabilitação das licitantes foi confirmada pelo Poder Judiciário, conforme dezenas de decisões em anexo.

Ou seja, as empresas consideradas inabilitadas na Licitação o foram porque não preenchiam os requisitos legais e editalícios. O fato de empresas interessadas não atenderem aos requisitos exigidos pelo Edital da Licitação não pode ser atribuído à Comissão Especial de Licitação ou à consultoria prestada pelo escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados. As decisões administrativas da fase de habilitação da Concorrência nº. 1/2011-ST nada mais fizeram do que observar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, corolário dos princípios da isonomia e da legalidade.

A propósito, analisando os requisitos de habilitação do Edital de licitação em comento, item VI.1.5, o **parecerista Marçal JUSTEN FILHO** confirmou que ***"os requisitos de habilitação dos licitantes foram estabelecidos em termos conformes com a disciplina legal."*** E ainda, referindo-se à denúncia então formulada pela ABRADec: ***"os argumentos contemplados na documentação examinada são absolutamente improcedentes"***.

Passa-se-á às insurgências apontadas na exordial.

A alegação da Autora no sentido de que a Viação Piracicabana teria sido favorecida com a inclusão posterior de documentos também não merece guarida.

Cumprе trazer a transcrição o teor do citado ofício, do Presidente da Comissão Especial de Licitação, datado de 08.03.13:

64



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação 01/2011 - ST



Ofício nº 20/2013-CEL Nº 01/2011-ST

Brasília - DF, 08 de março de 2013

Senhor Representante,

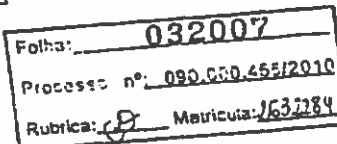
Com a finalidade de uma análise mais apurada de documentação dessa empresa solicito a Vossa Senhoria que encaminhe a essa documentação autenticada relativa ao período 01/01/2009 dos itens abaixo:

Balanco Patrimonial
Demonstração de Resultado do Exercício
Termo de Abertura Digital do Livro Diário Geral
Termo de Encerramento Digital do Livro Diário Geral
Dados Relativos a Assinaturas Eletrônicas
Recibo de Entrega do Livro Digital
Termo de Autenticação dos Responsáveis pela Escrituração



Atenciosamente,

GALENO FURTADO MONTE
Comissão Especial de Licitação
Presidente



À VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA.
Estrada Antônio Abdella 235
Jardim Califórnia
Piracicaba - SP
Cep 13424-700

At. Sr. José Efraim Neves da Silva
Administrador / Procurador

Recebido

8/03/2013

Da análise do ofício 20/2013 - CEL n.º 01/2011 - ST emitido pelo Presidente da Comissão observa-se foi solicitada a apresentação de documentação relativa ao período de 01/01/2009, "com a finalidade de uma análise mais apurada da documentação desta empresa".

Facilmente se percebe que não foi requisitada a apresentação de documentação exigida pelo Edital da Concorrência nº. 1/2011-ST, a qual ensejava na habilitação ou inabilitação dos licitantes, vejamos a previsão editalícia:

"21.5.1 - A documentação relativa à qualificação econômico-financeira será constituída por:



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

21.5.1.1 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da LICITANTE, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data estabelecida para a entrega da **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**;

21.5.1.1.1 - O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício deverão ser apresentados mediante cópia extraída do Livro Diário, acompanhados dos respectivos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, devidamente registrados na Junta Comercial competente, ou mediante cópia das Demonstrações devidamente arquivadas na Junta Comercial competente, salvo na hipótese do item seguinte;

21.5.1.1.2 - O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, no caso de pessoas jurídicas enquadradas no SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil), deverão ser apresentados por meio de cópia impressa e física das demonstrações digitais, acompanhadas do recibo de entrega do livro digital perante a Receita Federal.

21.5.1.1.3 - Quando se tratar de sociedade anônima de capital aberto, a documentação referente ao balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social deverá ser acompanhada das publicações exigidas por Lei.[...]"

Como se vê, o instrumento convocatório exigia dos licitantes a apresentação de Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis na forma da lei. À época da abertura da licitação, em 04 de fevereiro de 2013, as demonstrações contábeis e balanço



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

patrimonial exigíveis era o do ano de 2011, e não de 2009.⁸

Portanto, eventual apresentação de documentação relativa ao ano de 2009 pela Viação Piracicabana não representaria qualquer modificação na documentação de habilitação originalmente apresentada pela licitante, tampouco não significa que tal documentação pudesse reverter a inabilitação da Viação Piracicabana.

Tal diligência foi realizada pelo Presidente da Comissão Especial de Licitação visando esclarecer a documentação do processo nos termos do que disciplina o §3º do art. 43 da Lei Federal nº. 8.666/93 e o item 20.12 do Edital, senão vejamos:

"Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta."

⁸ O balanço patrimonial é fechado ao término de cada exercício social em consonância ao artigo 1065 do Código Civil. O Código Civil (Lei Federal nº 10406/2002) estabelece que o balanço deverá ser apresentado até o quarto mês seguinte ao término do exercício social, a saber: Dispõe o artigo 1.078 do Código Civil:

"Art. 1.078. A assembléia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes à ao término do exercício social, com o objetivo de:

I – tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico."

Em contrapartida, em 2007 foi criado o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital e a ECD – a Escrituração Contábil Digital em que todas as empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no Lucro Real são obrigadas a adotá-las, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 787/2007. O artigo 5º da referida Instrução Normativa disciplinou sobre o prazo limite para apresentação do ECD junto a Sped:

"Art. 5º A ECD será transmitida anualmente ao Sped até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira a escrituração."

Isto é, a Instrução Normativa estabeleceu que as empresas enquadradas no regime de Lucro Real terão até o final de junho do ano subsequente para apresentação do balanço.

Portanto, no caso o Balanço Patrimonial exigível pelo Edital de acordo com as disposições legais, corresponderia ao ano de 2011, já que a licitação ocorreu em 04/02/2013.



"20.12 - PROMOÇÃO DE DILIGÊNCIAS

20.12.1 - É facultada, à **COMISSÃO**, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo administrativo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** e da **PROPOSTA**."

Acerca do tema de diligências realizadas pela comissão durante o procedimento licitatório Marçal JUSTEN FILHO⁹ explica:

"A lei determina a vedação à apresentação de documentos que deveriam ter constado dos envelopes. Isso não equivale, no entanto, a proibir a juntada de qualquer documento. **Se o particular apresentou um documento e se reputa existir dúvida quanto a seu conteúdo, é possível que a diligência se traduza numa convocação ao particular para explicar e, se for o caso, comprovar documentalmente o conteúdo da documentação anterior.** Um exemplo que permite melhor compreender o raciocínio. Suponha-se que o particular apresentou um certo atestado para comprovar o preenchimento de experiência anterior. Há dúvidas, no entanto, sobre a compatibilidade da contratação referida no atestado e o objeto licitado. Será obrigatório que a comissão convoque o interessado a esclarecer a natureza de sua experiência anterior. Para tanto, será muito mais relevante a exibição de documentação do que as meras palavras do licitante. Logo, será facultado ao interessado apresentar a documentação atinente à contratação de que resultou o atestado."(Grifou-se).

Também nessa linha de raciocínio, Nyura Disconzi DA SILVA afirma, em seu artigo "A promoção de diligências e os limites legais"¹⁰, que:

⁹ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, Dialética, 2008, p. 556.

¹⁰ Informativo de Licitações de Contratos n.º 72. Fevereiro/2000. p. 119.



"O que não pode ocorrer é a inovação no plano material, que se configuraria com a apresentação posterior de documento ou informação que já deveria ter sido entregue em momento anterior (...)."

Sobre o assunto de "diligências" previsto no art. 43, § 3º da mencionada Lei, ensina a referida autora sobre os limites de atuação do Administrador na promoção de diligências:

"(...) a promoção de diligências pode ser realizada a qualquer momento, em qualquer fase do procedimento licitatório, portanto, sempre que se deparar com situações que exija esclarecimento, deverá a Comissão, ou outra autoridade, elucidá-la, promovendo, para tanto, as diligências que se fizerem necessárias.

Notadamente a promoção de diligência concentra-se em momentos que antecedem atos de cunho decisório. É comum, dessa forma, por ocasião da análise dos documentos relativos à habilitação e do julgamento das propostas. Isso não afasta, no entanto, a possibilidade de ser realizada em outros momentos, ou melhor, a qualquer tempo, no curso do procedimento licitatório."

Continua:

"(...) a diligência deve ser promovida para esclarecer pontos obscuros ou controversos, sendo admitida ainda para complementar a instrução do processo."

"(...) não se permite, no entanto, que documentos e



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

informações que deveriam ser apresentados ou prestados inicialmente, venham a ser incluídos, o que caracterizaria flagrante desrespeito ao princípio da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

É permitido ainda através de diligência, complementar a instrução do processo. Isso significa que documentação ou informação complementar, que tenha por finalidade confirmar ou esclarecer determinado dado constante em outro documento apresentado oportunamente, poderá ser aceita e então incluída no processo. Por exemplo: apresentando o licitante um determinado documento e existindo dúvida quanto ao seu conteúdo, poderá ser apresentado documento complementar visando ao esclarecimento do conteúdo daquele."

75

Deste modo, era lícito à Comissão de Licitação promover diligências com vistas a esclarecer obscuridades referentes a documentos entregues durante o Certame, desde que os documentos efetivamente exigidos pelo Edital tenham sido tempestivamente apresentados, como é o caso.

Como o Edital da Licitação exigia, para habilitação dos licitantes, a documentação contábil do ano de 2011, o documento mencionado pelo juízo de origem, porque datado de 2009, **não possui qualquer relevância para habilitação da licitante.**

Diante disso, descabida a fundamentação da r. decisão proferida nos autos de Ação Popular, na medida em que a documentação solicitada pelo Presidente da Comissão Especial de Licitação em 08/03/2013, referente **ao período de 2009**, não era exigida pelo Edital e sequer poderia ser utilizada pela Comissão para fins de habilitação da empresa, podendo ser utilizada apenas para esclarecer ou complementar algum documento que já havia sido apresentado pela licitante.

Quanto à Inscrição Estadual do Consórcio HP-ITA, a



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Comissão Especial de Licitação realizou a verificação da regularidade da documentação apresentada, portanto restou comprovado que a inscrição cadastral estadual da empresa encontra-se regular.

Conforme mencionado no julgamento da habilitação, a Comissão Especial de Licitação promoveu diligência, em 22/03/2013, acessando o site <http://www.sefaz.go.gov.br/ccs/consultar.asp> e verificou que a situação cadastral da Ita Empresa Transportes encontrava-se regular (habilitada/ativa).

O art. 43, § 3º autoriza a Comissão de Licitação a promover diligência, senão vejamos:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

É dever da Comissão Especial de Licitação atestar a veracidade dos documentos cuja emissão é feita por meio eletrônico, pois a aceitação desses é condicionada à confirmação de seus dados. Sendo assim, após consulta no site restou afastado qualquer irregularidade quanto a inscrição cadastral estadual da licitante.

De qualquer sorte, a Certidão Negativa de Débitos Fiscais Estaduais apresentada pela consorciada Ita Empresa de Transportes Ltda. (fl. 30366) supriria qualquer dúvida a respeito da existência do cadastro estadual, na medida em que, **só é possível a emissão de certidão fiscal em relação a licitantes devidamente inscritas perante a Administração Estadual.**

Deste modo, não há que se falar em inabilitação do Consórcio HP-ITA por ausência de comprovação de inscrição cadastral estadual, até porque, a licitante fez prova de sua inscrição no cadastro de contribuintes estadual em atendimento ao item 21.3.1.2 do Edital, a qual foi objeto de confirmação pela Comissão de Licitação.

70



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Também não há que se falar em supressão do prazo recursal em relação ao julgamento da proposta do Consórcio HP-ITA.

Isso porque, diferentemente do que tenta fazer crer a Autora, não houve desrespeito à legislação aplicável, tampouco cerceamento de direito recursal das licitantes contra a classificação da proposta do citado Consórcio, já que este (único concorrente) renunciou ao prazo recursal.

Ademais, é certo que as empresas inabilitadas no certame não possuem direito recursal nas fases seguintes do certame, razão pela qual não há que se falar em cerceamento de direito recursal.

Urge frisar que todos os prazos de recursos no decorrer do Certame foram respeitados, vejamos:

Na primeira abertura da Concorrência n.º 1/2011 – ST, ocorrida em 2012, o resultado do julgamento da habilitação foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF n.º 218, de 26 de outubro de 2012, abrindo o prazo de cinco dias úteis para interposição de recursos, conforme cópia anexa.

Em 6 de novembro de 2012, foi publicado no DODF n.º 255, o aviso dos recursos interpostos, abrindo o prazo de cinco dias úteis para impugnação dos recursos, conforme preceituado no art. 109, § 3º, da Lei n.º 8.666/1993.

Somente após finalizado os prazos estabelecidos acima é que os recursos e impugnações foram apreciados pela Comissão Especial de Licitação e pelas autoridades desta Pasta, sendo que o julgamento dos recursos da habilitação foi realizado em 11 de dezembro de 2012, conforme publicação ocorrida no DODF n.º 251, de 12 de dezembro de 2012.

Desse julgamento, restaram habilitadas a Viação Pioneira Ltda., nos Lotes 1, 2, 3, 4 e 5 e a Expresso São José Ltda., nos Lotes 1, 2, 3, 4 e 5. Tendo as demais licitantes sido inabilitadas, conforme julgamento, em anexo.

77



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Na reabertura da Concorrência n.º 1/2011 - ST, ocorrida em 2013, o resultado do julgamento da habilitação foi publicado no DODF n.º 45 de 4 de março de 2013, sendo aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recursos, nos termos do art. 109, I, "a", da Lei n.º 8.666/1993.

Em 13 de março de 2013, foi publicado no DODF n.º 52, o aviso dos recursos interpostos, sendo aberto o prazo de cinco dias úteis para impugnação, conforme art. 109, § 3º, da Lei n.º 8.666/1993.

Depois de finalizado os prazos citados, é que os recursos e impugnações foram avaliados pela Comissão Especial de Licitação e pelas autoridades desta Secretaria, tendo sido publicado no DODF n.º 76, de 27 de março de 2013, o resultado do julgamento dos recursos, conforme cópia anexa.

Desse julgamento dos recursos, restaram habilitadas a Auto Viação Marechal Ltda., nos Lotes 1, 3 e 4, Consórcio HP-ITA, nos Lotes 1, 3 e 4 e Viação Piracicabana, no Lote 1. As demais licitantes foram inabilitadas.

Salutar frisar que as licitantes inabilitadas não possuem legitimidade recursal referente aos atos subsequentes do certame, como, por exemplo, a classificação das propostas, consoante preceito estabelecido no art. 41, § 4º, da Lei n.º 8.666/1993:

Art. 41

[...] § 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

Na fase da classificação das propostas todas as licitantes habilitadas expressaram explicitamente a desistência do direito de interpor recurso ante o julgamento das propostas, permitindo, dessa forma, o prosseguimento da Licitação, conforme preceito estabelecido no item 20.7 do Edital da Concorrência n.º 1/2011 - ST e documentação anexa.

78



20.7 - Transcorrido o prazo legal para interposição de recurso, **havendo desistência ou renúncia do direito de recorrer por todas as LICITANTES**, ou após o julgamento dos recursos interpostos, a COMISSÃO divulgará a classificação final das LICITANTES no ÓRGÃO DE IMPRENSA OFICIAL DO DF.

Ante o exposto, resta exaustivamente aclarado que não houve no decorrer de todo o Certame nenhuma supressão de prazo recursal, tampouco cerceamento de direito recursal das licitantes contra a habilitação ou classificação das propostas.

No que diz respeito à habilitação da licitante Auto Viação Marechal Ltda., remete-se, mais uma vez, aos termos do parecer em anexo (itens 96 a 101), **no qual o Ilustre Professor Marçal JUSTEN FILHO conclui pela improcedência das insurgências levantadas.**

Especialmente quanto à inexistência do cadastro estadual, bem como quanto ao atestado emitido pela URBS, o parecerista assim concluiu:

"98. Em primeiro lugar, teria sido admitida a regularidade fiscal da referida empresa não obstante a ausência de comprovação da inscrição perante o cadastro estadual de contribuintes. **A crítica é absolutamente improcedente. A Lei nº 8.666 exige a comprovação no cadastro de contribuintes do Estado quando houver (art. 29, inc. II). Evidentemente, a exigência não se refere à existência propriamente dita do cadastro.** O que se passa é que, em muitos casos, a atividade do licitante não envolve obrigatoriedade de inscrição no cadastro estadual. A matéria envolve a natureza da atividade desempenhada e a materialidade da incidência tributária. Existem certas atividades que são tributáveis exclusivamente por meio de tributos estaduais (basicamente, o ICMS), enquanto outras são sujeitas apenas à tributação municipal (essencialmente,



o ISS). A prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros se subordina à incidência do ISS. Como decorrência, não cabe exigir a inscrição do licitante no cadastro de contribuintes do Estado – simplesmente porque a atividade desempenhada pelo licitante não se sujeita à incidência de tributo estadual. Em terminologia mais simples: o licitante para serviço de transporte de passageiros não é contribuinte do Estado. Logo, cabe-lhe comprovar a sua inscrição no cadastro de contribuintes do Município¹¹. Portanto, a decisão que reconheceu como suficiente a inscrição do licitante no cadastro municipal não refletiu qualquer juízo de preferência pessoal da autoridade julgadora. Tratou-se, pura e simplesmente, de aplicar o direito ao caso concreto.

99. O segundo defeito consistiria na inadequação do atestado de capacidade técnica apresentado pela licitante Auto Viação Marechal Ltda. O problema consistiu na ausência de coincidência de um dígito do número de inscrição no CNPJ. O documento era perfeito no seu conteúdo e indicava de modo perfeito a identidade da empresa. Mas havia uma discordância no tocante ao número de inscrição no CNPJ – um dígito era descoincidente. A hipótese configura claramente um caso de defeito sanável. A autoridade que emitiu o atestado equivocou-se ao lançar o número do CNPJ, um dos elementos para identificação do beneficiário do documento. Realizada diligência – solução adequada e autorizada legislativamente (Lei 8.666, art. 43, § 3º) –, comprovou-se que se tratava de um defeito irrelevante. Nem poderia passar-se diversamente. A hipótese configura um defeito formal, que não afeta nem a essência do documento, nem retrata uma insuficiência da documentação.”

¹¹ Sobre o tema, confira-se a exposição mais alongada do signatário em *Comentários...*



Portanto, não houve a inclusão de novos documentos, mas mera diligência para verificação de erro de digitação no número do CNPJ. Sobre o tema, assim esclareceu o referido parecer (item 99):

O segundo defeito consistiria na inadequação do atestado de capacidade técnica apresentado pela licitante Auto Viação Marechal Ltda. O problema consistiu na ausência de coincidência de um dígito do número de inscrição no CNPJ. O documento era perfeito no seu conteúdo e indicava de modo perfeito a identidade da empresa. Mas havia uma discordância no tocante ao número de inscrição no CNPJ – um dígito era descoincidente. A hipótese configura claramente um caso de defeito sanável. A autoridade que emitiu o atestado equivocou-se ao lançar o número do CNPJ, um dos elementos para identificação do beneficiário do documento. Realizada diligência – solução adequada e autorizada legislativamente (Lei 8.666, art. 43, § 3º) –, comprovou-se que se tratava de um defeito irrelevante. Nem poderia passar-se diversamente. A hipótese configura um defeito formal, que não afeta nem a essência do documento, nem retrata uma insuficiência da documentação.

Cite-se, ainda, que o julgamento da habilitação da Auto Viação Marechal Ltda. foi inclusive referendado **pelo Poder Judiciário, no mandado de segurança nº. 2013.00.2.00.8865-6, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que indeferiu a liminar postulada pela VIPLAN- Viação Planalto Ltda., não havendo que se falar em direcionamento.**

Imperioso registrar, também, que o mencionado escritório de advocacia não emitiu nenhum parecer a respeito da exequibilidade, viabilidade ou compatibilidade econômico-financeira das propostas financeiras de nenhum licitante, por se tratar de tema alheio à especialidade do sobredito escritório – pelo que, também por esse motivo, não há que se falar em direcionamento do certame.

Salutar registrar que as análises técnicas financeiras das propostas de tarifa ficaram a cargo exclusivamente dos consultores



integrantes da empresa LOGIT ENGENHARIA¹², conforme documentação, em anexo.

Esclareça-se que a empresa LOGIT CONSULTORIA, dentro de sua área de atuação e expertise, analisou a proposta financeira da licitante Auto Viação Marechal Ltda. e constatou a viabilidade e exequibilidade desta, **que indicava preço equivalente ao valor máximo de tarifa técnica fixada no Edital para o Lote em questão.**

Nesse particular, ressalte-se que o Edital de Licitação não vedava a proposta de tarifa equivalente ao valor máximo, obstando apenas que a tarifa ofertada pelos licitantes superasse o valor máximo, o que não ocorreu in casu.

Fica evidente, portanto, que as decisões tomadas pela Comissão Especial de Licitação pautaram-se pela legalidade e pelos demais princípios de direito administrativo, inexistindo informações privilegiadas a quem quer que seja.

5.7 DA IRRELEVÂNCIA DE AÇÕES DO ESTADO DO PARANÁ AO PRESENTE FEITO

A Autora, mais uma vez tentando induzir a equívoco, aponta na inicial a existência de Ação de Improbidade no município de Guarapuava, no Estado do Paraná, criando a tese de que o escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados teria beneficiado empresas naquele Município.

Sem razão a Autora.

Inexiste qualquer envolvimento do escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados no

¹² Tal empresa (LOGIT ENGENHARIA) atuou individualmente, sem qualquer participação da empresa LOGITRANS ENGENHARIA E TRANSPORTE LTDA na avaliação das propostas financeiras, tendo em vista que o CONSÓRCIO LOGIT-LOGITRANS foi dissolvido em fevereiro de 2012, não tendo a empresa LOGITRANS emitido qualquer parecer após essa data.



certame realizado em Guarapuava-PR, como bem demonstram os esclarecimentos prestados pelo advogado Sacha Breckenfeld Reck perante o Ministério Público do Estado do Paraná, em anexo.

Em seu depoimento ao Ministério Público, o advogado Sacha Reck esclarece que o sobrenome "Constantino" está presente em distintas empresas, **as quais atuam de forma independente**, sendo um completo equívoco denominar como Grupo Constantino, todas as sociedades que no seu quadro possuam sócios com o sobrenome "Constantino". No depoimento, o advogado afirma que não possui vínculo com tal fictício "Grupo", e descreveu as empresas para as quais prestou de serviços. Nenhuma delas participou da licitação do Distrito Federal e nem formam grupo econômico com qualquer das participantes da Concorrência nº. 1/2011-ST.

Indagado sobre a existência, no ordenamento jurídico brasileiro, de impedimento a que um advogado seja contratado para prestar serviços à Administração Pública se tiver anteriormente atuado na defesa de interesses de clientes privados, **o parecerista Marçal JUSTEN FILHO** responde categoricamente que não, esclarecendo ainda:

"Resposta: **Não. O exercício de profissão regulamentada por profissional liberal propicia a contratação por clientes diversos, para atendimento a objetos específicos. Quando se trata da advocacia, existe um dever fundamental de fidelidade do advogado ao seu cliente, relacionado ao objeto da atuação específica.** A violação a esse dever pode tipificar crime. Existe tipo penal contemplando a defesa de interesses de clientes diversos no mesmo litígio, mas não há vedação ao patrocínio de interesses de clientes diversos em litígios distintos. Essa disciplina jurídica não é afetada pela condição do cliente. Atuar na defesa da Administração Pública não produz um dever de fidelidade mais intenso para o advogado, que está obrigado a atuar do modo mais honesto e perfeito em favor de qualquer cliente, sem distinção da sua qualidade. **Por**



isso, a existência de um contrato anterior com um cliente privado não se constitui em impedimento a que um advogado seja contratado pela Administração Pública – ainda quando a referida contratação envolver algum interesse do cliente do advogado. Isso não significa, como é evidente, que o advogado esteja autorizado a superpor o interesse do antigo cliente ao da Administração Pública. Como dito, o advogado está obrigado à mais estrita fidelidade aos seus clientes, tomando em vista cada uma das contratações de que participar.”

De outra parte, a Autora, menciona uma Ação de Improbidade Administrativa em trâmite na Justiça Paranaense, sob o nº. 0011202-06.2013.8.16.0031, na primeira Vara Cível de Guarapuava. No entanto omite que, no que diz respeito ao advogado Sacha Reck, tal demanda teve origem justamente nas denúncias criadas pela ABRADec – e dissipadas na mídia.

De fato, as mesmas notícias jornalísticas citadas na inicial do presente feito foram utilizadas pelo Ministério Público do Estado do Paraná para fundamentar a citada Ação de Improbidade Administrativa.

E justamente porque tais notícias jornalísticas veiculavam acusações caluniosas envolvendo a Concorrência n.º 1/2011-ST, sem qualquer reconhecimento legítimo de procedência ou plausibilidade, não constituindo prova e nem sequer indício de conluio ou ato ilícito na atuação do advogado Sacha Reck na licitação do Município de Guarapuava-PR, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná cassou a liminar proferida naquela ação civil pública, conforme decisão em anexo.

A liminar proferida naqueles autos, por sua vez, que decretou equivocadamente a indisponibilidade dos bens do advogado Sacha Reck – já revogada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme decisão em anexo, é citada na exordial da presente demanda.

Foi criado um ciclo virtuoso, arquitetado, que teve início justamente na denúncia da ABRADec e nas notícias caluniosas daí decorrentes, divulgadas pelo Jornal de Brasília e por outros blogs locais, e posteriormente com

24



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

a propositura de ação idêntica à da ABRADec pela ora autora popular nos presentes autos:

→ A ABRADec formulou denúncia caluniosa e mentirosa, colocando sob suspeita a Concorrência n.º 1/2011-ST → foram plantadas, no Jornal de Brasília e em blogs da internet, notícias caluniosas sobre a atuação do escritório de advocacia na Concorrência n.º 1/2011-ST, → tais notícias, por sua vez, foram recebidas pelo Ministério Público do Estado do Paraná e utilizadas para fundamentar Ação Civil Pública que visa a anulação da Concorrência 05/2009 do Município de Guarapuava → a medida liminar proferida na Comarca de Guarapuava, embora já estivesse revogada pelo Tribunal de Justiça daquele Estado, foi usada como fundamento na petição inicial deste feito →, e, além disso, retroalimentou novas notícias do Jornal de Brasília e outros meios de comunicação, dando a falsa impressão de se tratar de fatos naturais e espontâneos, que, na verdade, ocultam o interesse privado de barrar a Concorrência n.º 1/2011 - ST.

Esclareça-se que o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná houve por bem em revogar a medida liminar de indisponibilidade de bens deferida na Ação Civil Pública que tem por objeto o transporte coletivo de Guarapuava.

Em seu despacho, que deferiu efeito suspensivo ao agravo de instrumento manejado pelo advogado Sacha Reck, o Exmo Desembargador Nilson Mizuta, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, entendeu não estar presente a fumaça do bom direito, ressaltando a ausência de conduta dolosa pelo advogado, e a ausência de provas sobre o eventual recebimento de vantagem econômica indevida e de enriquecimento sem causa lícita, bem como a insuficiência probatória sobre a ofensa lesiva ao patrimônio público financeiro do Município de Guarapuava.

Na mesma decisão, o Douto Desembargador asseverou que *"registre-se, ao agravante [Sacha Reck] não foi atribuída nenhuma conduta fática que tivesse causado prejuízo ao processo licitatório."*

Portanto, além de ser infundada a Ação de Improbidade



Administrativa que tramita em Guarapuava-PR, e já estar sendo combatida pelo advogado Sacha Reck, a única relação entre aquela ação e a presente demanda consiste no fato de que se basearam em denúncia formulada pela ABRADDEC - que ajuizou a ação conexa à presente -, dissipada caluniosamente na mídia.

E a própria APROCON, Autora da Ação Civil Pública em comento, agiu de má fé, ao utilizar como fundamento da presente demanda o fato de ter sido decretada indisponibilidade de bens do advogado Sacha Reck, de seu pai Garrone Reck e da empresa Auto Viação Marechal Ltda, inclusive fazendo referência a decisões já revogadas pelo E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná desde o mês de agosto de 2013.

Urge realçar que a ação de improbidade administrativa que tramita na Justiça Paranaense não tem o condão de gerar nenhum efeito jurídico na presente demanda.



6. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CONCESSÃO DE LIMINAR

Impende lembrar que, nos termos da preliminar suscitada acima, em virtude da decisão unânime do Conselho Especial do TJDFT nos autos de Suspensão de Segurança n.º 2013.00.2.024163-0 que suspendeu os efeitos da liminar deferida em ação com mesmo pedido e mesma causa de pedir do presente feito, não é possível o deferimento da liminar pugnada pela autora popular, sob pena de afronta à referida decisão daquela Corte de Justiça.

De qualquer modo, é de se ver que, diante das razões expostas anteriormente, é flagrante a ausência dos requisitos para concessão da tutela antecipada pleiteada na inicial.

O *fumus boni juris* - resta, *prima facie*, não demonstrado, tendo em vista as razões fáticas, jurídicas e doutrinárias já expendidas, que cabalmente demonstram a inexistência das ilegalidades apontadas pela Autora.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Não há verossimilhança nas alegações da Autora, visto que a inicial se fundamenta em argumentos desprovidos de fundamento jurídico ou lastro probatório fidedigno, fundamentando-se em notícias jornalísticas iniciadas por acusações infundadas da própria ABRADDEC.

O periculum in mora também não socorre a Autora.

A liminar deferida neste feito, sim, acarretaria em **prejuízo reverso ao interesse público**, pois obrigaria a população do Distrito Federal a permanecer na caótica prestação do serviço, com ônibus sucateados, até o julgamento do mérito da demanda, perpetuando o atual monopólio do Sistema por mais um longo tempo.

Nesta toada, vejamos trecho da fundamentação do acórdão do Conselho Especial do TJDF nos autos da SS 2013.00.2.024163-0:

"Preliminarmente, é de se registrar o interesse da agravante no presente pedido de suspensão, pois se revela, no mínimo, enigmático. Isso porque, pelo que se pode perceber da acurada análise da questão envolvendo o transporte público do Distrito Federal, **o novo modelo implementado pelo Governo Local tem origem em Ação Civil Pública nº 2001.01.1.010242-8, movida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na qual se buscou a quebra de "oligopólio" até então existente no Distrito Federal por conhecidas empresas do ramo.** Figuraram no pólo passivo da referida ação o Distrito Federal e o DFTRANS – Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do DF, tendo a sentença de mérito decidido a demanda nos seguintes termos:

(...)

As antigas empresas, que operavam o sistema de transporte público e cujo interesse seria aparente, quedaram-se inertes, pelo menos não há qualquer notícia do contrário nos presentes autos, fato que pode denotar sinais de lisura do procedimento licitatório promovido pelo agravado, ao contrário do afirmado pela ABRADDEC no presente agravo.



O enigma da questão se justifica em razão do real interesse dos representados da agravante. **Ora, se a mudança de modelo veio exatamente com vistas a melhorar a prestação do serviço de transporte público no Distrito Federal, não há qualquer motivo aparente capaz de justificar a tese da agravante em promover a contratação, em caráter emergencial, das empresas que já se retiraram do sistema de transporte público e que, aparentemente, se conformaram com o resultado do procedimento licitatório em questão. Admitir a possibilidade de contratação emergencial, conforme se sugere, pelo menos num juízo perfunctório, estar-se-ia retroagindo em todo esse processo de modernização, inclusive indo contra aquilo que fora decidido em sede de Ação Civil Pública movida em defesa da mesma população do Distrito Federal e usuária do Sistema de Transporte Público, na qualidade de consumidores que são nesse contexto.**

Ademais, **as cinco novas concessionárias já estão em operação** no STPC/DF, com veículos adquiridos em 2013, sendo que a previsão para substituição integral da frota é até fevereiro de 2014.

Nesse particular, é de se destacar outra prova de má-fé da APROCON ao afirmar, em sua exordial, que *"os serviços [de transporte, contratados com a licitação Concorrência n.º 1/2011-ST] sequer estão sendo prestados, o que elimina qualquer risco para a concessão da medida"*. A Autora faz tal afirmação com base em notícia e quadro informativo disposto no sítio eletrônico da Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

Entretanto, a própria notícia reproduzida pela Autora não indica que os serviços delegados pela Concorrência n.º 1/2011-ST não estariam sendo prestados. Pelo contrário, aponta que a Viação Piracicabana - nova concessionária do STPC/DF -, estava disponibilizando mais 40 ônibus em suas operações. E, além disso, apenas de a Ação Civil Pública em comento ter sido protocolada em 17 de dezembro de 2013, a Autora capciosamente omite



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

inúmeras outras notícias veiculadas no mesmo site da internet (site do DFTRANS) de que as outras concessionárias contratadas mediante a Concorrência n.º 1/2011 haviam começado a operar.

Em 09 de dezembro, por exemplo, foi noticiado que mais 208 novos ônibus estavam entrando em operação no Distrito Federal, conforme anexo.

Igualmente, o quadro disponibilizado no site do Governo reproduzido pela Autora não comprova que os serviços não estavam sendo prestados. O referido quadro demonstra que – quando de sua elaboração – já estavam operando a Viação Piracicabana, Viação Pioneira e Expresso São José (todas em uma sessão específica do quadro, “*novos contratos*”). Mais do que isto, a Autora omite que no site onde está este quadro, é informado que este tem “*dados gerados no dia 11/11/2013*” e que “*a periodicidade de atualização será semestral*”.

O absurdo do pedido liminar da Autora, a toda aparência, produz uma inversão perniciosa de valores, pois resultaria na suspensão da atividade de empresas selecionadas em procedimento licitatório, que assegura eficiência, qualidade dos serviços e segurança jurídica, em troca de uma situação de precariedade, pois o Governo do Distrito Federal estaria obrigado a contratar emergencialmente operadoras para a prestação deste serviço público essencial.

O sistema de transporte que precedeu as novas concessionárias, além de falido e sucateado, era atendido por empresas e pessoas físicas em péssimas condições financeiras e operacionais, e, pior, amparado em contratos precários celebrados sem licitação. Esse sistema, obviamente, não será retomado, pois a maior parte das antigas operadoras já foi substituída e o Governo do Distrito Federal não pode retomar o *status quo ante*.

Eventual deferimento da liminar aqui pretendida, em última análise, deixará os usuários do transporte público coletivo desatendidos, o que, sem dúvida, viola o interesse público.

69



7. DA CONCLUSÃO E DOS PEDIDOS

Ante todo o delineado, solicitamos a essa Procuradoria Geral do Distrito Federal que sejam arrolados os pedidos a seguir, entre outros que essa Especializada reputar pertinentes:

- a) Seja INDEFERIDA a liminar pleiteada pela autora no presente feito, posto que, além de não preenchidos os seus requisitos, o deferimento da tutela requerida pela Autora violaria decisão do Conselho Especial do TJDFT nos autos de SS 2013.00.2.024163-0 e, ademais, não estão presentes os requisitos para concessão da liminar;
- b) Seja acolhida a preliminar de ilegitimidade passiva do BID e, com a sua exclusão, os autos sejam remetidos ao juízo fazendário distrital;
- c) Por fim, sejam julgados totalmente improcedentes os pedidos.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 1º de abril de 2014.


EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR

PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL





Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



OFÍCIO Nº 012 /2014 - AJL/ST

Brasília, 01º de abril de 2014.

Senhor Procurador Coordenador,

Em atenção ao Ofício nº 1566/2014-PROCAD, de 27.03.2014, dessa procedência, recebido nesta Assessoria Jurídico-Legislativa no dia 31 de março do corrente ano, informando-nos acerca do ajuizamento da Ação Popular nº 20923-76.2014.4.01.3400, movida por CELINA LEÃO HIZIM contra o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Distrito Federal, Viação Piracicabana Ltda., Viação Pioneira Ltda., HP Transportes Coletivos Ltda., Auto Viação Marechal Ltda. e Expresso São José Ltda., cumpre-nos informar que a matéria fora remetida ao crivo de conhecimento do Gabinete do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Transportes, e que através do Memorando nº 247/2014-GAB/ST, desta data, o titular da Pasta nos remeteu cópia dos Ofícios nº 10/2014-GAB/ST e 1207/2013 (seguem anexos), ao visto de subsidiar os trabalhos da Procuradoria Geral do Distrito Federal no âmbito da sobredita demanda judicial.

Senhor

Dr. EWERTON AZEVEDO MINEIRO

Procurador Coordenador da

Procuradoria Administrativa da

Procuradoria Geral do Distrito Federal

N E S T A



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



Preliminarmente, importa frisar que apesar do Ofício desta douta Casa Jurídica ter estabelecido prazo de 10 (dez) dias para remessa de informações por esta AJL, o que estenderia nosso prazo até o dia 07.04, no mínimo, na data de ontem, pela manhã, antes mesmo do referido Ofício ter chegado a esta Assessoria, o que ocorreu só no período vespertino, a Sra. Márcia, da PROCAD, manteve contato telefônico com esta Chefia, **solicitando-nos dados e documentos complementares até o dia 01º de abril de 2014, às 12hs**, sob pena de comprometer a defesa do Distrito Federal. Assim, dispôs esta AJL da tarde do dia 31.03 e do período da manhã do dia 01.04, somente.

Em razão do exíguo prazo concedido, esta Assessoria não contou com tempo hábil para aprofundamento dos elementos a serem apresentados em tal defesa, entretanto, verificou que as alegações apresentadas pela Autora na presente demanda tratam-se de uma espécie de "*copia e cola*" de outras ações ajuizadas, seja por autores populares, seja por antigas operadoras do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF. Tal "*copia e cola*" fica comprovado quando se lê que boa parte das argumentações constantes da presente Ação Popular foram também utilizadas na Ação Civil Pública n.º 2013.01.1.190491-4, impetrada pela Associação Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor e da Cidadania – APROCON, em que o Gabinete desta Pasta remetera a essa Casa Jurídica as informações/dados/documentos através do Ofício nº 10/2014-GAB/ST, cópia anexa, constando inclusive os anexos que seguem nesta oportunidade em meio digital, e também na defesa apresentada na Ação Civil Pública n.º 2013.01.1.137964-2 ajuizada pela ABRADDEC, respondida pelo Gabinete através do Ofício nº 1207/2013-GAB/ST, cópia anexa.

mm





Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



Passamos, assim, a pontuar detalhadamente as alegações trazidas na presente demanda a fim de rememorar que a ação popular é o instrumento constitucional posto à disposição de qualquer cidadão para anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, conforme aponta a Magna Carta, art. 5º, LXXIII. Ou seja, no caso em tela, a Autora popular não comprovou, concretamente, a existência de qualquer ato que tenha lesado ou configurado ameaça de lesão aos bens jurídicos tutelados pela Lei nº 4.717/65, o que denota a ausência de interesse de agir.

Aliás, verifica-se que a presente demanda apresenta no pólo passivo o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID sem haver indicado a autora popular nos pedidos qualquer obrigação a ser cumprida por aquele Banco, o que demonstra, claramente, apenas o intuito de deslocar a competência da justiça comum para o juízo federal, o que merece, de pronto, ser argumentado na defesa.

Afirma a autora que haveria superfaturamento dos valores estimados para as tarifas que causarão enormes prejuízos para a população, "gerando efeitos pelos próximos dez anos", além de alegar como motivos secundários para a anulação do certame "as ilegalidades cometidas pelo governo durante o processo licitatório", sem mencionar quais seriam tais ilegalidades.

Alega que a escolha da consultoria técnica das empresas LOGIT ENGENHARIA LTDA e LOGITRANS LOGÍSTICA ENGENHARIA E TRANSPORTE LTDA., estaria maculada em razão de que ambas as empresas são de propriedade de Garrone Reck, pai de Sacha Breckenfeld Reck, advogado das empresas participantes da licitação e ao mesmo tempo consultor do Distrito Federal na licitação.



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



Aduz que o escritório dos advogados Guilherme Gonçalves & Sacha Reck foi o responsável por conduzir toda a licitação e que invadiu competências da Comissão de Licitação em razão de ter julgado os recursos administrativos manejados na Concorrência 01/2011. Sustenta ainda que referido escritório de advocacia não tem contrato formal com a Administração Pública.

Argui que o referido Consórcio elaborou o Edital do transporte público coletivo do Distrito Federal e de outras cidades em parceria com o escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, que atuariam simultaneamente para os Grupos Constantino e Gulin e, ainda, acumulariam a função de “consultor” do Distrito Federal.

Sustenta existir grupo econômico entre as empresas Viação Piracicabana e Viação Pioneira, sob o fundamento de que pertenceriam aos mesmos sócios e a mesma configuração societária de uma empresa matriz, Expresso União Ltda.

Argui que os salários para os motoristas foi elaborado com valor imensamente inferior ao fixado pela Convenção Coletiva de Trabalho, em afronta à legislação trabalhista.

Afirma a autora popular divergência entre o número de veículos constantes do Atestado de Capacidade Técnica apresentado com o número de veículos que fora fiscalizado e constante do Registro do Ministério Público.

Cita a ocorrência de grupo econômico na cidade de Guarapuava-PR, motivos pelos quais a 7ª e 8ª Promotoria de Justiça daquela cidade ajuizaram Ação Civil de Improbidade com vistas a apuração de supostos fatos ali ocorridos, supostamente envolvendo a mesma consultoria.



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



Aduz que o Ministério Público do Distrito Federal e o Ministério Público de Contas se posicionaram pela anulação do certame e repete os argumentos já expostos para sustentar a necessidade de anulação da Licitação.

Como se verá, as considerações trazidas na inicial são insubsistentes, desprovidas de qualquer elemento comprobatório, fundamentadas em presunções inverídicas, pelo que deve ser julgada improcedente a presente Ação Civil Pública.

Em síntese, essas foram as questões aduzidas pela Autora na presente Ação Popular.

DA INOCORRÊNCIA DE SUPERFATURAMENTO DOS VALORES ESTIMADOS NA LICITAÇÃO PARA AS TARIFAS

A Autora, nas páginas 11/13 de sua petição inicial, reproduz representação apresentada pelo Ministério Público de Contas no Tribunal de Contas do Distrito Federal, adotando as alegações do *Parquet* de que teria ocorrido superfaturamento dos valores estimados para as tarifas no Edital da Concorrência n.º 01/2011-ST. Não assiste razão à Autora.

Preliminarmente, cabe lembrar que o Edital da Licitação em tela foi fruto de diversas impugnações administrativas e representações no Tribunal de Contas do Distrito Federal, até a sua publicação definitiva e derradeira. Houve vários apontamentos por parte do órgão técnico daquela Corte de Contas e inclusive do Ministério Público, pelos quais foram requeridas correções e o detalhamento de informações adicionais no Edital e seus anexos, a fim de que fosse possibilitada a elaboração das propostas pelos licitantes.



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



Todos esses apontamentos ou foram esclarecidos e superados, com os esclarecimentos prestados por esta Pasta, ou foram acolhidos e contemplados em alterações promovidas no Edital da Licitação, o que levou à liberação do prosseguimento do Certame. Inclusive as reivindicações aludidas pelo *Parquet* na Representação n.º 08/2013 no tocante às informações para avaliação de viabilidade econômica e o detalhamento de dados necessários à formulação das propostas, foram recepcionadas e motivaram alteração específica no Edital da Licitação.

Com todo o respeito e acatamento, é improcedente a alegação de que teriam sido mantidas em sigilo informações essenciais sobre a viabilidade da concessão e o orçamento dos serviços. O Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST e seus anexos forneceram aos licitantes todos os dados e elementos indispensáveis para o conhecimento do objeto licitado e formulação dos preços de tarifa, prova disso é que o certame não foi deserto.

No Anexo II.1.1 do Edital - o qual foi incluído na última versão publicada do instrumento convocatório para atender apontamento do próprio Ministério Público de Contas - constou orçamento detalhado dos custos e da viabilidade econômica dos lotes licitados. No Anexo II.4, foram apresentadas todas as informações para o cálculo da quilometragem das linhas e dos Lotes bem como os itinerários e os tempos de viagem de cada linha. Além disso, o Anexo II.10 apresentou o detalhamento minucioso das tabelas de partidas e do quadro de marcha de todas as linhas, com os respectivos horários, permitindo inclusive a validação dos dados de fator de utilização de pessoal estimados no Estudo de Viabilidade do Anexo II.11 do Edital.¹

¹ Todos estes componentes do instrumento convocatório da aludida licitação estão disponíveis publicamente no sítio eletrônico http://editais.st.df.gov.br/editaleavisos_novo.html.



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



Veja-se, nesse particular, que na representação ministerial e na petição inicial em apreço não houve sequer menção a esses dados ou o apontamento de qualquer elemento que estivesse ausente ou insuficientemente demonstrado nos referidos anexos, limitando-se o petitório a apontar genericamente a suposta carência de informações no Edital de Licitação.

O que corrobora a insubsistência das alegações do *parquet*, reproduzidas pela Autora, é o fato de que, pelos licitantes e interessados que analisaram o Edital em questão, em sua publicação e republicação, **não houve ao menos uma insurgência quanto ao tema ora tratado, tampouco quanto à impossibilidade de ofertar propostas, apesar das dezenas de impugnações administrativas e representações ao Tribunal de Contas que foram interpostas previamente à data de entrega das propostas.** Se maior competitividade não houve no certame, tal não se deveu a qualquer restrição ou sigilo de informações.

Adentrando ao segundo tema da representação e à acusação da Autora de superfaturamento, cumpre anotar o descabimento da comparação feita entre o Edital da Concorrência nº 1/2011-ST sob análise e o edital da licitação do Município de Curitiba-PR. Muito embora a cidade de Curitiba seja mundialmente conhecida pelo moderno e eficiente planejamento do transporte coletivo, o instrumento convocatório da licitação do transporte ocorrida em 2009, naquele Município, **não se constitui em referência oficial e única para toda e qualquer licitação.**

O Ministério Público de Contas, na representação trazida à baila pela autora popular em sua exordial, comparou Editais de Licitação cujos modelos econômicos são totalmente distintos, nos seus pressupostos, na sua composição e nos seus elementos.



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



Em primeiro lugar, há diferenças de metodologia de cálculo de fluxo de caixa. A adotada pelo Edital de Curitiba possui alguns procedimentos e critérios de cálculo distintos do Edital desta Capital, por exemplo, no tocante ao ano inicial de realização dos investimentos pré-operacionais.

Em segundo lugar, o Edital de Curitiba adota regime de remuneração por custo do serviço, ao passo que o Edital da Concorrência n.º 1/2011 adota regime econômico de preço do serviço.

Isso significa que, em Curitiba, a concessionária terá maior remuneração quanto maior for o seu custo, modelo que na melhor doutrina de concessões de serviço público já está superado, por incentivar à ineficiência e o aumento de custos. Confira-se que o próprio Ministério das Cidades, ao elaborar o documento *"Proposta de Barateamento das Tarifas de Transporte Público Urbano"*, oficialmente reconhece que o modelo de remuneração pelos custos está ultrapassado:

"Ademais, o atual método de fixação da tarifa, pelos custos, não estimula ganhos de eficiência da operação (ex: as economias de escala, o aumento da velocidade comercial, a redução da frota, etc.) com repasse para as tarifas, pois esses significariam redução da receita. Assim, quando estes ganhos acontecem são, na maioria das vezes, internalizados pelas operadoras e não repassados para os usuários dos serviços. Por outro lado, os aumentos de custos, como os descritos, são repassados quase que automaticamente, a cada aumento tarifário

Por essas razões é que se defende a busca de outros métodos de remuneração e fixação de tarifas, que superem as falhas atuais, que

md



**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST**



estimulem a eficiência e contemplem a divisão dos ganhos de produtividade com os usuários.”²

Na Concorrência n.º 1/2011-ST, por sua vez, custo e receita não são estritamente vinculados. O Edital exige dos licitantes a apresentação de um preço de tarifa por passageiro, que é reajustado anualmente por índices inflacionários públicos e oficiais pré-estabelecidos. Assim, no Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST, não sendo o reajuste inflacionário um reembolso à concessionária de custos efetivos de aquisição de insumos, como frota, óleo diesel e das despesas com pessoal, o maior ganho do concessionário advém da eficiência e da economia, o que, em última análise, propicia tarifas mais módicas aos usuários no decorrer da concessão.

Para elucidar as diferenças acima apontadas, basta verificar que os custos do Anexo III do Edital de Curitiba – trazidos a valor presente, pois aquela licitação foi realizada no ano de 2009 - são superiores aos do Anexo II.11 do Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST. Aliás, se verificados os custos das propostas vencedoras da licitação de Curitiba, segmentados por tipo de veículo e por categoria de custo – trazidos também a valor presente –, comparados aos custos indicados nos estudos de viabilidade das propostas vencedoras da licitação de Brasília, poderá ser constada uma sensível diferença de eficiência e economia no Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST, em diversos elementos.

² BRASIL. Ministério das Cidades. *Proposta de Barateamento das Tarifas do Transporte Público Urbano*. Brasília, 2006. Disponível em [www.ntu.org.br/novosite/arquivos/Barateamento Tarifas_SEMOB.pdf].



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



Para arrematar esse assunto, é extremamente relevante comparar as tarifas técnicas máximas de todos os lotes da Concorrência n.º 1/2011-ST com a atual e vigente tarifa técnica de Curitiba. Conforme Resolução n.º. DIR/007/2013 da URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A, gerenciadora do transporte da capital paranaense, datada de 08 de novembro de 2013, a tarifa técnica do Sistema de Curitiba é de R\$ 2,93 (dois reais e noventa e três centavos), ou seja, muito superior às tarifas técnicas máximas de qualquer lote da Concorrência n.º 1/2011-ST, a saber:

R\$ 2,6584 para o Lote n.º 1;
R\$ 2,5902 para o Lote n.º 2;
R\$ 2,8309 para o Lote n.º 3;
R\$ 2,7192 para o Lote n.º 4;
R\$ 2,7093 para o Lote n.º 5. (item 23.1.2 do Edital)

Portanto, dadas as diferenças apontadas anteriormente, a mera superficial comparação numérica do elemento de mérito TIR – Taxa Interna de Retorno – entre os Editais não representa absolutamente nada, eis que desprovida de fundamento econômico, legal ou jurídico. Certamente, se adotada fosse a metodologia de Fluxo de Caixa do Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST e boa parte dos custos demonstrados no estudo de viabilidade econômico-financeira das empresas vencedoras da licitação desta Capital Federal, na avaliação econômica das concessões de Curitiba, apurar-se-ia uma taxa interna de retorno - TIR sensivelmente superior a 8,95% ao ano.

O Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST não restringiu a competitividade, pelo contrário, assegurou que fossem contratadas empresas que prezarão pela eficiência.

Diante dos argumentos expostos, não se verifica qualquer ilegalidade ou irregularidade no Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST, o qual em nenhum ponto restringiu a competitividade entre os licitantes e possíveis interessados.



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



Acaso se entenda que as razões acima expostas não bastam para o afastamento de qualquer dúvida a respeito da improcedência da alegação de superfaturamento dos valores estimados para as tarifas na Concorrência n.º 1/2011-ST, por se tratar de matéria que envolve conhecimentos técnicos, requer-se a produção de prova especializada para se comprovar a inexistência de irregularidades.

DA VERDADEIRA INTENÇÃO POR TRÁS DOS PEDIDOS E CAUSA DE PEDIR DA AÇÃO POPULAR DA DEPUTADA CELINA LEÃO - MERO INTUITO DE CORROBORAÇÃO E REFORÇO DA AÇÃO PROPOSTA PELA ABRADec, QUE VISA A PROTEÇÃO DE INTERESSE PARTICULAR, E DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA DA APROCON, QUE SE UTILIZA DE ARGUMENTAÇÃO SIMILAR À CONSTANTE NESSA DEMANDA

Conforme delineado anteriormente, a Ação Popular em comento consiste quase que exclusivamente em uma reprodução *ipsis literis* da Ação Civil Pública proposta pela Associação Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor e da Cidadania - APROCON, processo n.º 2013.01.1.190491-4, além de conter os mesmos argumentos insitos na Ação Civil Pública n.º 2013.01.1.137964-2 ajuizada pela ABRADec.

Em função disso, posto que o intuito desta Ação Popular e da APROCON se restringem a mera repetição da pretensão da ABRADec, cumpre fazer os seguintes esclarecimentos.

A ABRADec, sob o pretexto de agir buscando a “defesa dos interesses da coletividade”, ajuizou a aludida Ação Civil Pública n.º 2013.01.1.137964-2. Contudo, diferentemente do que faz parecer, a referida Associação, e, conseqüentemente, a APROCON (que reproduziu os fundamentos



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



da primeira ação), não agem na tutela de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores que supostamente representam, mas em prol de interesses particulares, alheios aos anseios da população [dos usuários do transporte público coletivo].

Explica-se: → a ABRADec por meio de denúncia de sua autoria, colocou sob suspeita a atuação da consultoria prestada pelo escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados no âmbito da Concorrência n.º 1/2011-ST; → a ABRADec deu conhecimento de tal denúncia a diversas autoridades públicas; → a denúncia da ABRADec foi dissipada na mídia, especialmente no Blog do Mino e no Jornal de Brasília; → a Deputada Celina Leão explorou tais fatos e, inclusive, se deslocou ao Município de Curitiba-PR para dissipar tais denúncias no Plenário da Câmara de Vereadores daquele Município e colocar sob suspeita a integridade dos consultores; → a ABRADec se utiliza das citadas notícias jornalísticas, das atuações da Deputada Distrital Celina Leão e dos demais frutos colhidos com sua ação, tudo numa lógica exclusivamente fictícia e supositiva, sem lastro probatório algum, para instruir a Ação Civil Pública n.º 2013.01.1.137964-2, omitindo do Exmo. Juízo que tudo começou por denúncia de sua própria autoria, na qual criou uma série de tramas envolvendo suposta atuação irregular do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck na Licitação em tela.

Por fim, para tentar dar aparência de maior veracidade às acusações feitas pela ABRADec, a APROCON ajuizou a Ação Civil Pública em comento, como se fosse uma terceira imparcial interessada, mas, na verdade, reproduzindo a Ação da ABRADec, tecendo afirmações sem qualquer amparo probatório. Agora, vale-se da mesma estratégia a Deputada Distrital Celina Leão na presente ação popular.

mo



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



Fecha-se um círculo vicioso iniciado pela ABRADEC, corroborado pela APROCON e agora pela Deputada Distrital com o propósito de tumultuar a Concorrência nº 1/2011-ST, que tentam a todo modo impedir a renovação da frota de veículos do transporte público coletivo do Distrito Federal e a substituição das operadoras que, há anos, prestam, precária e insuficientemente, o serviço de transporte público coletivo.

Ante a esses fatos, insta questionar se há interesses particulares ou políticos envolvidos, os quais, de forma alguma, se encaixam no objeto de uma Ação Popular.

Reputa-se que há interesses ocultos no bojo das mencionadas demandas judiciais, vejamos:

A ABRADEC – que formulou as acusações meramente repetidas pela APROCON – é presidida pelo Senhor Denis Jones dos Santos Bastos Sarausa, que opera linhas do serviço complementar rural do transporte público coletivo do Distrito Federal, consoante se extrai do Contrato de Adesão nº 26/2009, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 105 de 2 de junho de 2009. Ou seja, a ABRADEC é presidida por um empresário que já opera no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF.

Insta informar que foi recebida ação criminal em face do Sr. Denis Jones dos Santos Bastos Sarausa em razão das inverdades apontadas nas acusações formuladas em nome da ABRADEC, conforme andamento em anexo.



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



Diante do exposto, afigura-se que por meio da Ação Popular em tela, a Deputada Distrital e a APROCON estão atuando em conjunto com a ABRADEC, buscando proteger interesses “ocultos” e tumultuando o processo licitatório sob análise, de forma a perpetuar indefinidamente as atuais operadoras na péssima e caótica prestação do serviço de transporte público coletivo do Distrito Federal, que tanto aflige a população do Distrito Federal.

Tal intento, todavia, tem sido obstado pelo Poder Judiciário que, consoante decisões anexas, em mais de uma oportunidade, assegurou a contratação dos novos concessionários do serviço de transporte público coletivo do Distrito Federal, e a execução do serviço por estes, em prol da mobilidade urbana e da população do Distrito Federal.

DOS ATOS QUE PRECEDERAM A CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 01/2011-ST – DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LICITAÇÃO EM COMENTO ENCONTRA-SE JUNGIDA NOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS DA MORALIDADE, LEGALIDADE, EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA

Preliminarmente, cumpre rememorar que o Governo do Distrito Federal - GDF, após determinação judicial extraída dos autos de Ação Civil Pública nº. 2001.01.1.010242-8, teve a missão de realizar o procedimento licitatório para a regularização e modernização do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF.

Em que pese a existência de um edital de licitação embrionário da Concorrência Pública nº. 01/2011, visando à realização do certame, publicado no ano de 2011, tal instrumento convocatório foi reprovado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, por diversas inconsistências.



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



Assim, afigurou-se imprescindível a reconstrução do referido instrumento, não apenas sob a diretriz de regularização jurídica das permissões existentes, como determinado pelo Poder Judiciário, mas também com o objetivo de implantar um novo projeto operacional, capaz de melhorar a qualidade da prestação dos serviços aos usuários, como demandou o TCDF.

Diante disso, pautando por atender à coletividade, cumprir as competências precípua da Pasta e aderir ao Princípio da Economicidade, foram utilizados instrumentos já em emprego na Secretaria, iniciados na gestão anterior, com as adequações necessárias, sempre primando pela celeridade e eficiência na resolução das demandas do transporte público coletivo do Distrito Federal.

Uma dessas ferramentas refere-se ao Convênio - Cooperação Técnica ANT/OC-11243-BR - firmado em 2009 entre o Distrito Federal - na oportunidade, denominado Beneficiário - e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - Administrador do Fundo para a preparação de Projetos de Infraestrutura (InfraFundo), destinado a formalizar termos e condições para a concessão de uma Cooperação Técnica não-reembolsável ao Beneficiário, ao visto de apoiar a implementação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal - PTU/DF. (Anexo)

O Beneficiário (DF), por meio da Secretaria de Transportes, acordou que o BID utilizaria os recursos disponibilizados para contratar e pagar diretamente os serviços de consultoria necessários para o cumprimento dos objetivos da Cooperação supracitada.

Ajustou-se, ainda, que o Distrito Federal deveria aportar recursos como contrapartida, estimada, naquela ocasião, em US\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil dólares americanos), dos quais US\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil dólares americanos) deveriam ser destinados a pagamentos de consultores.



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



Também restou compromissado que tal estimativa não reduziria a “obrigação do Beneficiário de aportar os recursos adicionais exigidos para a conclusão do Programa”.

Após participação vitoriosa em certame licitatório internacional BR-T1089-SN3 patrocinado pelo BID (Termo de Referência – Anexo e Proposta da empresa - Anexo), o Consórcio LOGIT Engenharia Consultiva Ltda. e LOGITRANS Logística, Engenharia e Transportes Ltda. foi contratado mediante o Contrato de Serviços de Consultoria ATN/OC-11243-BR, subscrito em 1º de junho de 2010, firmado com o BID, cujo objeto exordial consistiu na elaboração de propostas de reformas setoriais de médio e longo prazo, a preparação de estudos, marcos, planos e metas, que garantissem uma transição do sistema atual para o futuro sistema integrado de transporte público coletivo e sua adequada operação. (Anexo)

A par disso, frise-se que fora identificada a oportunidade de se utilizar da Cooperação Técnica, com ajustes demandados por esta Pasta, para a efetivação dos fins colimados pelo PTU para o Sistema de Transporte Coletivo do Distrito Federal como um todo. Nesse sentido, foram realizados os enquadramentos do Contrato de Serviços de Consultoria ATN/OC-11243-BR à nova realidade, conforme pode ser observado por meio das tratativas realizadas junto ao BID nos Ofícios nº 723/2011-GAB/ST e nº 1072/2011-GAB/ST. (Anexos)

Ato contínuo, foi firmado Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria entre o BID e o Consórcio LOGIT-LOGITRANS, que abarcou, dentre outros produtos, a versão preliminar do Edital de Concessão, do Contrato de Concessão e dos demais anexos técnicos do Edital da Concorrência Pública nº. 001/2011 – ST (Minutas), nos termos previstos na Cláusula Quarta, alínea “e”. (Anexo)



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



Em março de 2012, com a conclusão da fase interna do processo licitatório da Concorrência nº 001/2011 - ST, exauriu-se o objeto da Cooperação Técnica, dentro do Contrato ATN/OC-11243-BR, naquilo que envolvia os compromissos assumidos pelo BID na referida Cooperação. Remanesceram, todavia, as demais atividades listadas no Anexo 2 do Termo Aditivo à Cooperação Técnica, sob responsabilidade do Distrito Federal, a título da contrapartida já mencionada.

Assim, em face das demandas técnico-jurídicas que emergiriam na fase externa do certame, sobreveio a necessidade de se dar continuidade com os trabalhos, visando o suporte na emissão de pareceres e orientações técnicas à Secretaria, mormente quanto aos pedidos de esclarecimentos, impugnações administrativas, bem como sob os aspectos técnicos e financeiros envolvendo o Edital de licitação e o julgamento do certame, intercorrências essas previsíveis em qualquer pleito dessa natureza.

No que pertine às questões técnico-financeiras, prosseguiu-se com a consultoria sob o comando da empresa líder do Consórcio contratado pelo BID, no caso a LOGIT- Engenharia Consultiva Ltda.

Quanto à consultoria técnico-jurídica especializada na área de transporte público coletivo, a eleição do advogado Sacha Breckenfeld Reck e equipe decorreu do fato de o referido profissional ter integrado a equipe do Consórcio LOGIT-LOGITRANS durante a execução da Cooperação Técnica.

Ou seja, a escolha das consultorias referidas decorreu de decisão já consolidada no âmbito da Cooperação Técnica, desde 2010, quando firmado o Contrato ATN/OC-11243-BR.



**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST**



Como é de se observar, portanto, demonstrou-se razoável a continuidade das mencionadas consultorias, para auxílio técnico à implementação do novo modelo de STPC/DF, consultorias essas levadas a efeito no âmbito do Programa de Transporte Urbano - PTU, cujo Órgão Financeiro Internacional – BID é a principal fonte dos recursos de seu custeio e possui normas e procedimentos próprios.

Deve-se realçar que o PTU, já em andamento quando da celebração da Cooperação Técnica em tela, é objeto do Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR, firmado pelo Distrito Federal com o BID em 30.1.2008. No referido ajuste a Secretaria de Estado de Transportes figura como Órgão responsável por promover a execução do PTU/DF e a utilização dos recursos oriundos do financiamento.

Imperioso registrar que no escopo do PTU, dentre os diversos projetos nele previstos, está inserida a renovação de toda a frota de ônibus do Distrito Federal, nos termos dispostos na Cláusula 4.07 (b):

CLÁUSULA 4.07.(...).

(b) O Mutuário, dentro do prazo de desembolso do Programa, deverá promover a renovação da frota de ônibus do Distrito Federal de modo a compatibilizar a mesma com o perfil de frota aprovado pela Resolução Nº 4725 do Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, de 13 de setembro de 2007, conforme seja necessário à operação do transporte coletivo no corredor Leste-Oeste, a qual terá sua qualidade de serviço prestado aferida pela agência reguladora competente atualmente em processo de criação.

Dentro do contrato do PTU, restou também estabelecido como obrigação do Distrito Federal, a exigência de se proceder à contratação de Consultoria a fim de prestar apoio ao Gerenciamento do Programa, conforme





**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST**



disposições inseridas nas Cláusulas 3.02 e 3.02, alínea (b), do Capítulo III; 4.07 do Capítulo IV; 4.02, V, Anexo A do PTU. Referidas Cláusulas assim rezam: (Anexo)

Capítulo III – Desembolsos

(...)

Cláusula 3.02. – Condições especiais prévias ao primeiro desembolso.

(...)

(b) A apresentação dos termos de referência para contratação de serviço de apoio ao gerenciamento do Programa previamente acordado com o Banco.

(...)

Capítulo IV – Execução do Programa

Cláusula 4.07. Condições especiais de execução. (a) Estará condicionado à contratação de serviço de apoio ao gerenciamento do Programa nos termos da Cláusula 3.02(b) destas Disposições Especiais o início das obras a serem financiadas a débito do Financiamento, (...)

Cláusula 4.02, V, Anexo A - A UGP coordenará suas atividades dispensando especial atenção a quatro áreas: (...) (d) (...) A execução do Programa terá o apoio de uma consultoria cujas principais atividades serão: (i) programação e acompanhamento da execução físico-financeira dos contratos, inclusive apoio à supervisão dos processos licitatórios, (ii) criação, implementação e operação de um plano de monitoramento para avaliação do programa; (iii) apoio na elaboração de termos de referência e documentos de licitação; (iv) apoio à UGP na supervisão e fiscalização de projetos e obras e na aquisição de bens e serviços; (v) elaboração de relatórios periódicos e específicos do avanço do Programa".

Objetivando atender às condições expressas nesse Contrato de Empréstimo, após o devido procedimento de seleção - SDP Nº 001/2008/PTU, foi firmado o Contrato nº 25/2008-ST, entre a Secretaria de Transportes do Distrito Federal e a empresa Arcadis Logos Engenharia S/A, no exercício de 2008, cujo objeto é a prestação dos Serviços de Apoio ao Gerenciamento do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – SAG/PTU/DF. (Anexo)





Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



A Cláusula 3.7 do Contrato nº 25/2008-ST tratou de instituir as atividades da Empresa Consultora que requerem aprovação prévia do Contratante (GDF). Dentre elas está a questão de contratação de subconsultorias:

3.7 Atividades da Empresa Consultora que requerem a aprovação prévia do Contratante

A Empresa Consultora deverá obter por escrito aprovação prévia do Contratante antes de realizar qualquer das seguintes ações:

- (a) qualquer mudança ou acréscimo no Pessoal detalhado no Apêndice C;
- (b) Subcontratos: a Empresa Consultora poderá subcontratar serviços relacionados à prestação dos Serviços até certo ponto e com os especialistas e entidades que tenham sido previamente aprovados pelo Contratante; apesar desta aprovação, a Empresa Consultora tem a responsabilidade total pela prestação dos Serviços; se o Contratante considerar um Subconsultor incompetente ou incapaz de desempenhar as tarefas atribuídas, o Contratante poderá solicitar à Empresa Consultora que contrate um substituto com qualificações e experiência aceitável ao Contratante ou que retome a prestação dos Serviços;
- (c) qualquer outra ação que possa estar estipulada nas CEC.

Nesse diapasão, a Cláusula 4.1 institui como obrigação da Gerenciadora a contratação de subconsultores com nível de competência e experiência necessárias para prestar os serviços. Cabe ao Contratante examinar e aprovar o pessoal disponibilizado pela Contratada para executar o objeto ajustado.

4 Pessoal da Empresa Consultora e Subconsultores

4.1 Generalidades A Empresa Consultora contratará e fornecerá Pessoal e Subconsultores com o nível de competência e experiência necessárias para prestar os Serviços.

4.3 Aprovação do Pessoal

O Contratante, nos termos deste Contrato, aprova a relação do Pessoal-chave e os Subconsultores enumerados por cargo e por nome no Apêndice C. Com respeito a outro Pessoal que a Empresa Consultora se proponha utilizar na prestação dos Serviços, a Empresa Consultora apresentará ao Contratante uma cópia de seus Currícula Vitae (CV) para seu exame e aprovação. Se o Contratante não expressar objeções por escrito (indicando os motivos da objeção) dentro de 21 (vinte e um) dias contados a partir da data de recebimento desses CV, se considerará que o mencionado Pessoal foi aceito pelo Contratante.



**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST**



Assim, no contexto da execução dos Serviços de Apoio ao Gerenciamento do Programa PTU/DF, a empresa Arcadis Logos Engenharia S/A (Contrato nº 25/2008-ST) realizou a contratação dos subconsultores em comento (Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck e a empresa LOGIT ENGENHARIA LTDA).

Deve-se notar e realçar a particularidade que reveste esse ajuste, regido pelas políticas e procedimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, uma vez que pactuado dentro do Contrato de Empréstimo Internacional nº 1957/OC-BR, sujeito, portanto, às políticas de aquisição e execução daquela Entidade Financeira Multilateral.

Nesse sentido, foram observadas as normas insculpidas por aquele Organismo Internacional e pelo Contrato nº 25/2008-ST, relacionadas com os procedimentos regentes da contratação de subconsultores, consoante demonstrado nas linhas pretéritas e na documentação anexa.

**DA REGULARIDADE DA ATUAÇÃO DO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS**

No que diz respeito à atuação do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados no bojo da Concorrência nº 1/2011-ST, esclareça-se que não gera surpresa a alegação constante na inicial no sentido de que o escritório de advocacia em questão, ou seu sócio Sacha Reck, não possuiriam relação com o BID – Banco Internacional de Desenvolvimento. Como alhures mencionado, o citado causídico, na fase interna da Concorrência nº 1/2011-ST, integrou o Consórcio LOGIT-LOGITRANS – este sim contratado pelo BID. Dessa forma e não sendo representante legal das empresas que constituem

md



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



tal consórcio, é evidente que o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados não firmou diretamente qualquer avença com o BID.

Conforme demonstrado no tópico anterior, o advogado Sacha Reck integrava o corpo jurídico do Consórcio LOGIT-LOGITRANS. Seu nome constou expressamente de quadro técnico de consultores da proposta técnica que integrou a contratação realizada pelo BID.

O Banco Interamericano do Desenvolvimento e o citado Consórcio firmaram Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria, que abarcou, dentre outros produtos, a elaboração da versão preliminar do Edital de Concessão, do Contrato de Concessão e dos demais anexos técnicos do Edital da Concorrência n.º 1/2011-ST, cuja avença teve vigência até março de 2012.

Findo aquele ajuste, para a atuação do advogado Sacha Reck na fase externa da Concorrência n.º 1/2011-ST, o escritório de advocacia do qual ele é sócio foi subcontratado, **no mês de abril de 2012**, pela empresa Arcadis Logos Engenharia S/A, no contexto da execução dos Serviços de Apoio ao Gerenciamento do Programa PTU/DF, conforme contrato em anexo. No escopo desse contrato, encontrava-se justamente a possibilidade de o escritório de advocacia prestar consultoria a esta Pasta no âmbito da Concorrência n.º 01/2011-ST.

Importa frisar que o ilustre administrativista Professor e Doutor Marçal JUSTEN FILHO exarou parecer a respeito desse assunto, em que conclui pela inexistência de indício de violação a princípio ou regra legal em virtude da atuação profissional da consultoria do escritório Guilherme Gonçalves e Sacha Reck Advogados Associados no assessoramento ao Governo do Distrito Federal relativamente à Concorrência nº 1/2011 - ST, afirmando expressamente que:



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



"A documentação examinada evidencia que os sócios da Consultante se conduziram de modo ético e absolutamente compatível com os deveres inerentes ao desempenho de sua profissão. Mais ainda, atuaram de modo adequado com os deveres próprios da atividade administrativa."

Ressaltou, ademais, a inexistência de ato ou fato que impedisse o escritório de advocacia de prestar serviço ao Poder Público. Nesse sentido, às fls. 22/23 do Parecer anexo, o renomado Professor Marçal JUSTEN FILHO esclarece o seguinte:

VI.3.4 A contratação administrativa de especialistas em licitação

121. Esse cenário não se altera quando se cogita de contratação pela Administração Pública de profissionais especializados na área de licitações. Essa especialização envolve, usualmente, a prática da advocacia em defesa de interesses de licitantes privados. Como decorrência, a regra é que os profissionais disponíveis no mercado para contratação pela Administração Pública mantiveram vínculos, ainda que indiretos, com potenciais interessados em participar da licitação.

122. Em outras palavras, os profissionais que não tivessem mantido nenhum vínculo com empresas privadas participantes de licitações possivelmente não disporiam da especialização e do conhecimento indispensáveis para a satisfação das necessidades da Administração.

123. Ou seja, a satisfação das necessidades da Administração depende da contratação de um profissional com experiência e conhecimento. Esses atributos foram adquiridos na prática concreta da profissão, na defesa de interesses de clientes privados."



Portanto, a insurgência da Autora quanto à consultoria prestada pelo escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados ao Distrito Federal não merece guarida, devendo ser julgada improcedente a presente demanda.

DA EQUIVOCADA ALEGAÇÃO DE QUE AS EMPRESAS VIAÇÃO PIONEIRA E VIAÇÃO PIRACICABANA PERTENCEM AO MESMO GRUPO ECONÔMICO

É falsa a afirmação de que o Grupo Constantino se sagrou vencedor de dois lotes da Concorrência n.º 1/2011-ST, contrariando expressa vedação do Edital, e que o Distrito Federal arbitrariamente descumpriu Recomendação Administrativa do *Parquet* neste particular.

A Autora parte da premissa de que a Viação Pioneira e Viação Piracicabana integram um mesmo grupo econômico – o "Grupo Constantino", mas isto não se verifica. O fato de os sócios (pessoas físicas) das citadas empresas fazerem parte da sociedade de uma terceira empresa, totalmente independente, que não participou da licitação, não as torna grupo econômico, **notadamente para os fins do Edital de Licitação da Concorrência n.º. 01/2011-ST, segundo o qual a interdependência entre proponentes vedada na licitação decorreria da existência de controle societário ou administradores comuns entre as empresas licitantes (item 16.1.2, alínea "g" e 16.1.7), o que não é o caso.**



**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST**



Tal entendimento, repita-se, foi confirmado pelo Poder Judiciário, por ocasião do indeferimento da liminar postulada no mandado de segurança nº. 2013.00.2.008852-7, em que é Impetrante VIPLAN – Viação Planalto Ltda., bem como no mandado de segurança nº. 2013.00.2.007425-9, em que é impetrante Consórcio SOGIMA, ambos em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, conforme decisões em anexo.

Tampouco condiz com a verdade a alegação que o Governo do Distrito Federal está *arbitrariamente* descumprindo Recomendação Administrativa do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios que versa sobre a suposta configuração de grupo econômico entre duas empresas vencedoras da Concorrência nº. 01/2011-ST. Como dito anteriormente, o Órgão Ministerial foi noticiado, tempestivamente, por esta Pasta, acerca da inexistência de grupo econômico e, por conseguinte, da inaplicabilidade das recomendações.

DA ALEGADA AÇÃO DO GRUPO ECONÔMICO NO ESTADO DO PARANÁ

A Autora, mais uma vez tentando induzir a equívoco, aponta na inicial a existência de Inquérito Civil na cidade de Apucarana, no Estado do Paraná, criando a tese de que o escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados teria beneficiado empresas naquele Município.

Sem razão a Autora.

Inexiste qualquer envolvimento do escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados no certame realizado em Apucarana-PR, como bem demonstram os esclarecimentos

md



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



prestados pelo advogado Sacha Breckenfeld Reck perante o Ministério Público do Estado do Paraná, em anexo.

Em seu depoimento ao Ministério Público, o advogado Sacha Reck esclarece que o sobrenome “Constantino” está presente em distintas empresas, **as quais atuam de forma independente**, sendo um completo equívoco denominar como Grupo Constantino, todas as sociedades que no seu quadro possuam sócios com o sobrenome “Constantino”. No depoimento, o advogado afirma que não possui vínculo com tal fictício “Grupo”, e descreveu as empresas para as quais prestou de serviços. Nenhuma delas participou da licitação do Distrito Federal e nem formam grupo econômico com qualquer das participantes da Concorrência nº. 1/2011-ST.

Indagado sobre a existência, no ordenamento jurídico brasileiro, de impedimento a que um advogado seja contratado para prestar serviços à Administração Pública se tiver anteriormente atuado na defesa de interesses de clientes privados, o **parecerista Marçal JUSTEN FILHO** responde categoricamente que não, esclarecendo ainda:

“Resposta: Não. O exercício de profissão regulamentada por profissional liberal propicia a contratação por clientes diversos, para atendimento a objetos específicos. Quando se trata da advocacia, existe um dever fundamental de fidelidade do advogado ao seu cliente, relacionado ao objeto da atuação específica. A violação a esse dever pode tipificar crime. Existe tipo penal contemplando a defesa de interesses de clientes diversos no mesmo litígio, mas não há vedação ao patrocínio de interesses de clientes diversos em litígios distintos. Essa disciplina jurídica não é afetada pela condição do cliente. Atuar na defesa da Administração Pública não produz um dever de fidelidade mais intenso para o advogado, que está obrigado a atuar do modo mais honesto e perfeito em favor de qualquer cliente, sem distinção da sua qualidade. **Por isso, a existência de um contrato anterior com um**

Assessoria Jurídico-Legislativa AJL/ST
Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar – Sala 1512, Brasília (DF) – CEP: 70.075-900
Telefone: (061) 3441-3434 – Fax: (061) 3441-3407

AJL/ST



**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST**



cliente privado não se constitui em impedimento a que um advogado seja contratado pela Administração Pública – ainda quando a referida contratação envolver algum interesse do cliente do advogado. Isso não significa, como é evidente, que o advogado esteja autorizado a superpor o interesse do antigo cliente ao da Administração Pública. Como dito, o advogado está obrigado à mais estrita fidelidade aos seus clientes, tomando em vista cada uma das contratações de que participar.

De outra parte, a Associação Autora, menciona uma Ação de Improbidade Administrativa em trâmite na Justiça Paranaense, sob o nº. 0011202-06.2013.8.16.0031, na primeira Vara Cível de Guarapuava. No entanto omite que, no que diz respeito ao advogado Sacha Reck, tal demanda teve origem justamente nas denúncias criadas pela ABRADec – e dissipadas na mídia.

De fato, as mesmas notícias jornalísticas citadas na inicial do presente feito foram utilizadas pelo Ministério Público do Estado do Paraná para fundamentar a citada Ação de Improbidade Administrativa.

E justamente porque tais notícias jornalísticas veiculavam acusações caluniosas envolvendo a Concorrência n.º 1/2011-ST, sem qualquer reconhecimento legítimo de procedência ou plausibilidade, não constituindo prova e nem sequer indício de conluio ou ato ilícito na atuação do advogado Sacha Reck na licitação do Município de Guarapuava-PR, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná cassou a liminar proferida naquela ação civil pública, conforme decisão em anexo.

A liminar proferida naqueles autos, por sua vez, que decretou equivocadamente a indisponibilidade dos bens do advogado Sacha Reck – já revogada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme decisão em anexo, é citada na exordial da presente demanda.

brn



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



Foi criado um ciclo virtuoso, arquitetado, que teve início justamente na denúncia da ABRADDEC, que se dissipou na Ação proposta pela APROCON e quer agora a Deputada Celina Leão dar continuidade as notícias caluniosas daí decorrentes, divulgadas pelo Jornal de Brasília e por outros blogs locais.

→ A ABRADDEC formulou denúncia caluniosa e mentirosa, colocando sob suspeita a Concorrência n.º 1/2011-ST → foram plantadas, no Jornal de Brasília e em blogs da internet, notícias caluniosas sobre a atuação do escritório de advocacia na Concorrência n.º 1/2011-ST, → tais notícias, por sua vez, foram recebidas pelo Ministério Público do Estado do Paraná e utilizadas para fundamentar Ação Civil Pública que visa a anulação da Concorrência 05/2009 do Município de Guarapuava → a medida liminar proferida na Comarca de Guarapuava, embora já estivesse revogada pelo Tribunal de Justiça daquele Estado, foi usada como fundamento na petição inicial deste feito →, e, além disso, retroalimentou novas notícias do Jornal de Brasília e outros meios de comunicação, dando a falsa impressão de se tratar de fatos naturais e espontâneos, que, na verdade, ocultam o interesse privado de barrar a Concorrência n.º 1/2011 - ST.

Esclareça-se que o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná houve por bem em revogar a medida liminar de indisponibilidade de bens deferida na Ação Civil Pública que tem por objeto o transporte coletivo de Guarapuava.



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



Em seu despacho (doc. anexo), que deferiu efeito suspensivo ao agravo de instrumento manejado pelo advogado Sacha Reck, o Exmo Desembargador Nilson Mizuta, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, entendeu não estar presente a fumaça do bom direito, ressaltando a ausência de conduta dolosa pelo advogado, e a ausência de provas sobre o eventual recebimento de vantagem econômica indevida e de enriquecimento sem causa lícita, bem como a insuficiência probatória sobre a ofensa lesiva ao patrimônio público financeiro do Município de Guarapuava.

Na mesma decisão, o Douto Desembargador asseverou que *“registre-se, ao agravante [Sacha Reck] não foi atribuída nenhuma conduta fática que tivesse causado prejuízo ao processo licitatório.”*

Portanto, além de ser infundada a Ação de Improbidade Administrativa que tramita em Guarapuava-PR, e já estar sendo combatida pelo advogado Sacha Reck, a única relação entre aquela ação e a presente demanda consiste no fato de que se basearam em denúncia formulada pela ABRADec e pela APROCON, dissipadas caluniosamente na mídia.

E a própria APROCON, Autora da Ação Civil Pública já comentada anteriormente, agiu de má fé, ao utilizar como fundamento da presente demanda o fato de ter sido decretada indisponibilidade de bens do advogado Sacha Reck, de seu pai Garrone Reck e da empresa Auto Viação Marechal Ltda, inclusive fazendo referência a decisões já revogadas pelo E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná desde o mês de agosto de 2013.

Urge realçar que a ação de improbidade administrativa que tramita na Justiça Paranaense não tem o condão de gerar nenhum efeito jurídico na presente demanda.



DA ALEGAÇÃO DE QUE SACHA RECH PATROCINA OS INTERESSES DE EMPRESAS VENCEDORAS DO CERTAME DO DISTRITO FEDERAL E DAS PROCURAÇÕES OUTORGADAS

Ao se buscar advogados especializados e experientes no singular tema de transporte público coletivo é de se esperar que, no passado, em outras oportunidades, esses já tenham prestado seus serviços a potenciais empresas interessadas a participar da Concorrência nº. 1/2011-ST. A notoriedade perante o mercado privado é um importante certificado de experiência e qualidade dos serviços prestados.

Nessa toada, tratando-se a Família Constantino (*lato sensu*), com suas diversas e independentes vertentes, de uma das famílias mais tradicionais do transporte coletivo nacional, e sendo a Família Gulin (*lato sensu*), com toda a sua árvore genealógica, a família mais tradicional do transporte coletivo de passageiros de Curitiba e do Estado do Paraná, é natural e nada surpreendente que um escritório de advocacia sediado em Curitiba e com vasta experiência no setor já tenha prestado serviços a empresas que tenham nos seus quadros societários membros das Famílias Gulin ou Constantino.

Todavia, isso não gera vínculo eterno, amplo e/ou irrestrito dos advogados com tais empresas ou famílias, nem leva à presunção de parcialidade ou qualquer favorecimento ilícito em eventuais assessorias prestadas a órgãos públicos em processos licitatórios futuros de que elas participem.



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



A presunção constante da petição inicial no sentido de que a consultoria contratada não poderia ter prestado serviços ao Governo do Distrito Federal, fere de morte o disposto no inciso I do art. 7º do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, segundo o qual é direito do advogado "exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional".

Nesse sentido, às fls. 22/23 do parecer em anexo, o renomado Professor Marçal JUSTEN FILHO esclarece o seguinte:

"VI.3.4 A contratação administrativa de especialistas em licitação

121. Esse cenário não se altera quando se cogita de contratação pela Administração Pública de profissionais especializados na área de licitações. Essa especialização envolve, usualmente, a prática da advocacia em defesa de interesses de licitantes privados. Como decorrência, a regra é que os profissionais disponíveis no mercado para contratação pela Administração Pública mantiveram vínculos, ainda que indiretos, com potenciais interessados em participar da licitação.

122. Em outras palavras, os profissionais que não tivessem mantido nenhum vínculo com empresas privadas participantes de licitações possivelmente não disporiam da especialização e do conhecimento indispensáveis para a satisfação das necessidades da Administração.

123. Ou seja, a satisfação das necessidades da Administração depende da contratação de um profissional com experiência e conhecimento. Esses atributos foram adquiridos na prática concreta da profissão, na defesa de interesses de clientes privados."

Frise-se, ademais, que as empresas mencionadas na inicial, embora constituídas ou administradas por pessoas físicas de sobrenome idêntico, seja Constantino, seja Gulin, são pessoas jurídicas próprias e independentes, constituídas por membros diversos de tais famílias, alguns inclusive sem grau de parentesco direto.

W



**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST**



Diferentemente do que afirma a Autora, nunca existiu, por parte do escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, assessoria direta ou indireta às empresas Viação Piracicabana Ltda. e Viação Pioneira Ltda. – ou seja, tais pessoas jurídicas nunca contrataram os serviços dos advogados integrantes do escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados.

O referido escritório não advoga ou representa, nem judicial ou extrajudicialmente, a Família Constantino ou o Grupo Constantino. Da mesma forma, o escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados nunca prestou serviço contencioso ou de consultoria à pessoa jurídica Comporte Participações Ltda.

As procurações citadas na inicial referem-se à contratação para o patrocínio judicial específico de demandas envolvendo o processo de licitação de Marília, pela empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda..

Quanto às procurações, firmadas pelo Administrador Executivo da empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda., Sr. José Antônio Jacomelli, também se extrai que a empresa Comporte Participações Ltda., ou os sócios pessoas físicas desta, nunca outorgaram poderes ao escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados. Para atuação contenciosa e pontual em processos judiciais decorrentes do procedimento licitatório do Município de Marília, a empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. foi representada pelos Senhores José Antônio Jacomelli, administrador executivo, e Celso Mitsuru Oishi, sócio da empresa Max Empreendimentos e Participações Ltda., que integra a Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda.

Esclareça-se, ainda:



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



- i) o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados não assessorou, na qualidade de consultor, a empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. no que diz respeito à sua participação nas Concorrências Públicas nº. 22/2010 e 23/2010 do Município de Marília – cujos serviços de consultoria foram prestados exclusivamente à então licitante Viação Cidade Sorriso Ltda.
- ii) a atuação de membros do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados na defesa dos interesses da empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. foi exclusivamente contenciosa, após a propositura de demandas judiciais por outras licitantes que participaram das Concorrências Públicas nº. 22/2010 e 23/2010 do Município de Marília, e ocorreu posteriormente ao encerramento daqueles certames³, com expressa autorização de sua cliente Viação Cidade Sorriso Ltda., pois os interesses de tais empresas naquelas demandas judiciais eram convergentes. Prova da atuação “contenciosa” são as cópias dos processos, procurações respectivas e certidões explicativas que instruíram a denúncia da ABRADDEC, juntadas pela APROCON.
- iii) Ainda que o escritório de advocacia tivesse atuado na defesa dos interesses da empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda., no que diz respeito à participação desta nas Concorrências Públicas nº. 22/2010 e 23/2010 do Município de Marília, tal procedimento licitatório não guarda qualquer relação com o objeto do certame realizado no Distrito Federal (Concorrência n.º1/2011-ST) – pelo que eventual consultoria à referida empresa na licitação do transporte coletivo de Marília não geraria impedimento à assessoria do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados na consultoria realizada ao Governo do Distrito Federal.

³Os contratos de concessão daquele certame foram firmados em dezembro do ano de 2011, tendo a Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. sagrado-se vencedora do Lote 01 e a Viação Cidade Sorriso Ltda. do Lote 02.



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



Além do patrocínio de causas pelo citado escritório de advocacia ter se limitado a demandas pontuais que tramitam na Justiça de São Paulo, é de se ver que a empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. – *que sequer participou da Concorrência nº. 1/2011-ST - não forma grupo econômico com as licitantes Viação Pioneira ou Viação Piracicabana*, já que possuem composição societária distintas.

Conforme documentos apresentados pela APROCON (em anexo), em sua petição inicial, que faz referência à denúncia formulada pela ABRADec perante a Comissão Especial de Licitação, extrai-se que a empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. é composta pelos seguintes sócios: MAX EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. (45%), COMPORTE PARTICIPAÇÕES S/A (45%) e PMG PARTICIPAÇÕES LTDA. (10%), enquanto a Viação Piracicabana possui como sócios as empresas COMPORTE PARTICIPAÇÕES S/A (99,99%) e GUARUS PARTICIPAÇÕES SOCIAIS (0,0003%).

Ou seja, os sócios das duas empresas não são idênticos, e o fato de possuírem um sócio comum (COMPORTE PARTICIPAÇÕES S/A) não as outorga a natureza de Grupo Econômico, notadamente porque na Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. a investidora COMPORTE PARTICIPAÇÕES S/A não exerce controle, já que possui menos de 50% (cinquenta por cento) do capital social.

A presunção equivocada de impedimento levada a efeito na inicial pela Autora Popular, pelo simples fato de a Consultoria ter representado judicialmente a empresa Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda., fere de morte o conceito de direito civil segundo o qual a pessoa jurídica possui personalidade própria, distinta da pessoa de seus sócios.



**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST**



Para que não reste dúvidas quanto ao que foi afirmado, mais uma vez cite-se o parecer em anexo, de autoria do Professor Marçal JUSTEN FILHO:

"108. Em termos jurídicos, é absolutamente descabido identificar Comporte Participações S.A., Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. e Viação Piracicabana Ltda. São três pessoas jurídicas distintas, com interesses inconfundíveis e autônomas entre si. Dito de outro modo, o patrocínio dos interesses de Transporte Coletivo Grande Bauru Ltda. não significa a atuação profissional em favor de Viação Piracicabana Ltda.

109. A imputação de atuação advocatícia para um mesmo sujeito apenas poderia ser admitida se fosse produzida a desconsideração da personalidade societária das duas empresas em questão. Tal apenas poderia ser produzida mediante a comprovação de algum desvio ou de utilização abusiva da entidade. Não existe qualquer imputação dessa ordem.

110. Mais ainda, não teria existido irregularidade ainda que o Dr. Guilherme Gonçalves tivesse atuado, em outro litígio, na defesa dos interesses de uma das empresas licitantes. Essa imputação somente poderia merecer alguma reprovação se existisse evidência de alguma prática reprovável na condução da licitação."

Assim, o fato de o escritório de Advocacia ter prestado serviços contenciosos no âmbito do Município de Marília à Empresa Transporte Coletivo Grande Bauru não o impediria de atuar na licitação do transporte público coletivo do Distrito Federal, uma vez que esta empresa não participou deste Certame, e, ademais, não forma grupo econômico com a Viação Piracicabana Ltda.

mf



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



Rememore-se que quanto à alegação de grupo econômico entre Viação Pioneira e Viação Piracicabana, já restou elucidado anteriormente que o fato de os sócios (pessoas físicas) das citadas empresas fazerem parte da sociedade de uma terceira empresa, totalmente independente, que não participou da licitação, não as torna grupo econômico, notadamente para os fins do Edital da Concorrência nº. 1/2011-ST, segundo o qual a interdependência entre proponentes se configurava apenas na hipótese de haver controle societário ou administradores comuns entre as empresas licitantes (item 16.1.2, alínea “g” e 16.1.7 do Edital), o que não é o caso.

Assim, as procurações mencionadas na inicial referem-se a processos coletivos, de autoria do SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO E METROPOLITANO DE PASSAGEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA e de todas as empresas que operam o serviço público urbano e metropolitano integrado da Região Metropolitana de Curitiba, por meio do qual buscam a realização de cálculos para revisão tarifária pelo Poder Concedente, como bem se verifica das petições iniciais em anexo⁴, e dos poderes especiais outorgados nos instrumentos de mandato

Em face do delineado, resta elucidado que inexistente qualquer fato ou contrato firmado pelo escritório de advocacia em questão, que o impedisse de atuar com a isenção e imparcialidade devidas perante esta Secretaria.

⁴ DOC 14, alínea “b”.



DA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CONCESSÃO DE LIMINAR

É de se ver que diante das razões expostas anteriormente, é flagrante a ausência dos requisitos para concessão da tutela antecipada pleiteada na inicial.

O *fumus boni juris* – resta, *prima facie*, não demonstrado, tendo em vista as razões fáticas, jurídicas e doutrinárias já expendidas, que cabalmente demonstram a inexistência das ilegalidades apontadas pela Autora Popular.

Não há verossimilhança nas alegações da Autora, visto que a inicial se fundamenta em argumentos desprovidos de fundamento jurídico ou lastro probatório fidedigno, fundamentando-se em notícias jornalísticas iniciadas por acusações infundadas da ABRADEC e da APROCON.

O *periculum in mora* também não socorre a Autora.

A liminar deferida neste feito, sim, acarretaria em prejuízo reverso ao interesse público, pois obrigaria a população do Distrito Federal a permanecer na caótica prestação do serviço, com ônibus sucateados, até o julgamento do mérito da demanda, perpetuando o atual monopólio do Sistema por mais um longo tempo.

Nesta toada, vejamos trecho da fundamentação do acórdão do Conselho Especial do TJDF/ST nos autos da SS 2013.00.2.024163-0:



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



"Preliminarmente, é de se registrar o interesse da agravante no presente pedido de suspensão, pois se revela, no mínimo, enigmático. Isso porque, pelo que se pode perceber da acurada análise da questão envolvendo o transporte público do Distrito Federal, o novo modelo implementado pelo Governo Local tem origem em Ação Civil Pública nº 2001.01.1.010242-8, movida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, na qual se buscou a quebra de "oligopólio" até então existente no Distrito Federal por conhecidas empresas do ramo. Figuraram no pólo passivo da referida ação o Distrito Federal e o DFTRANS – Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do DF, tendo a sentença de mérito decidido a demanda nos seguintes termos:

(...)

As antigas empresas, que operavam o sistema de transporte público e cujo interesse seria aparente, quedaram-se inertes, pelo menos não há qualquer notícia do contrário nos presentes autos, fato que pode denotar sinais de lisura do procedimento licitatório promovido pelo agravado, ao contrário do afirmado pela ABRADec no presente agravo.

O enigma da questão se justifica em razão do real interesse dos representados da agravante. Ora, se a mudança de modelo veio exatamente com vistas a melhorar a prestação do serviço de transporte público no Distrito Federal, não há qualquer motivo aparente capaz de justificar a tese da agravante em promover a contratação, em caráter emergencial, das empresas que já se retiraram do sistema de transporte público e, que, aparentemente, se conformaram com o resultado do procedimento licitatório em questão. Admitir a possibilidade de contratação emergencial, conforme se sugere, pelo menos num juízo perfunctório, estar-se-ia retroagindo em todo esse processo de modernização, inclusive indo contra aquilo que fora decidido em sede de Ação Civil Pública movida em defesa da mesma população do Distrito Federal e usuária do Sistema de Transporte Público, na qualidade de consumidores que são nesse contexto."

Ademais, as cinco novas concessionárias já estão em operação no STPC/DF.



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



O absurdo do pedido liminar da Autora, a toda aparência, produz uma inversão perniciosa de valores, pois resultaria na suspensão da atividade de empresas selecionadas em procedimento licitatório, que assegura eficiência, qualidade dos serviços e segurança jurídica, em troca de uma situação de precariedade, pois o Governo do Distrito Federal estaria obrigado a contratar emergencialmente operadoras para a prestação deste serviço público essencial.

O sistema de transporte que precedeu as novas concessionárias, além de falido e sucateado, era atendido por empresas e pessoas físicas em péssimas condições financeiras e operacionais, e, pior, amparado em contratos precários celebrados sem licitação. Esse sistema, obviamente, não será retomado, pois a maior parte das antigas operadoras já foi substituída e o Governo do Distrito Federal não pode retomar o *status quo ante*.

Eventual deferimento da liminar aqui pretendida, em última análise, deixará os usuários do transporte público coletivo desatendidos, o que, sem dúvida, viola o interesse público.

PEDIDOS

Ante todo o delineado, solicitamos a essa Procuradoria Geral do Distrito Federal que sejam arrolados os pedidos a seguir, entre outros que essa Especializada reputar pertinentes:

- a) Seja INDEFERIDA a liminar pleiteada pela autora popular no presente feito, posto que não estão presentes os requisitos para sua concessão;



**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST**



- b) Sejam julgados **TOTALMENTE IMPROCEDENTES OS PEDIDOS DA PRESENTE AÇÃO**, tendo em vista não haver comprovação de qualquer ato ilegal praticado pelo Distrito Federal através desta Secretaria de Transportes.
- c) Seja o Distrito Federal e os demais Requeridos na presente ação citados para apresentar contestação no prazo legal.

Por oportuno, desde já fica esta Assessoria à disposição dessa d. Especializada para o fornecimento de novos e/ou complementares esclarecimentos/informações/documentos caso assim se entenda necessário.

Atenciosamente

RAQUEL ARAÚJO PORTELA
Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa

1) ANEXOS (Seguem em meio digital – DVD's):

- 1) A) Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – PTU/DF.
B) Termo de Referência
- 2) Proposta da empresa
- 3) Contrato de Serviços de Consultoria ATN/OC-11243-BR
- 4) Ofícios n°. 723/2011-GAB/ST e n°. 1072/2011-GAB/ST
- 5) Proposta da empresa enviada ao BID
- 6) Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria entre o BID e o Consórcio LOGIT-LOGITRANS
- 7) Anexo A do PTU
- 8) Contrato n°. 25/2008-ST



**Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST**



- 9) Documentos Contratação escritório GGSF e contrato firmado entre este e ARCADIS-LOGOS
- 10) Parecer exarado pelo Professor Marçal Justen Filho, em 15 de julho de 2013;
- 11) Resposta do GDF à recomendação do MP (Ofícios 609 e 640/2013 – GAB/ST).
- 12) Nota Oficial divulgada pelo GDF em 22 de junho de 2013;
- 13) Denúncia e Memoriais apresentados pela ABRADec e documentos que os instruíram (procurações);
- 14) Resposta da consultoria do escritório GGSF à denúncia da ABRADec e todos os documentos que o instruíram, quais sejam:
- a) Contrato de prestação de serviços do Escritório GGSF com SETRANSP-PR;
 - b) Cópia das petições iniciais das ações coletivas propostas pelo SETRANSP-PR e pelas empresas prestadoras do serviço público de transporte coletivo urbano do Município de Curitiba-PR;
 - c) Depoimento Ministério Público Apucarana-PR;
 - d) Certidão da Junta Comercial do Paraná sobre a constituição da Auto Viação Marechal Ltda. (fl. 30140 do processo de licitação)
- 15) Decisões proferidas pelo TJDF nos Pedidos de Suspensão de Liminares nº. 2013.00.2.024163-0 e 2013.00.2.023928-3
- 16) Cópia das liminares indeferidas nas seguintes ações judiciais:
- a) mandado de segurança nº. 2013.00.2.007425-9, em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em que é impetrante Consórcio Sogima;
 - b) mandado de segurança nº. 2013.00.2.008852-7, em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, impetrado por VIPLAN;
 - c) mandado de segurança nº. 2013.00.2.00.8865-6, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, impetrado por VIPLAN;
 - d) mandado de segurança nº. 2013.00.2.008856-8, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, impetrado por VIPLAN;
- 17) Decisões desfavoráveis à habilitação da VIPLAN:

a) TJDFT. Acórdão 646154 Conselho Especial AR em MC n. 2013.00.2.000208-7 Agravante Distrito Federal Agravado VIPLAN Viação Planalto Ltda J. 08.01.2013.

Assessoria Jurídico-Legislativa AJL/ST
Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar – Sala 1512, Brasília (DF) – CEP: 70.075-900
Telefone: (061) 3441-3434 – Fax: (061) 3441-3407
AJL/ST



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



b) TJDF, 8ª Vara da Fazenda Pública, Mandado de Segurança nº 2012.01.1.194871-3, Liminar indeferida em 13.12.12.

c) TRF1, 12.02.13, Agravo de Instrumento nº 0006153-30/2013, 4.01.0000.

18) Demais decisões judiciais que referendaram os atos praticados no bojo da licitação:

a) Decisão proferida pelo Presidente do E. TRF1 nos autos de Pedido de Suspensão de Liminar nº 0030008-38/2013, 4.01.0000.

b) Decisão proferida no Agravo de Instrumento nº 2013.00.2.012586-7, da 2ª Turma Cível, relatoria do Des. J. J. Costa Carvalho.

c) Despacho proferido nos autos de Mandado de Segurança nº 2013.00.2.001073-2, indeferindo a inicial (DJ de 14/05).

d) Liminar indeferida no Mandado de Segurança nº 2012.01.1.141318-9, impetrado por Rota do Sol Transportes, perante o TJDF.

e) Liminar indeferida no Mandado de Segurança nº 2012.00.2.007951-4, em que é impetrante TRANSPORTES URBANOS LTDA – LOTÁXI, no TJDF.

f) Liminar indeferida no Mandado de Segurança nº 2012.00.2.007671-5, impetrado por Expresso Riacho Grande Ltda., perante o TJDF, em 12.04.12.

g) Liminar indeferida no Mandado de Segurança 2012.0022007921-7, impetrado por Viação Jardins Ltda., perante o TJDF, em 16.04.12.

h) Liminar indeferida no Mandado de Segurança 2012.01.1.199635-0, em que são impetrantes Rápido Veneza Ltda. e outros, em 20.12.12, pela 8ª Vara da Fazenda Pública do DF.

i) Liminar indeferida nos autos de Mandado de Segurança 2012.002008093-3, em 23.05.2012, em que é impetrante Condor Transportes Urbanos Ltda..

j) Liminar indeferida nos autos de Ação de Obrigação de Fazer nº 2012.01.1.139038-0, em trâmite perante a 6ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal.

k) Liminar indeferida na Ação Declaratória nº 2012.01.1.138176-9, proposta por SETRANSP-GO, em trâmite perante a 6ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal.

l) Liminar indeferida na Ação nº 2012.01.1.139035-7, proposta por VIAÇÃO CIDADE LTDA., em trâmite perante a 6ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal.

m) Sentença denegatória da segurança no Mandado de Segurança 2012.00.2.020456-6, impetrado por Viação Jardins Ltda., perante o TJDF.

n) Liminar indeferida na ação ordinária nº 2013.01.1.040600-2, proposta por Viação Cidade Brasília Ltda.

o) Liminar indeferida nos autos de mandado de segurança nº 2012.01.1.049343-9, impetrado por Expresso Brasília Ltda.

Assessoria Jurídico-Legislativa-AJL/ST
Anexo do Palácio do Buriti, 15º Andar – Sala 1512, Brasília (DF) – CEP: 70.075-900
Telefone: (061) 3441-3434 – Fax: (061) 3441-3407
AJL/ST





Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



p) Sentença denegatória da segurança nos autos de mandado de segurança n. 2012.01.1.146823-8, impetrado por BTS Transporte Escolar Ltda.

19) Contrato de Adesão 26/09 (Denis);

20) Cópia da decisão que recebeu a Ação Criminal n.º 2013.01.1.091549-6 proposta em face de Denis Jones dos Santos Bastos Sarausa, presidente da ABRADDEC e andamento processual.

21) Cópia do andamento da Ação Criminal n.º 2013.01.1.091551-9 proposta em face de Mino Pedrosa.

22) Pareceres emitidos pelos consultores da LOGIT ENGENHARIA sobre às propostas financeiras de todos os lotes;

23) Julgamento da Habilitação do Consórcio HP-ITA;

24) Renúncia ao prazo recursal pelo Consórcio HP-ITA;

25) Petição Inicial da Ação de Improbidade Administrativa em trâmite na Justiça Paranaense, sob o n.º 0011202-06.2013.8.16.0031;

26) Decisões proferidas pelo TJPR nos Agravos de Instrumento n.º 1123775-3; 1126188-2 e 1125356-6, proferidas pelo Desembargador Nilton Mizuta.

27) Petição inicial da Ação Civil Pública n.º 2013.01.1.137964-2;

28) Decisão do Agravo Regimental na SLS (TJDFT – SS 2013.00.2.024163-0 – Conselho Especial – J. 22/10/2013)

29) Anexos II.11, Anexo II.4, Anexo II.10, e Anexo II.11 do Edital de licitação da Concorrência n.º 01/2011-ST

30) Edital e Anexo III da Concorrência 05/2009, de Curitiba-PR;

31) Resolução no. DIR/007/2013 da URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A;

32) Notícia de 09 de dezembro de 2013, informando que mais 208 novos ônibus estavam entrando em operação no Distrito Federal; e

brn



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Assessoria Jurídico-Legislativa – AJL/ST



33) Desistência de interpor recursos de todas as licitantes habilitadas e comprovação da concessão dos prazos para interposição de recursos.

md